



**DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA,  
REVISÃO E REDAÇÃO**

**SESSÃO: 198.3.55.O**

**DATA: 02/08/17**

**TURNO: Matutino**

**TIPO DA SESSÃO: Deliberativa  
Extraordinária - CD**

**LOCAL: Plenário Principal - CD**

**INÍCIO: 9h**

**TÉRMINO: 13h54min**

DISCURSOS RETIRADOS PELO ORADOR PARA REVISÃO

Hora	Fase	Orador

**Obs.:**

**Ata da 198ª Sessão da Câmara dos Deputados, Deliberativa Extraordinária, Matutina, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 55ª Legislatura, em 2 de agosto de 2017.**

**Presidência dos Srs.:**

**Rodrigo Maia, Presidente;**

**Mariana Carvalho, 2ª Secretária;**

**JHC, 3º Secretário;**

**Carlos Manato, 4º Suplente de Secretário.**

**ÀS 9 HORAS COMPARECEM À CASA OS SRS.:**

Rodrigo Maia

Fábio Ramalho

André Fufuca

Giacobo

Mariana Carvalho

JHC

Rômulo Gouveia

Dagoberto Nogueira

César Halum

Pedro Uczai

Carlos Manato



### **I - ABERTURA DA SESSÃO**

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - A lista de presença registra na Casa o comparecimento de 63 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

### **II - LEITURA DA ATA**

**O SR. WELITON PRADO**, servindo como 2º Secretário, procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, aprovada.

### **III - EXPEDIENTE**

**(Não há expediente a ser lido)**



**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Passa-se às

**IV - BREVES COMUNICAÇÕES**

Concedo a palavra, por 1 minuto, ao Deputado João Gualberto.



---

**O SR. JOÃO GUALBERTO** (PSDB-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estamos hoje aqui tentando limpar o Brasil. E limpar o Brasil é também limpar a eleição de 2014.

A chapa vencedora em 2014, da Presidente Dilma, do PT, e do Sr. Michel Temer, do PMDB, deu no que deu. Após 2 anos e meio de Governo, a Presidenta Dilma sofreu *impeachment*, e agora estamos aqui, hoje, na iminência de autorizar investigação por crime comum, cometido no exercício do mandato, de um Presidente da República, o Sr. Michel Temer, que foi Vice-Presidente de Dilma Rousseff nos dois mandatos dela, nas eleições de 2010 e 2014.

É uma página triste da história, mas necessária. Vamos ver e observar, brasileiros, brasileiras, como votarão os Deputados. O que estamos fazendo aqui hoje é somente autorizar a investigação de uma pessoa que foi flagrada em conversa...

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.



**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Delegado Edson Moreira, por 1 minuto.

**O SR. DELEGADO EDSON MOREIRA** (PR-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, realmente estamos aqui hoje para, como Deputados Federais, seguir a Constituição e autorizar ou não o prosseguimento da denúncia contra o Presidente da República.

Estaremos autorizando o prosseguimento da denúncia. O Supremo Tribunal Federal pode aceitar ou não essa denúncia. Essa denúncia não foi aceita ainda. Não quer dizer que, se a Câmara autorizar o prosseguimento da denúncia, haverá processo. Isso não quer dizer nada. Mas eu acho que, neste momento, estamos aqui para decidir essa questão.

Que a consciência dos Srs. Deputados, o pedido da população brasileira e o que realmente consta do relatório sejam o parâmetro para a decisão e para o voto de cada um.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.



**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Carlos Henrique Gaguim, do Podemos. S.Exa. tem 1 minuto.

**O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM** (Bloco/PODE-TO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, gostaria de parabenizar o Presidente desta Casa, o Deputado Rodrigo Maia, pela forma como está conduzindo este processo.

S.Exa., como Presidente desta Casa, é o Presidente de todos nós Deputados. O objetivo de S.Exa. é cumprir o Regimento Interno desta Casa e as leis. Registro aqui que o Presidente Rodrigo Maia vem conduzindo esta Casa como verdadeiro maestro da democracia.

Peço que divulgue meu discurso no programa *A Voz do Brasil* e nos meios de comunicação desta Casa, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Muito obrigado, Deputado Carlos Henrique Gaguim.



**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Laerte Bessa. S.Exa. tem 1 minuto.

**O SR. LAERTE BESSA** (PR-DF. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, hoje é um dia muito importante para o nosso País, porque aqui vamos ratificar a governabilidade do Presidente da República, Michel Temer. E vamos também ratificar a governabilidade do nosso País, que não pode continuar do jeito que se encontra: enfraquecido por essas denúncias ineptas que estão acontecendo contra o Presidente.

O pior já passou, nós ficamos livres de Dilma, ficamos livres de Lula, então, agora vamos prosseguir. O País vai voltar a crescer, já está crescendo, e nós vamos ratificar isso.

E logo após a votação de hoje vamos pensar e trabalhar para que o Sr. Lula seja preso, porque está faltando isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.





**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Lobbe Neto, por 1 minuto.

**O SR. LOBBE NETO** (PSDB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, hoje é um dia triste para o País, que vê mais uma vez uma ação de fiscalização contra um Presidente da República.

Nós tivemos aqui neste mandato o *impeachment* da ex-Presidente Dilma, tivemos a cassação do Presidente da Câmara Eduardo Cunha, e agora veio essa denúncia da Procuradoria-Geral da República para que o Supremo possa fiscalizar, verificar e, assim, até abrir um inquérito.

Nós entendemos que, quando nós juramos, ao assumir o mandato, nós juramos de acordo com os princípios constitucionais, que dizem que é função do Parlamentar legislar e fiscalizar.

Por isso, votarei pela admissibilidade, para que se fiscalize o Presidente da República.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.

O pronunciamento de V.Exa. será divulgado no programa *A Voz do Brasil*.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Pompeo de Mattos, do PDT do Rio Grande do Sul.

**O SR. POMPEO DE MATTOS** (PDT-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, hoje, é um dia histórico para o País.

Recordo-me de que, no *impeachment*, ali na frente, eu disse: nem Dilma, nem Temer, nem Cunha; quero eleições novas e limpas para, mais do que limpar a sujeira, lavar a alma da população brasileira.

A Presidente Dilma não está, o Cunha se foi para a cadeia, e o Temer não pode ficar: ele está respondendo a processo por crime comum. E não se trata de ilações, mas de gravações, de denúncias, de degravações. Não são bandidos, simplesmente, quem está denunciando o Presidente, são seus parceiros, seus companheiros que, na calada da noite, estiveram lá com ele.

Então, Deputados, o Parlamento não pode empurrar tudo isso para baixo do tapete. O Parlamento não pode esconder isso tudo. Não dá para tapar o sol com a peneira. Nós não podemos ser aqui escudo do Presidente.

Fora!



---

**O SR. LAERTE BESSA** - Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. DANILO FORTE** - Presidente, gostaria de pedir um esclarecimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Só 1 minutinho.

**O SR. LAERTE BESSA** - Já temos mais de 152 Deputados. Nós devemos começar a Ordem do Dia.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Já vamos começar, Deputado. Já vamos começar.

**O SR. DANILO FORTE** (PSB-CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, peço só um esclarecimento. O simples fato de se inscrever para falar como orador, seja contra, seja a favor, já conta como presença no plenário? Já conta como presença na sessão?

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Não, olha só, alguns atos realizados aqui já contam. Por exemplo, a fala ao microfone, um aparte, a inscrição, como a do Deputado que leu a ata, já conta como inscrição.

**O SR. DANILO FORTE** - A inscrição como orador, Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Quanto à inscrição ali, nós estamos esperando uma decisão do Presidente. Nós já vamos responder.

**O SR. DANILO FORTE** - Obrigado.



**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Tem a palavra o Deputado Joaquim Passarinho, por 1 minuto.

**O SR. JOAQUIM PASSARINHO** (PSD-PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, hoje é um dia muito difícil para todos nós que estamos participando deste Governo, tentando construir o Brasil, retomar o Brasil, trabalhando em prol daqueles que estão desempregados.

Destruíram este País e conseguiram fazer com que a economia ficasse em frangalhos. Nós podemos pensar no hoje, mas também temos que pensar no amanhã. Não podemos votar hoje pensando apenas na continuidade desse trabalho e nas reformas que estão sendo feitas. Nós temos que pensar numa mudança para este País, na mudança de atitude do povo brasileiro, na mudança de atitude da classe política.

Nós não podemos achar que os fins justificam os meios. Nós temos que entender que a moral e a ética precisam prevalecer, e nós só vamos mudar este País se mudarmos a forma de fazer política.

Por isso, hoje nós temos que votar não pensando no agora, mas pensando no amanhã, pensando no futuro, pensando naqueles que nos colocaram aqui. É uma decisão difícil, mas nós vamos tomá-la.

**O SR. PRESIDENTE** (JHC) - Agradeço ao eminente Deputado Joaquim Passarinho.

*Durante o discurso do Sr. Joaquim Passarinho, o Sr. Carlos Manato, 4º Suplente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. JHC, 3º Secretário.*



---

**O SR. PRESIDENTE** (JHC) - Convido o Deputado Mauro Pereira para fazer uso da palavra.

**O SR. MAURO PEREIRA** (PMDB-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, primeiramente, gostaria de ressaltar a todos os Deputados e Deputadas a importância de registrarmos a presença e votarmos a matéria.

Nós temos que virar essa página. O Brasil precisa andar, a economia precisa andar, e nós precisamos cumprir a nossa parte.

O relatório do Deputado Paulo Abi-Ackel, do PSDB, foi feito com muita clareza, com muita decência. Eu votarei a favor desse relatório.

E nós temos também o atraso. Refiro-me ao PT, ao PCdoB, à REDE, ao PSOL e ao PDT, que quebraram o Brasil nos últimos 12 anos e agora querem continuar a fazê-lo.

Peço a V.Exas., por favor, que não fiquem do lado do Maduro, não fiquem do lado da Gleisi Hoffmann, que fez uma moção de apoio a Maduro, junto com o PDT e o PCdoB. Esse povo não merece o voto de ninguém.

Solicito a V.Exas. que votem a favor do relatório do Deputado Paulo Abi-Ackel, que é gente boa, é trabalhador e quer o melhor para o nosso País.



**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Convido o Deputado Daniel Coelho a fazer uso da palavra.

**O SR. DANIEL COELHO (PSDB-PE. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, não é com felicidade que temos esta sessão, mas a lei e a ética não podem ser seletivas.

Este Plenário teve a coragem de afastar a Presidente Dilma Rousseff, que errou: cometeu atos ilícitos, atos de corrupção. Este Plenário teve a coragem de cassar o Deputado Eduardo Cunha. Portanto, este Plenário tem que ter a mesma coragem e a mesma posição ética para autorizar que o Presidente Michel Temer seja investigado.

Nós não podemos fechar os olhos, quando as investigações pesam contra nosso campo político ou contra nossos partidos. A população está cheia é desta seletividade e da maneira como o Plenário tem se comportado. A ética, para os inimigos; para os aliados, fecham-se os olhos.

Hoje teremos aqui uma posição de coerência. Assim como votei para que Dilma fosse afastada e para que Eduardo Cunha fosse cassado, votarei para que Michel Temer seja investigado.



---

**O SR. PRESIDENTE** (JHC) - Convido o Deputado Afonso Motta a fazer uso da palavra.

**O SR. AFONSO MOTTA** (PDT-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, o Brasil está voltado para este Parlamento. Portanto, cabe a nós, acima de qualquer circunstância, a responsabilidade de dar a resposta à sociedade brasileira na forma da lei, da Constituição e do Regimento desta Casa. Achamos que investigar é preciso.

Na Comissão de Constituição e Justiça, evidenciaram-se indícios, fatos e materialidade suficientes para que o Supremo Tribunal Federal dê o veredito. O nosso papel é admitir a investigação.

Por isso, o PDT vai votar a favor da denúncia, pelo seu acolhimento e pelo processamento.

Não ao Presidente Temer!

Muito obrigado, Sr. Presidente.



**O SR. PRESIDENTE** (JHC) - Concedo a palavra ao Deputado Carlos Manato.

*(Manifestação no plenário: Fora, Temer!)*

**O SR. CARLOS MANATO** (SD-ES. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de registrar os meus parabéns à bancada do Estado do Espírito Santo. Segunda-feira nós nos reunimos com o Ministro Maurício Quintella e também, Sr. Presidente, tivemos uma reunião com a ANTT — Agência Nacional de Transportes Terrestres, para que se resolvesse o problema da ECO 101, na BR 101.

Nós da bancada, tomando providências, Sr. Presidente, fizemos algumas movimentações ontem. A bancada esteve com o Ministro do Planejamento tentando um recurso e esteve também no BNDES para tentar uma solução que consiga resolver o problema da duplicação da BR-101. Então o papel da bancada nós estamos fazendo, Sr. Presidente.

Então é isso que eu gostaria de registrar: os parabéns à bancada do Estado do Espírito Santo.

**O SR. MAURO PEREIRA** - Lula na cadeia!





**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Gostaria de convidar o eminente Deputado Tenente Lúcio para fazer uso da palavra.

**O SR. TENENTE LÚCIO (PSB-MG. Sem revisão do orador.)** - Eu gostaria de agradecer ao Diretor-Geral da PRF — Polícia Rodoviária Federal, Renato Borges Dias, com quem estive ontem, por ter nos autorizado a fazer uma campanha em Uberlândia para que a Polícia Rodoviária Federal acompanhe os romeiros até a cidade de Romaria, fazendo a segurança deles na estrada. Isso é o que muito nos preocupa também na nossa região.

Já conversamos também com o Inspetor Uzeda, responsável por Minas Gerais, e com a Superintendente Jane da Delegacia de Uberlândia.

Eu quero tranquilizar os romeiros, pois nós conseguimos essa autorização. *(Manifestação no plenário: Fora, Temer! Fora, Temer!)* Agora vamos repassar a gasolina e credenciar um posto para que possamos atender, com segurança, os romeiros que vão para a cidade de Romaria.

**O SR. MAURO PEREIRA** - Lula na cadeia! *(Manifestação no plenário: Fora, Temer! Fora, Temer!)*

**O SR. TENENTE LÚCIO** - Meu muito obrigado à PRF, à inspetora Jane, ao Diretor-Geral da instituição, Renato Borges Dias, e também ao Uzeda, responsável em Minas Gerais.

Muito obrigado.

Esta é a nossa comunicação. *(Manifestação no plenário: Diretas, já! O povo quer votar!)*



---

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Concedo a palavra ao Deputado Weliton Prado.

*(Manifestação no plenário: Diretas já! O povo quer votar!)*

**O SR. WELITON PRADO** (PMB-MG. Sem revisão do orador.) - Fora, Temer!  
Diretas já!

O meu compromisso é público, registrado em cartório: não voto nenhum projeto que retire direito dos trabalhadores, dos servidores públicos e dos aposentados.

**O SR. MAURO PEREIRA** - Lula na cadeia!

**O SR. WELITON PRADO** - Não voto nenhum projeto que aumente impostos para os mais pobres.

Fui o primeiro, há mais de 1 ano, a dizer “*Fora, Temer!*”, a pedir cartão vermelho para Temer e novas eleições. Para pacificar o País, eleições diretas!

O Presidente Temer não tem legitimidade. Mais de 81% da população quer a sua saída. Eu percorri o meu Estado inteiro — passei pelo Triângulo Mineiro, pela Região Metropolitana de Belo Horizonte e por todas as regiões do Estado, incluindo o norte de Minas —, e a população quer Temer fora.

Este é o nosso posicionamento.

O nosso voto é pela aceitação da denúncia, pelo “*Fora, Temer!*”, por eleições diretas e pelo “*não*” à reforma da Previdência! *(Manifestação no plenário.)*



**O SR. PRESIDENTE** (JHC) - Concedo a palavra ao Deputado Carlos Henrique Gaguim, por 3 minutos. (*Manifestação no plenário.*)

**O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM** (Bloco/PODE-TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nobres pares, como representantes do Tocantins, nós estamos tentando levar recursos para esse Estado. (*Manifestação no plenário: Fora, Temer!*)

Na semana passada, estivemos na cidade de Miracema do Tocantins, onde há uma ponte para ser construída, o que é um sonho daquela população há quase 80 anos. Com a nossa emenda impositiva, ainda de 2016, nós conseguimos alocar recursos para a construção dessa ponte sobre o Rio Providência.

Os recursos decorrentes dessas emendas não são para os Deputados. Hoje, e nesses anos, o que se está liberando a todos os Parlamentares são, sim, recursos de emendas que vão beneficiar o povo — por exemplo, com o posto de saúde de Irmão Adelaide e com a orla da minha querida Xambioá, para a qual nós também alocamos recursos em 2015 — esta obra está atrasada, mas estamos dando continuidade a ela.

A minha preocupação aqui é com a ponte de Xambioá, Sr. Presidente, obra para a qual nós colocamos recursos de emenda de bancada, e esses recursos estão sendo perdidos. Não podemos admitir a situação que envolve a construção dessa ponte, pois ela é um sonho daquela população há muitos anos e fruto do trabalho de muitos tocantinenses, inclusive Parlamentares, por muitos anos. Nós esperamos que a Justiça possa liberar, aqui em Brasília, a licitação, para beneficiar o povo de Xambioá com aquela ponte.



Para a minha querida Brejinho de Nazaré, da minha Prefeita Miyuki, estamos alocando recursos, a fim de que seja construído um frigorífico de peixes, o que poderá gerar milhares de empregos para a região. Afinal, o nosso Estado é viável, e a Prefeita tem aplicado os recursos, assim como também os Prefeitos de Nova Rosalândia, Cristalândia, Carrasco Bonito, Novo Alegre, Combinado e todos os outros que têm se empenhado em levar recursos para seu Município e têm procurado o nosso gabinete.

Nós estamos aqui para levar recursos para os Municípios. Essa é a nossa obrigação; essa é uma obrigação do Parlamentar. Nós temos sido atendidos pelos Ministros, com os quais estamos fazendo o planejamento necessário para realizarmos esse trabalho. E não são só os Deputados do Governo que têm recebido recursos para beneficiar suas cidades, não. Todos os Deputados, inclusive os da Oposição, têm recebido recursos para levar benefícios para sua cidade.

Eu sou um Deputado do Tocantins e tenho a obrigação de lutar pelo meu Estado.

Sr. Presidente, quero solicitar que essas palavras sejam divulgadas no programa *A Voz do Brasil*.

Parabéns a todos os que hoje estão presentes aqui! Parabéns, mais uma vez, ao meu Presidente Rodrigo Maia!

Que Deus abençoe todo o País. O País precisa de oração, o País precisa de muita reflexão, porque muita gente está morrendo nos hospitais, muita gente está precisando de emprego, e nós temos que criar empregos e renda para a nossa população. Esse é o nosso objetivo como Parlamentar do Tocantins e do Brasil.

Muito obrigado, meu querido Presidente.



*O Sr. JHC, 3º Secretário, deixa a cadeira da  
Presidência, que é ocupada pelo Sr. Rodrigo Maia,  
Presidente.*



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ  
Número Sessão: 198.3.55.O  
Data: 02/08/2017

REDAÇÃO FINAL  
Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD  
Montagem: 5199

---

## V - ORDEM DO DIA

**PRESENTES OS SEGUINTE SRS. DEPUTADOS:**



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - A lista de presença registra o comparecimento de 76 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Passa-se à apreciação da matéria sobre a mesa e da constante da Ordem do Dia.

Item único.

**SOLICITAÇÃO PARA INSTAURAÇÃO DE  
PROCESSO Nº 1, DE 2017  
(SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL)**

*Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania que conclui pelo indeferimento da solicitação de autorização para a instauração, pelo Supremo Tribunal Federal, de processo criminal em razão de denúncia formulada pelo Ministério Público Federal em desfavor do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Michel Miguel Elias Temer Lulia, nos autos do Inquérito nº 4.517 (Relator: Paulo Abi-Ackel).*





**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Autorizo o ingresso, no plenário, dos Srs. Antônio Cláudio Mariz de Oliveira, Fábio Castello Branco Mariz de Oliveira, Brian Alves Prado e Gustavo Bonini Guedes, advogados que representam o Sr. Presidente da República.

Antes de iniciar a discussão, concederemos a palavra ao Deputado Paulo Abi-Ackel, Relator da matéria, pelo tempo de 25 minutos, sem apartes. *(Pausa.)*

**O SR. LEONARDO PICCIANI** - Sr. Presidente, uma questão de ordem sobre o processo de votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Sim, Deputado.

**O SR. LEONARDO PICCIANI** (PMDB-RJ. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós estamos iniciando uma sessão que depende de quórum ultraqualificado para ocorrer. Eu solicito a V.Exa. que os Parlamentares que usaram a palavra sem registrar presença no painel tenham a presença computada para efeito de quórum.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Será assim.

**O SR. LEONARDO PICCIANI** - Se falaram, estão presentes — é regimental e a praxe na Casa. Não há discursos de fantasmas neste plenário. O Deputado Daniel Coelho falou e não registrou presença, assim como o Deputado Weliton Prado, o Deputado Afonso Motta e o Deputado Pompeo de Mattos. Eu peço a V.Exa. que compute a presença dos que fizeram uso da palavra.

**O SR. DANILO FORTE** (PSB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, só quero corroborar o que foi anunciado pelo Deputado Leonardo Picciani. No mesmo intuito, todos aqueles que se inscreveram na lista oficial disponibilizada pela Mesa aos Parlamentares também devem ser reconhecidos



como presentes, na medida em que estão inscritos para falar e debaterão o assunto em voga.

Então, contribuindo com o que já foi manifestado pelo Deputado Leonardo Picciani, solicito que também seja arguida pela Mesa a inscrição como fator de presença na Casa. *(Manifestação no plenário.)*



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado Paulo Abi-Ackel.

**O SR. PAULO ABI-ACKEL** (PSDB-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Rodrigo Maia; Sras. e Srs. Deputados Federais; Dr. Antônio Cláudio Mariz de Oliveira, trata-se da leitura do relatório relativo à Solicitação para Instauração de Processo nº 1, de 2017, referente à autorização de instauração de processo criminal contra o Presidente da República.

São as seguintes as razões do meu relatório.

“A Constituição atribui à Câmara dos Deputados a decisão sobre a conveniência de submeter desde logo o Presidente da República a processo penal, nos termos da denúncia contra ele apresentada pelo Ministério Público, ou a de optar pelo início do processo uma vez concluído o mandato presidencial.

Nem a autorização para o procedimento penal imediato importa em juízo de culpabilidade, nem o adiamento resultante da negativa da licença remete a suspeitas de impunidade.

A razão de ser da norma constitucional é a de submeter à Câmara dos Deputados o juízo de oportunidade e conveniência da ação penal, no momento da postulação do órgão acusatório, em virtude da necessária consideração dos altos interesses do nosso País. Não fosse o confronto desses interesses superiores com a postulação acusatória, nenhuma outra razão justificaria o mandamento constitucional de prévia autorização da Câmara para instaurar o processo.

A razão da existência da norma constitucional é a do exame, pelo Poder competente, da possível prevalência do interesse nacional sobre o momento em que se pretende deflagrar o processo. Nenhum prejuízo à justiça poderá ser invocado



contra a decisão da Câmara que fixar a oportunidade mais aconselhável para o início da ação penal. Se porventura negada a licença, concluído o mandato o Presidente da República responderá à denúncia contra ele oferecida ao Supremo Tribunal Federal, sujeita a peça acusatória tão só às exigências da legislação processual penal, comum a todos os cidadãos brasileiros.

A outorga da licença importa, pois, em afastar o Presidente da República do exercício de suas funções, no caso vertente, em hora crucial de restabelecimento das condições do País, grave e profundamente comprometidas, e ora ostentando sinais convincentes de recuperação.

Modestos que ainda sejam esses sinais, contrastam eles com os do passado recente, sempre desastrosos, e resultam, sem dúvida, de um árduo e constante esforço deste Governo.

Consta dos registros históricos do nosso tempo a desolação que se apoderara do País ao assumir o Presidente Temer as responsabilidades da Presidência. O País se encontrava literalmente paralisado, com as contas públicas em desordem, déficit fiscal crescente, indústrias paradas e exportações em colapso. A esse quadro somavam-se danos, como a inflação em alta, de braço dado com juros insuportáveis, além dos desastres na PETROBRAS e no setor elétrico, vítima, este último, da improvisação e do voluntarismo.

O PIB, nosso Produto Interno Bruto, não guardava surpresas. Era, a cada anúncio, sempre menor, em certo momento acompanhado da redução da nota de confiabilidade no Brasil pelas agências internacionais de avaliação de risco.

Não é possível negar que nesse passado recente o Governo entrara em estado de perplexidade e absoluta inércia, enquanto se operava a devastação na



área do emprego e se acentuava em todos os setores da população o sentimento a cada dia mais acentuado da gravidade da situação.

O novo Governo se instalava em meio às mais dramáticas condições, provavelmente as mais difíceis e complexas de toda a nossa história republicana. Restava-lhe o caminho de adotar imediatamente medidas duras e urgentes para conter a queda, ladeira abaixo, de uma economia dificilmente recuperável.

A extravagância dos apelos à heterodoxia já exibira em governos anteriores seu alto preço em descontrolado inflacionário e desarranjos econômicos de reparação longa e difícil. O Presidente optou pelo enfrentamento da crise através de remédios amargos mas inevitáveis, decisivamente necessários para desarmar as complicações e impasses de antemão colocados em seu caminho.

Estamos diante de um Governo imune às críticas, satisfatório em todos os setores de seu desempenho? É claro que não, Sras. e Srs. Parlamentares. Há muito o que corrigir, muito o que fazer, muito ainda o que ousar. Mas há que se registrar, a seu crédito, acertos e benefícios para o País.

O mais evidente anúncio de que afinal se opera uma reconstrução do País reside na reversão dos percentuais relativos ao Produto Interno Bruto. As quedas de seu percentual eram constantes e as expectativas sobre sua evolução tornaram-se inevitavelmente negativas, dada a exaustão do fôlego da economia. A pretexto de estimular grandes empresas a alcançar o título de campeãs nacionais, derramou-se entre muitas, através do BNDES, o dinheiro do tesouro a juros escandalosamente baixos, sem resultados para a economia do País.

Dessa generosidade com o dinheiro público beneficiaram-se empresas como as dos irmãos Wesley e Joesley Batista e outras do mesmo gênero, imensamente



enriquecidas pelas facilidades de acesso a empréstimos privilegiados e débeis garantias de resgate. Não só por esta causa, mas pelo vasto conjunto de desacertos, o Brasil teve que abandonar as esperanças de incluir-se no rol dos países desenvolvidos para situar-se entre nações geradoras de desconfiança em relação à capacidade de honrar seus débitos.

Sejam quais forem as críticas ao Governo é justo reconhecer mudanças positivas na condução da economia. O PIB sempre decrescente não mais alarma o País com seus números negativos. O que hoje se discute, até mesmo em agências internacionais de prestígio, como o Fundo Monetário Internacional, é o aumento do índice de crescimento da economia brasileira no corrente ano.

Há vozes consternadas com o baixo crescimento, na ordem de 0,3% a 0,5%, mas esses números modestos exibem um salto de eficiência da economia. Eles emergem, enfim, no campo dos saldos positivos, a despeito dos males de difícil erradicação que ainda os afetam. Essa reversão significa que o País afinal se levantou — ou está se levantando, se preferirem — da depressão que o afligia até bem pouco tempo atrás.

Será precisamente este o momento adequado para promover, através da outorga da licença, a destituição do Presidente da República? Estamos vivendo o momento crucial da restauração das condições para o desenvolvimento do País. E o mais elementar dos sentidos de oportunidade aponta na direção da continuidade desses esforços para a conquista de um clima de confiança no futuro imediato do País.

O debate democrático que se desenvolve sobre a ação do Governo reflete com intensidade as divergências de opinião. Há quem se oponha à política



econômica que alcança esses resultados. Há quem considere errônea e equivocada a execução orçamentária, o enxugamento das despesas e as medidas concernentes ao ajuste fiscal. Pode e deve haver reparos de natureza técnica a estes e outros aspectos do desempenho do Governo. E é bom para o País que se ampliem discussões e críticas à correção de rumos e ao aperfeiçoamento de políticas adotadas. Afinal, somos uma Nação democrática que assegura a escolha de seus rumos pela liberdade de opiniões.

Tudo isto, em conjunto, assegura o equívoco de se considerar sem importância para o País a licença para processar o Presidente da República. Medidas restritivas na economia têm seu preço na queda dos índices de popularidade do Presidente que as adota. A questão que se põe para a população é a de saber se no Brasil, tão grandemente afetado por uma continuidade de erros, seria possível apelar para paliativos embalados em grandes campanhas de publicidade.

A tentativa de mascarar a crise deflagrada no Brasil seria não só irresponsável como odiosa e agressiva à inteligência do nosso povo. Seja por mérito, seja pela falta de opções, as medidas tomadas pelo Governo, restritivas como são, tinham mesmo que despertar insatisfações, naturalmente intensificadas pelo vigor da Oposição.

As referências à situação do País não podem ocultar que entre as medidas tomadas se incluem reformas estruturais de grande e inegável alcance, desejadas há anos, mas sempre proteladas.

Coube ao Governo do Presidente Temer a iniciativa de submetê-las ao Congresso, que as acolheu, em razão de sua necessidade para modernização de



setores vitais para a economia e para abolir privilégios insustentáveis. As reformas propostas, concretizadas pela maioria Parlamentar em ambas as Casas do Congresso, tornaram-se leis ou estão já em avançado debate.

Sras. e Srs. Parlamentares, desde que encaminhado à Câmara o pedido de licença pelo Supremo Tribunal Federal, foi ele objeto de tramitação imediata, sobre ele se manifestando, em primeiro lugar, a Comissão de Constituição e Justiça, na qual foram objeto de amplo debate todos os aspectos referentes à denúncia oferecida pelo Ministério Público, sendo oportuno destacar o relatório elaborado na ocasião pelo ilustre e digno Deputado Sergio Zveiter e a forma exemplar com que conduziu os trabalhos, no exercício da Presidência da Comissão, o eminente Deputado Rodrigo Pacheco.

Ao Plenário da Câmara cabe, enfim, o alto encargo de pôr fim ao processo, com sua decisão soberana sobre o momento adequado à instauração do procedimento judicial. Cabe aqui acentuar, para o necessário registro, a conduta exemplar, a conduta superior e isenta com que se desincumbe de suas responsabilidades, desde o momento inicial da tramitação desta delicada matéria, o Presidente da Câmara, Deputado Rodrigo Maia.

A decisão da Câmara, ao conceder ou negar a licença, não alterará a substância ou o destino da denúncia oferecida contra o Presidente da República pelo Procurador-Geral da República, Dr. Rodrigo Janot. A denúncia remanesce na inteireza de seus termos, se porventura negada a licença para imediato início da ação penal. A Câmara decide a matéria como juiz da oportunidade da instrução criminal, sobretudo diante do afastamento automático do Presidente, por 180 dias.





Esse mecanismo de conveniência e oportunidade do processo penal não pode ser confundido com pretensa norma de impunidade ou rotulado como um salvo-conduto para o cidadão que ocupa, episodicamente, o cargo de Presidente da República. Na verdade, ao delegar a decisão à Câmara dos Deputados, o Constituinte pretendeu dotar o Poder Legislativo da prerrogativa de decidir, em juízo político, se a sujeição do Presidente da República a um processo penal, no momento da decisão, ou seja, na conjuntura em meio à qual deve manifestar-se a Câmara, poderia ser prejudicial ao País.

Torna-se evidente que a cautela do Constituinte, ao submeter a questão ao julgamento de conveniência da Câmara, deveu-se à possibilidade ou à hipótese de que o afastamento do Presidente, nas circunstâncias referidas, possa causar instabilidade política ou econômica ao País.

É extremamente equivocada, Sras. e Srs. Parlamentares, pelas razões expostas, a concepção simplista de que a negativa de autorização ao Supremo Tribunal Federal para instaurar imediatamente o processo criminal contra o Presidente da República vá lhe assegurar qualquer impunidade.

A negativa da licença importará exclusivamente em sobrestamento temporário do exame da matéria pelo Poder Judiciário, pois o impedimento cessa inexoravelmente no momento em que se encerra o mandato presidencial. Trata-se de uma questão de oportunidade, considerado o interesse do País no instante em que, a critério exclusivo da Câmara, é fixada a fase adequada à instalação do processo.

O julgamento da Câmara é de natureza política em sua essência, mas é natural que, na elaboração de seu voto, o Parlamentar leve em conta o valor



intrínseco da denúncia, a exatidão de sua narrativa e, principalmente, a razão, fundada no bom senso, da atribuição de responsabilidade penal ao Presidente da República.

A demonstração objetiva da vinculação da pessoa denunciada à prática do delito, a narrativa do ato que o indica como autor ou partícipe da ação delituosa não são invocadas neste relatório como indispensáveis à atribuição de culpabilidade exclusivamente ao Presidente da República. O mais modesto, o mais desamparado dos indivíduos não pode, se não por arbítrio, ser levado à barra dos tribunais sem que sua participação no delito seja passível de clara evidência de responsabilidade.

Esse princípio não decorre de uma teoria nem resulta de uma recente doutrina. É, ao contrário, elemento fundamental do Estado Democrático de Direito, incluído como se encontra entre os direitos e garantias da pessoa, onde quer que se viva sob o império da lei.

No relatório que apresentamos à Comissão de Constituição e Justiça, por ocasião do julgamento por aquele órgão técnico da Câmara, procurei demonstrar que a denúncia oferecida contra o Presidente da República carece de elemento essencial a peças acusatórias, pois lhe falta a descrição do vínculo, lhe falta o nexo causal entre a prática do ato delituoso e a pessoa do Presidente.

Na denúncia em que se discriminam os atos do Sr. Rodrigo Loures, referentes a toda a questão do recebimento do dinheiro que lhe foi entregue por Ricardo Saud, agente executivo do Sr. Joesley Batista, a inclusão do nome do Presidente da República não se apoia em testemunhos, documentos ou provas e indícios contábeis e periciais. É uma inclusão desamparada de material probatório antes ou depois coletado. Despida de elementos fáticos sobre o Presidente da República, a



denúncia, para alcançá-lo, submeteu-se ao fenômeno da derivação. Sofreu, em seu final, evidente mudança de rumo por força da suposição existente no espírito do acusador.

Não me parece necessário lembrar, após tão ampla e reiterada publicidade sobre esses acontecimentos, a imprestabilidade da gravação feita pelo Sr. Joesley da conversa com o Presidente da República, tantos são os indícios técnicos indicativos da suspeição que a envolve. Das cinco perícias realizadas a respeito, firmadas por técnicos e instituições especializadas, quatro são unânimes no reconhecimento da existência de ruídos e pausas derivadas de efeitos inexplicáveis ou de manipulação, que anulam completamente a credibilidade que se pretendeu emprestar-lhe.

O ato em si da gravação feita pelo Sr. Joesley Batista mereceu da eminente e respeitada jurista Ada Pellegrini Grinover, professora sênior de Direito da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, o qualificativo de torpe, em parecer no qual examinou exaustivamente a eficácia da prova ilícita como elemento de convicção nos processos penais.

Pode-se afirmar com procedência que esses aspectos ligados à apuração criminal são exclusivamente da competência do Poder Judiciário e escapam, por sua natureza, do âmbito de competência da Câmara dos Deputados. Está claro que não lhe compete tal atribuição. Seu juízo político, no entanto, dificilmente a afasta ou a torna imune à compreensão de todos os aspectos envolvidos em uma questão de interesse nacional, também sujeita ao seu julgamento e, em consequência, à sua plena compreensão.



De qualquer modo, a Constituição outorgou-lhe autoridade plena para decidir, em face das circunstâncias que vive o País, se o mandato presidencial deve ser exercido até sua efetiva conclusão ou se deve ser suspenso ou interrompido por força de uma denúncia que ainda está por provar aquilo que afirma.

As informações originárias de instituições acadêmicas, dos estudos de economistas de renome, de dados estatísticos colhidos em pesquisas por institutos especializados demonstram o desenvolvimento contínuo de uma ação governamental destinada a recompor as bases do desenvolvimento econômico do País. Do conjunto dessa ação governamental resultam, aqui e agora, sinais animadores que tendem a adensar-se pela continuidade e pelo aprofundamento desse mesmo esforço.

Para alcançá-los, Sras. e Srs. Parlamentares, tem sido indispensável a colaboração do Poder Legislativo, onde ressoam, com maior intensidade do que em qualquer outro, os reclamos e angústias do povo que representa. Tenho certeza de que não fugirá, especialmente a Câmara dos Deputados, onde reside, por delegação, a própria soberania popular, ao dever de assegurar e fortalecer o que vai se firmando como única saída para os tempos difíceis vividos pela Nação. Nenhum prejuízo causará à Justiça a negativa da licença, preservada como ficará a denúncia para seu inevitável prosseguimento logo que concluído o mandato presidencial.

Sras. e Srs. Parlamentares, são estas as razões do relatório que me coube elaborar e sustentar, e que se encerra com a conclusão de que deve ser negada pelo Plenário a licença para processar, imediatamente, o Presidente da República.  
(...)



Por todas essas razões que acabo de expor, reitero que meu relatório é no sentido da inadmissibilidade da acusação e pelo indeferimento da Solicitação para Instauração de Processo nº 1, de 2017”, contra o Presidente da República, Michel Temer.

Muito obrigado, Sras. e Srs. Parlamentares.



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Sr. Antônio Cláudio Mariz de Oliveira, representante do Presidente da República, pelo tempo de 25 minutos.

**O SR. ANTÔNIO CLÁUDIO MARIZ DE OLIVEIRA** - Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Srs. membros da Mesa, Sras. e Srs. Deputados, mais uma vez, eu me apresento, em nome do Presidente Michel Temer, para discutir, analisar e concluir a respeito de uma denúncia que foi contra si apresentada.

Quero, nesta oportunidade — e escolhi esta oportunidade —, demonstrar o rol de equívocos que foram cometidos, alguns de forma proposital, alguns outros frutos de má interpretação da lei e dos fatos, mas, de qualquer maneira, equívocos.

Esse rol de equívocos está colocando o País em dificuldade numa hora em que o Brasil está avançado; numa hora em que, como já disse o Ilmo. e Exmo. Relator deste caso, Deputado Paulo Abi-Ackel, os juros caem, o dólar cai, o desemprego cai, a indústria retoma um ritmo desejável. Nesta hora se põem em risco essas conquistas obtidas em 1 ano de Governo do Presidente Michel Temer e dos seus Ministros e assessores.

Será que isso é patriótico? Será que se está fazendo isso em nome da justiça? Mas que justiça? Que justiça se pode fazer em face de uma denúncia capenga, chocha, fruto de elaboração mental, fruto de ficção? De uma denúncia que só denota vontade de acusar por acusar, que só denota, na verdade, uma ânsia de ver o País em dificuldades em nome de se alcançar o justo ou de se alcançar e se desejar a aplicação de Lei Penal?

O primeiro equívoco que anoto e sobre o qual eu gostaria que V.Exas. refletissem é que se coloca, por meio dessa denúncia, no banco dos réus o



---

Presidente da República, enquanto se coloca, por meio dessa mesma denúncia, no altar da santidade um criminoso confesso, um criminoso delator.

O que é isso? Em nome de que princípios e de que valores isso vem ocorrendo neste País? O Presidente da República, um homem de caráter absolutamente à prova de qualquer crítica, um homem de passado político público e privado absolutamente imaculados é colocado no banco dos réus pela vontade de uma meia dúzia de paladinos da verdade, da pureza, da ética; homens que se arvoraram em messias; homens em relação aos quais só se devem reverências, só se deve absoluta obediência porque quem pensa como eles é puro, quem pensa como eles é santo, quem pensa como eles estará sempre no altar, longe, distante do banco dos réus! Quem pensa contra eles é adepto da corrupção; quem pensa contra não tem padrões morais nem éticos.

Esta mesma equipe, este mesmo grupo que se tornou o grupo salvador da Pátria coloca sob suspeição a classe política, coloca sob suspeição a advocacia — advogados, para eles, são chicaneiros —, coloca sob suspeição os médicos, que, para eles, são uns charlatões. Aqueles que não concordam com eles, sejam de que segmentos sociais e profissionais forem, estão execrados e merecem execração pública.

Esses homens é que são os donos de uma verdade que se quer impor à Nação, uma verdade absolutamente falsa, uma verdade construída a seu bel prazer!

Nós temos outro equívoco. Fala-se que o Presidente da República terá essa acusação arquivada para sempre. Mentira! Engodo! Embuste! O Presidente da República, em 1º de janeiro de 2019, estará respondendo, sim, a esta denúncia em primeiro grau, com um juiz conhecido de Curitiba ou com outro juiz qualquer. Se



será recebida ou não eu não sei, mas essa denúncia não irá para um arquivo pelo fato de esta Câmara julgar corretamente, não dando licença para o seu processamento.

Essa é apenas uma questão temporal. Um ano e meio. Não se pode aguardar 1 ano e meio? Será o Presidente da República um facínora que não pode ficar solto? Será o Presidente da República um homem que deve ter confinada a sua liberdade ou ser expulso do Palácio do Planalto porque não se pode esperar 1 ano e meio? Estará ele cometendo barbaridades contra a Nação? Ou estará ele, como já foi dito aqui, agindo em prol da Nação, oferecendo-lhe uma série de benefícios? Não se pode esperar 1 ano e meio? Não se pode desejar que o Presidente da República continue com a sua missão redentora deste País? Vamos acabar com isso! Vamos dar uma solução de continuidade.

Um outro equívoco: *“Ah, mas é preciso deixar que o Supremo investigue”*. Supremo Tribunal Federal não investiga! Supremo Tribunal Federal não é órgão policial de investigação! A investigação que teria que ser feita já o foi — e malfeita, apressada, de modo que conduziu a um oferecimento açodado de pedido de abertura de inquérito; conduziu ao recebimento açodado, apressado, por parte de um Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Vai-se investigar o que no Supremo Tribunal Federal? E vai-se “investigar” — entre aspas — depois de o Presidente afastado? Porque é óbvio que o Supremo Tribunal Federal só dará início ao processo se receber a denúncia. E, em recebendo o Supremo a denúncia, o Presidente da República estará afastado!





É isso o que a Nação brasileira quer? Será esta a decisão *pro societate*? Não! Até porque não se consultou a sociedade sobre isso. Será que a sociedade não prefere 1 ano e meio de continuidade dessas medidas benéficas a ela, sociedade?

Que história é esta de *pro societate*? E a moral e a dignidade pessoal do Presidente da República? Isso não importa? Não importa o sofrimento que esta denúncia, com toda a cobertura que certa imprensa lhe dá, está trazendo para seus filhos, para sua mulher, para seu irmão? Será que não se pensa no homem Michel Temer? O homem Michel Temer, repito, teria praticado barbaridades de tal monta a merecer esta pena, que é uma pena cruel? E a Constituição Federal não permite penas cruéis. E ela é uma pena perpétua, porque macula a imagem de um homem.

Será que há razões para tudo isso? Será que há razões para a sangria da Nação, para a sangria da dignidade, da honra, da moral de um homem de bem?

Este é um outro equívoco. O Supremo Tribunal Federal, meus senhores, não investiga. O Supremo recebe a investigação pronta, para receber ou não receber uma denúncia. Recebendo-a, afasta automaticamente o Presidente da República.

Um outro engodo, este proposital; um outro equívoco, mas engodo, sim: o Presidente da República teria praticado corrupção. O Presidente da República teria praticado corrupção, porque o Presidente da República — e aí eles começam — recebeu. Mas recebeu de quem? Recebeu quando? Recebeu onde?

Lancei um repto e o relanço: quando o Presidente da República recebeu algum níquel? *“Ah! não, o Presidente da República não recebeu diretamente; o Presidente da República recebeu por intermédio de terceira pessoa.”* Quando? Quem? Que terceira pessoa? *“Seria um assessor seu, homem da sua absoluta confiança que recebeu uma mala de dinheiro.”* Mala de dinheiro que foi devolvida!



Mala de dinheiro que não foi devolvida pelo Presidente da República, porque não a recebeu! Ele jamais cogitou recebê-la, porque é um homem de bem, é um homem honesto!

E ressalto: mala essa preparada adremente. Inclusive, creio eu — e agora me permito também cair no campo das suposições e das hipóteses — que essa mala deveria ter um *chip*, porque era uma mala que fazia parte de toda essa encenação. E cadê o *chip* da mala? Sabem por que o *chip* da mala desapareceu? Diz-se que não se pôs *chip* na mala, quando anteriormente a notícia era de que havia *chip* na mala. Sabe por quê, Deputado? Diz-se que não havia *chip* na mala porque se tirou o *chip* da mala, uma vez que a mala não foi para o destino que eles queriam que fosse. É isso! A mala não foi para o destino que queriam que fosse. E desejavam ardentemente, ardorosamente que esta mala caísse no colo do Presidente da República.

Enganaram, forjaram, fizeram uma verdadeira comédia bufa para intrigar e prejudicar este País através da ação absolutamente condenável desta meia dúzia redentora desta Nação.

Houve outro equívoco, também proposital: prepararam uma gravação. Em fevereiro, este Joesley — que está no banco, ou melhor, que deveria estar no banco dos réus, mas está no altar da santificação — ligou para o Procurador da República e disse: “*Quero fazer delação*”. Nós estamos falando de fevereiro.

E ainda me permito, no campo da suposição e da hipótese — porque eu tenho esse direito, como defensor do Presidente; ele tem esse direito; a sociedade brasileira tem esse direito; seus companheiros têm esse direito —, supor que houve, sim, um encontro prévio, no fim de fevereiro, começo de março, preparando a



delação, preparando todo um esquema para enredar o Presidente da República. Será que não foi dito a esse cidadão: “O senhor precisa me trazer coisas substanciosas, porque senão não faremos a delação”? Aí é possível que Joesley tenha dito: “Coisas substanciosas eu posso ter em relação ao Presidente da República”. “Ah, isso nos interessa!” E aí prepararam a gravação, sem autorização judicial. Prepararam a gravação sem nenhuma cobertura legal. Prepararam, eles, sim, uma gravação clandestina, subterrânea, no submundo da coleta de provas. Eles fizeram isso.

E aí eles dizem que o Presidente da República, estranhamente, recebeu alguém às 11 horas da noite no Palácio do Jaburu. Eu estive com o Presidente várias vezes, e ele recebeu vários homens ilustres, Parlamentares e de outros segmentos, às 10 e meia, às 11 horas.

“Ah! mas o Presidente da República recebeu esse homem no porão da sua casa”. O Presidente da República me autorizou a convidar V.Exas. para conhecerem o porão — aqueles que não o conhecem. Eu fui conhecer o porão. O porão tem sala de estar, sala de jantar, sala de exibição de cinema. Que porão é esse? Que porão?! É uma dependência que fica embaixo da casa. Virou porão! Virou porque interessa a esse enredo todo, montado para prejudicar, repito, a Nação e o Presidente da República.

“Ah! mas o Joesley passou pela portaria com nome falso!” Outra mentira! Outra mentira! Quem marcou essa reunião foi Rodrigo. Rodrigo Loures marcou essa reunião, não pôde ir, deu a chapa do automóvel que iria conduzir Joesley, e ele passou pela portaria. “Ah! o senhor é o Dr. Mariz? Já está avisado aqui que o senhor virá. Pode entrar.” É assim! Por que em relação a esse fato as coisas assumiram



esse ar de mistério, de pecado, de crime? Porque se quer construir um palco, uma cena de pecado e de crime para incriminar o Presidente da República. Há, na verdade, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, uma armação extremamente prejudicial à Nação.

Eu tenho um grande respeito pelo Ministério Público. Eu já fui banca, em nome da Ordem, de admissão de novos promotores em São Paulo. Tenho amigos no Ministério Público. Acho que o Ministério Público, ao contrário do que dizem, se fortaleceu não indevidamente, mas devidamente, com a Constituição de 1988. O problema não é a instituição; o problema são os homens que agem e falam em nome da instituição — e vai aqui também uma ressalva ao Procurador-Geral, a quem dedico até amizade e com o qual tenho um cordial relacionamento.

Mas não é possível o Ministério Público extrapolar os limites da sua ação! O Ministério Público é órgão fiscalizador do cumprimento da lei. Os latinos diziam que o Ministério Público é o *custos legis*. Ele, acima de acusar, tem por missão procurar a justiça, promover a justiça. Ele faz parte de um tripé. Ele não está acima do tripé — o tripé é composto pela Magistratura, pela Advocacia e pelo Ministério Público. Por que o Ministério Público hoje quer se arvorar, de um lado, em paladino da moral e, de outro lado, na instituição que pode agir com provas, sem provas ou contra provas?

O Ministério Público deveria ter ciência de que os ensinamentos legados pelos grandes promotores de Justiça do mundo inteiro dizem respeito à necessidade de provas, à necessidade de uma convicção para exercer o poder de acusar — uma convicção interior que não deixe dúvida nenhuma. É por isso que o promotor de Justiça, na acepção mais ampla do termo, ao final de um processo, pede absolvição,



---

quando não se convence da culpa. É seu dever fazer isso! Ele não pode é acusar a esmo! Ele não pode é acusar com base em hipóteses e suposições! Ele não pode é criar suposições e hipóteses para suprir deficiências na prova! Isso não é correto! Isso não traz benefícios à administração da Justiça!

O paladino da honra e da moral é um homem que se julga como Mani; é um maniqueísta; é aquele que vê no mundo o bem e o mal e não enxerga o meio termo. E para tudo há um meio termo que representa o equilíbrio e que, principalmente, deve orientar aqueles que administram a Justiça, aqueles que acusam, aqueles que defendem, aqueles que fazem da justiça a sua grande meta de vida, como os juízes, promotores e advogados.

A gravação passou. Já não se fala mais em gravação. Agora já se fala mais em delação. Mas a gravação merece três comentários.

Ela é uma gravação tecnicamente errada, cheia de defeitos, indigna de ser aceita como prova no Poder Judiciário. Vários peritos — peritos da USP, da UNICAMP, de instituições de peritos... O próprio laudo oficial afirma a existência de 294 interrupções, as quais deram ensejo, naturalmente, a deturpação da gravação, a enxertos, a uma série de vácuos nessa gravação.

Por outro lado, ela é discutível no que tange à sua legitimidade. É legítima essa prova? Pode alguém — e não estou nem falando do fato de a vítima ser o Presidente da República — gravar outro alguém qualquer, à revelia desse outro alguém? Pode. Dizem os tribunais que pode, desde que seja para autodefesa. Eu estou sendo chantageado; aí eu gravo o chantageador. Eu estou sendo vítima de ameaça; gravo o ameaçador. Mas não nesse caso! Não nesse caso, em que a gravação se deu possivelmente combinada com autoridades, para que ele se



livrasse dos 1.800 fatos de corrupção por ele confessados; para que ele recebesse indulgência plena; para que ele recebesse um aval no que diz respeito a todos os crimes que já...

Eu imagino, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, um homicida chegando à presença do procurador e dizendo assim: *“Matei três”*. Aí o procurador diz assim: *“Mostre-me, indique-me o mandante desses crimes”*. Aí ele indica o mandante e vai para a rua. Matou três, mas vai para a rua. Vai para Nova Iorque, vai para Miami, vai para Los Angeles, vai para Paris. E volta! Volta para fazer uma adição aos depoimentos anteriores.

Foi o que ocorreu. No dia 16 de junho, esse homem voltou e prestou novo depoimento, procurando corrigir as já flagrantes falhas dos seus depoimentos anteriores. Ele voltou! Ele depôs de novo, para dizer: *“Bem, aquilo que eu disse que era amarelo não era bem amarelo; era quase cor-de-rosa. Aquilo que eu disse que ocorreu às 2 da tarde não foi a essa hora; foi às 2 da manhã”*. Ele vai corrigindo a sua delação. Ele vai, na verdade, ajudando a enfraquecer, cada vez mais, provas já frágeis e inconsistentes.

E esse homem — ele e sua família, seu irmão — recebeu benesses inauditas, absolutamente impróprias, que estão a demonstrar apenas e tão somente a existência de um caos jurídico na área penal, uma anomia jurídica que precisa ser regularmente terminada.

A regulamentação dessas delações precisa ser feita com grande urgência, sob pena de nós continuarmos, quaisquer de nós, a ser vítimas do desejo de uma ou duas instituições, ou de poucos homens dessas instituições, e nos vermos sentados injustamente no banco dos réus. O tiro pode atingir o pé de qualquer um de nós. A



classe política, repito, está sob suspeição; a advocacia também está sob suspeição; talvez a magistratura *idem*. E eles estão apenas apontando o dedo das numeradas cobertas dos estádios para baixo, para mostrar: “Esse serve; esse não serve; esse é companheiro; aquele não é companheiro”.

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, lembro e reitero: o Presidente da República terá essa denúncia acatada ou não por um juiz de primeiro grau em 2019. E eu tenho certeza de que a denúncia não será acatada. Eu tenho absoluta certeza de que o juiz técnico verá esta denúncia como algo representativo de um nada jurídico.

E vou lhes fazer uma confissão: eu tenho certeza de que, se nós estivéssemos no Supremo Tribunal Federal, ele, se já tivesse julgado, já teria, ele sim, enterrado esta denúncia, que não passa de um grande cadáver de algo que se pretende que seja uma acusação séria para afastar o Presidente da República do Brasil do seu cargo, um Presidente da República que tem feito pelo Brasil o que não se fez em vários anos.

Peço a V.Exas. que não acatem esse pedido para remeter a denúncia ao Supremo Tribunal Federal. Deem só 1 ano e meio ao Presidente da República para ele continuar com a sua obra magnífica. Possibilitem a ele dizer para a Nação brasileira como se governa.

Muito obrigado a V.Exas.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Passa-se à discussão da matéria.

Declaro encerradas as inscrições para a discussão da matéria.

**O SR. CARLOS ZARATTINI** - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Carlos Zarattini.

**O SR. CARLOS ZARATTINI** (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós apresentamos um requerimento de adiamento da discussão, por dois motivos.

Em primeiro lugar porque, ao contrário do que seria normal, não existiu, até o momento, a palavra da acusação. Então, seria necessário, no nosso modo de ver, que nós tivéssemos aqui pelo menos um representante da acusação ou o Relator do voto vencido na CCJC.

Em segundo lugar, porque nós achamos que seria muito mais prudente que esta discussão se desse na parte da tarde e se estendesse até a noite, porque, dessa forma, haveria um número muito maior de pessoas acompanhando a discussão, o debate, os argumentos, não só daqueles que querem o afastamento do Presidente da República em exercício, mas também daqueles que o defendem, porque é fundamental que quem o defende mostre os seus argumentos e o seu rosto aqui.

Portanto, nós queremos a votação desse requerimento, que é regimental, para que adiemos essa discussão para a parte da tarde ou, pelo menos, por 1 dia, como estamos propondo no requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Deputado, os dois requerimentos de adiamento apresentados estão prejudicados por não haver 257 presentes.





Quando o quórum de 257 Parlamentares for atingido, Deputado, certamente haverá, por parte de algum partido da base, a apresentação de requerimento de encerramento da discussão. Aí, sim, haverá o debate sobre se a sessão vai se estender ou não, que é uma questão estritamente regimental.

**O SR. BALEIA ROSSI** (PMDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Carlos Zarattini usou a palavra, e não consta a presença dele no painel.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Já está contabilizada a presença dele.

**O SR. CARLOS ZARATTINI** - Pode marcar minha presença lá. Não fique nervoso! Não tem problema nenhum.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - O Deputado Aiel Machado está com a palavra. *(Pausa.)*

**O SR. CARLOS ZARATTINI** (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós precisamos ouvir aqui a voz de quem acusa. V.Exa. não está permitindo o debate na Casa.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Deputado, fique tranquilo.

**O SR. CARLOS ZARATTINI** - A população brasileira quer saber os argumentos daqueles que acham que o Presidente da República tem que ser afastado. Não é possível ouvirmos aqui um só lado.

**O SR. AGUINALDO RIBEIRO** - O outro lado está presente, Deputado. Os dois lados falarão.

**O SR. CARLOS ZARATTINI** - Sr. Presidente, eu apelo a V.Exa. para que tenhamos um mínimo de equilíbrio neste debate, que é importante para esta Casa e para o Brasil.



**O SR. AGUINALDO RIBEIRO** - Estamos aqui para debater.

**O SR. CARLOS ZARATTINI** - Não é possível que não possamos ter o contraditório.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Obrigado, Deputado.

Com a palavra o Deputado Aliel Machado.

**O SR. ALIEL MACHADO** (REDE-PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, este é mais um dia marcante na história desta Casa, na história do País, porém, novamente, para o lado negativo. Voltamos a discutir a instabilidade política, julgando pela primeira vez na história da República um Presidente acusado do crime de corrupção.

Eu queria informar à base do Governo que esta não é uma estratégia da Oposição. A denúncia não foi política; foi jurídica. Trata-se de um crime previsto no Código Penal, um crime comum. E esta Casa novamente tenta se esconder atrás das negociações, dos encontros, dos jantares, para acertar a vida individual de alguns e deixar a população de lado novamente.

Há pouco mais de 1 ano, eu ocupava a tribuna desta Casa de leis, ocupava os microfones para defender uma nova eleição.

**O SR. TAKAYAMA** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. ALIEL MACHADO** - Eu dizia que nós não poderíamos aceitar a continuidade dos equívocos, a continuidade da corrupção, a continuidade do Governo daqueles que tomaram o Brasil para si.

A Rede Sustentabilidade, desde o início desta crise, defende uma nova eleição. Defendemos nova eleição porque sabemos que os acordos não podem passar por esta Casa sem que a população brasileira seja ouvida, porque somente



---

entregando à Nação brasileira o direito de fazer essa escolha, nós sairemos dessa crise na qual estamos mergulhados há tanto tempo.

Qual foi o resultado da colocação do Temer na Presidência? O resultado foi a aprovação de reformas; o resultado foi uma negociação como a de ontem, em que o Governo cortou salário dos mais pobres, mas negociou bilhões e bilhões de reais com ruralistas, pessoas detentoras de muitos recursos, de muito dinheiro. Qual foi o resultado daquilo? Foi ter um Presidente denunciado pela primeira vez na história da República pelo cometimento do crime de corrupção.

Nós, hoje, mais uma vez, temos a oportunidade de seguir a regra; temos a oportunidade de seguir a coerência, a responsabilidade. Não fico feliz por ter que passar por um momento como este. Não fico feliz por ver o nosso País mergulhado em uma crise, com um Governo cheio de denúncias, tendo o Presidente da República sido gravado em situação comprometedor — há um áudio periciado pela Polícia Federal, e o laudo diz que há indícios de cometimento de crime.

Eu quero lembrar também às Sras. e aos Srs. Deputados que este caso da denúncia é o único em que o foro privilegiado não beneficia o réu. O foro privilegiado, Deputado Molon, não beneficia o réu porque o Supremo tem até 180 dias para julgar o Presidente Temer. Se o processo fosse para a primeira instância, isso significaria prorrogar o tempo de uma investigação importantíssima, que precisa esclarecer os fatos, pois estão ligados a outros esquemas que não podem ficar escondidos.

Digo isso porque não tenho e nunca tive uma denúncia contra mim. Digo isso porque tenho condições de olhar para o meu povo e dizer que há jeito de



transformar, que há jeito de melhorar e que nós podemos conseguir aquilo que a população espera: dignidade.

Hoje, mais uma vez, as digitais de cada um dos Srs. Deputados e das Sras. Deputadas ficarão registradas na História. Ou Deputado defende as investigações, defende o trabalho da Justiça, as investigações da Lava-Jato, do Procurador Janot, ou se alinha a esse Governo, que é um Governo que retira direitos e está mergulhado em um mar de corrupção.

Eu respeito os demais colegas, mas esta Casa não está com moral para defender um Presidente denunciado. Esta Casa é tão desaprovada quanto o seu Governo, e nós vamos aqui separar o joio do trigo.

Lá atrás, no processo do *impeachment*, eu dizia que tínhamos que ter uma nova eleição. Eu entrei na Justiça para que houvesse a cassação da chapa, mas preferiram aqui fazer o acordo com Temer, e hoje colhem esses maus frutos.

*O Sr. Rodrigo Maia, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sra. Mariana Carvalho, 2ª Secretária.*

**O SR. FAUSTO PINATO** (Bloco/PP-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.)  
- Sra. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O orador que acabou de falar não registrou presença. Gostaria que a presença de S.Exa. fosse registrada.

**A SRA. PRESIDENTA** (Mariana Carvalho) - Vai ser pedido para registrar presença, Deputado.

**O SR. MAURO PEREIRA** - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**A SRA. PRESIDENTA** (Mariana Carvalho) - Claro, Deputado.



**O SR. MAURO PEREIRA** (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Nós temos o Deputado Pompeo de Mattos que falou e não marcou presença; Afonso Motta; Daniel Coelho; Carlos Zarattini e Aliel Machado.

Eles não marcaram presença.

**A SRA. PRESIDENTA** (Mariana Carvalho) - Já foi anotado o nome de todos esses e foi solicitado que registrem presença.

Para falar a favor, tem a palavra o Deputado Wladimir Costa. *(Pausa.)*  
Ausente.

Com a palavra o Deputado Takayama.

**O SR. TAKAYAMA** (PSC-PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, companheiros desta Casa, brasileiros e brasileiras que estão nos acompanhando pela *TV Câmara* e pelas redes de televisão, nós estamos aqui hoje como homens responsáveis. Ao ver esta denúncia para afastar o Presidente da Nação, percebo nisso uma irresponsabilidade sem tamanho.

Há uma máxima na vida jurídica e no Legislativo, onde nós estamos: o princípio da presunção da inocência, segundo o qual a pessoa é inocente até que se prove o contrário. Mas o que estão querendo fazer no Brasil é uma mudança total das regras, e nós não podemos aceitar isso. Eu acredito que o Supremo Tribunal Federal deveria arquivar um pedido tão esdrúxulo como este.

Nós percebemos que por trás de tudo isso existe, na verdade, um revanchismo do Governo de esquerda, Governo que acabou com esta Nação e quer voltar ao poder.



Quero dizer ao povo brasileiro que não podemos aceitar esta situação. Aqui se vota com responsabilidade. O que existe neste País neste momento é a irresponsabilidade querendo tomar conta de uma nação já combalida.

Declaro o meu apoio ao atual Presidente da República. O Brasil está conseguindo recuperar a economia, com a queda nos índices de desemprego, com a melhora do PIB, com o crescimento da produção — é a melhor produção que tivemos desde 2013 —, e o corte de 4 mil cabides de empregos neste País.

O Governo que estava arrasando o País agora quer voltar ao poder. Nós não vamos aceitar isso!

Pesquisa do IBGE mostra que caiu o número de desempregados: houve um recuo de mais de 1 milhão de desempregados.

Meu Deus do céu! Não podemos ser tão irresponsáveis a ponto de aceitar uma denúncia vazia como esta! De quem vem esta denúncia? De pessoas ligadas ao outro lado. Quais são as provas? As provas não existem, porque ainda estamos analisando as questões.

Todo o Brasil sabe que quem estava fazendo estas acusações eram pessoas ligadas ao outro lado. Portanto, o Supremo Tribunal Federal faria um bem enorme arquivando um pedido tão esdrúxulo como este.

As pessoas que já provaram o conluio com o outro lado é que querem trazer estas provas, que, na verdade, não resistem ao menor apoio técnico nem a uma investigação técnica.

Portanto, meus amigos, eu faço um questionamento. Este discurso para querer tirar o Presidente serve a quem? Para mim, serve ao grupo anterior, que quer



o revanchismo. Vimos aqui a eloquência deles no desejo pelo revanchismo. Revanchismo beneficia a quem? Serve a quem?

O Brasil não pode voltar ao caos. Por isso, eu voto contra este pedido de afastamento do Presidente. Nós não somos irresponsáveis. Esta é uma ação responsável.

Peço aos companheiros desta Casa, àqueles que estão se guiando pelo canto da sereia, que não se deixem levar por esse discurso do revanchismo, que quer a volta desta Esquerda que já mostrou que destruiu o Brasil.

Quando eles entraram no passado, eu até achava que tinham o discurso da moralidade, mas são uns verdadeiros hipócritas. Hoje estão querendo fazer esse mesmo discurso para voltarem ao poder.

Nós não vamos aceitar! Aqui existem pessoas com sabedoria e, acima de tudo, com responsabilidade, Sra. Presidente.

**A SRA. PRESIDENTA** (Mariana Carvalho) - Concedo a palavra ao Deputado Ivan Valente, por 5 minutos.

**O SR. IVAN VALENTE** (PSOL-SP. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, há pouco mais de 1 ano, neste mesmo plenário, votou-se o *impeachment* da Presidente da República, comandado desta mesa por um bandido, um delinquente, um corrupto, hoje preso e condenado em Curitiba. Mais de 268 Deputados o elegeram Presidente da Câmara dos Deputados.

Michel Temer é o chefe de Eduardo Cunha no esquema apontado pela Procuradoria-Geral da República. As provas materiais vieram na denúncia, que não pode ser defendida aqui hoje. Por causa do relatório de Paulo Abi-Ackel e da defesa do advogado, nós não temos acusação aqui hoje. Mas nós a faremos.



Michel Temer, associado a Rocha Loures, o homem da mala de dinheiro, é acusado de corrupção, corrupção explícita! Joesley Batista tratou diretamente com Temer de como silenciar Lúcio Funaro e Eduardo Cunha, ambos presos. É disso que estamos tratando aqui. Por isso, este Presidente da República não pode continuar! Nós temos que abrir o processo. O povo brasileiro viu o maior balcão de negócios da história do Brasil: cargos, emendas, benesses, corrupção total e venda da agenda do povo brasileiro, da agenda ambiental, da agenda de costumes! O Estatuto do Desarmamento ainda é uma promessa. E mais: uma política econômica para massacrar os direitos dos trabalhadores brasileiros.

É por isso que não podemos aceitar, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, de forma nenhuma, que este Congresso seja mais uma vez uma vergonha nacional.

Eduardo Cunha montou um circo aqui para votar. Cadê os Deputados que apoiam o Governo? Estão escondidos em seus gabinetes, não querem mostrar a cara aqui até a última hora, não querem aparecer para as câmeras e possivelmente vão apenas declarar o voto. Têm vergonha! Doze Ministros Deputados voltaram correndo para o Congresso.

O Presidente da República do Brasil tem a mesma agenda três vezes ao dia: estancar a sangria de manhã, estancar a sangria de tarde e estancar a sangria de noite. É isso que ele faz, e nós não temos nem o direito de fazer a acusação.

Por isso, Srs. Parlamentares, dirijo-me ao povo brasileiro neste momento. Acompanhem este Plenário! Execrem publicamente e acusem aqueles que votarem para manter Michel Temer, porque serão coniventes com a corrupção!





Aqueles que querem manter Temer estão falando a favor do uso do dinheiro público para negócios. Aqueles que querem manter Temer querem massacrar os direitos dos trabalhadores brasileiros.

A todos aqueles que são contra a reforma previdenciária, trabalhista ou ao teto de gastos e a este Brasil inteiro que está parando hoje digo o que nós decidimos: o povo brasileiro não quer Temer! O povo brasileiro quer eleições diretas. Não queremos trocar seis por meia dúzia.

Fora, Temer!

Diretas já! (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTA** (Mariana Carvalho) - Com a palavra o Deputado Mauro Pereira.

**O SR. MAURO PEREIRA** (PMDB-RS. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente Mariana Carvalho, colegas Deputados e Deputadas, primeiramente, eu gostaria de dizer que seria muito importante que os Deputados e as Deputadas que estão em Brasília viessem ao plenário para cumprir a sua missão. Hoje é o dia de as pessoas de bom caráter, pessoas que gostam do Brasil, estarem aqui no plenário para marcar a presença e votar, seja a favor, seja contra. Homem ou mulher, têm que ter bom caráter. Têm que votar.

O Brasil vem melhorando. Os números da economia vêm melhorando. Pela primeira vez, estamos com superávit de emprego. Os juros estão caindo, a inflação está muito abaixo da meta. O pagamento de juros, neste ano, diminuiu 100 milhões de reais. Nossa carteira e nossos recursos internacionais aumentaram.

A equipe econômica está trabalhando corretamente. Nós estamos com credibilidade internacional e nacional, graças aos partidos, ao Presidente Rodrigo



Maia, ao Presidente Michel Temer e aos Deputados que, ao longo deste 1 ano e 2 meses, votaram as medidas importantes para o nosso País.

Nós vamos decidir aqui hoje quem vai ficar do lado do atraso. O lado do atraso é presidido por Gleisi Hoffmann. Eu quero dizer aos meus amigos, em especial a alguns do PSDB, que nós vamos decidir se vamos ficar do lado de Gleisi Hoffmann, que se reuniu há 15 dias com o PCdoB e o PDT para fazer uma moção de apoio a Nicolás Maduro, o sanguinário Presidente da Venezuela, que acabou com o país, que quebrou a Venezuela, cuja população está vindo para o Brasil, para o Acre, em busca de sobreviver.

Quem votar contra o parecer do grande Deputado Paulo Abi-Ackel, do PSDB, é porque detesta o Brasil, porque tem raiva do País, porque está alinhado com o PT, com o PCdoB, com a REDE, com o PSOL, com o PDT. Estes partidos governaram o Brasil por 13 anos e quebraram o País, onde montaram o maior esquema de corrupção.

Quem é o chefe da corrupção no País, mencionado pelo Procurador Deltan Dallagnol e pelo Procurador Rodrigo Janot? O capitão da corrupção chama-se Luiz Inácio Lula da Silva, que está com sete processos e vai preso.

**O SR. CARLOS ZARATTINI** - Lava a boca para falar isso, rapaz!

**O SR. MAURO PEREIRA** - Vai preso.

**O SR. CARLOS ZARATTINI** - Não! Você não pode falar assim, não!

**O SR. MAURO PEREIRA** - Eu falo. Eu estou no meu direito. A verdade dói.

**O SR. CARLOS ZARATTINI** - Tem que prender é Temer!



**O SR. MAURO PEREIRA** - A verdade dói. O PT acabou com o Brasil, e agora vocês estão querendo tirar um Presidente sério, honesto, trabalhador, que respeita o povo. *(Manifestação no plenário.)*

**O SR. CARLOS ZARATTINI** - Não, senhor! *(Manifestação no plenário.)*

**O SR. MAURO PEREIRA** - O PT vai para o lugar dele. *(Manifestação no plenário: Fora, Temer!)*

**O SR. CARLOS ZARATTINI** - Não, senhor! Provocador! *(Manifestação no plenário: Fora, Temer!)*

**O SR. MAURO PEREIRA** - As urnas já falaram quem são vocês.

**O SR. CARLOS ZARATTINI** - Não! Não!

**O SR. MAURO PEREIRA** - Eu quero dizer aos partidos da base do Governo, em especial a alguns do PSDB: não fiquem do lado do PT. Do contrário, vão se dar mal. Não fiquem do lado de Gleisi Hoffmann. Não fiquem do lado da CUT, não fiquem do lado da CTB. Estas pessoas e estes partidos destruíram o Brasil.

Nós estamos colocando o Brasil nos trilhos. O Presidente Michel Temer, sua equipe econômica e os Ministros estão trabalhando para termos um Brasil melhor. *(Manifestação no plenário.)*

Juiz Sergio Moro, se Deus quiser, vamos botar Lula na cadeia! Vamos prender o chefe da quadrilha! Vamos botar Lula na cadeia! Lula tem que estar preso, Juiz Sergio Moro!

Por favor, Procurador da República, Rodrigo Janot, e Ministros do Supremo, vamos acabar com o chefe da quadrilha! Vamos colocar na cadeia Lula e aqueles que governaram com ele, aqueles que acabaram com o Brasil.

Viva o Brasil!



Viva a economia do País! (*Manifestação no plenário.*)

**A SRA. PRESIDENTA** (Mariana Carvalho) - Peço que respeitem o Deputado que se encontra à tribuna.

**O SR. MAURO PEREIRA** - Vamos votar “sim” ao relatório do Deputado Paulo Abi-Ackel.

**A SRA. PRESIDENTA** (Mariana Carvalho) - Com a palavra o Deputado Pompeo de Mattos. Em seguida, falará o Deputado Delegado Edson Moreira.  
(*Pausa.*)

**O SR. CARLOS MARUN** - Peço a palavra pela ordem, Sra. Presidente.

**A SRA. PRESIDENTA** (Mariana Carvalho) - Tem a palavra o Deputado Carlos Marun.

**O SR. CARLOS MARUN** (PMDB-MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Estas vozes que V.Exa. ouviu, Sra. Presidente, não são vozes de fantasmas, não são vozes de zumbis. São, na verdade, vozes de cadáveres insepultos que vagam por aí e que não se dispõem a registrar a presença. Mesmo não se manifestando ao microfone, esses senhores e essas senhoras se sentem no direito de participar da sessão, atrapalhando-a, evidentemente.

É necessário que quem se manifesta tenha a sua presença registrada, para que isso não sirva de engano à população brasileira. Fiquem quietos, como cadáveres, como fantasmas, como zumbis que são, ou registrem a presença.

**O SR. CARLOS ZARATTINI** - Peço a palavra para contraditar, Sra. Presidente.

**A SRA. PRESIDENTA** (Mariana Carvalho) - Deputado Carlos Marun, quero afirmar que está sendo registrada na Casa a presença de todos os que estão



falando ao microfone. Não é possível registrar no painel porque o registro é apenas biométrico.

**O SR. CARLOS ZARATTINI** (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - V.Exa. está correta, Sra. Presidente, porque o art. 227, inciso II, diz em relação ao registro dos Deputados exatamente o seguinte: “às sessões de deliberação, mediante registro eletrônico até o encerramento da Ordem do Dia (...)”. Portanto, é necessário o registro eletrônico, evidentemente.

**O SR. LAERTE BESSA** - Sra. Presidente, ele já falou várias vezes.

**O SR. CARLOS ZARATTINI** - O senhor Marun está com dificuldade para atingir o quórum e quer apelar. É uma vergonha, porque não tem voto, não vai conseguir. Nós vamos tirar Michel Temer hoje.

**O SR. TAKAYAMA** - Sra. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**A SRA. PRESIDENTA** (Mariana Carvalho) - Dando continuidade, vamos ouvir o Deputado Pompeo de Mattos.

**O SR. POMPEO DE MATTOS** (PDT-RS. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, há pouco mais de 1 ano nesta Casa, numa sessão muito mais tumultuada que esta, no *impeachment*, eu disse: nem Dilma, nem Temer, nem Cunha. Quero novas eleições, limpas, para, mais do que limpar a sujeira, lavar a alma da população brasileira.

Cá estamos nós de novo. Tiraram a Presidente Dilma. Cunha foi para a cadeia. O Presidente Temer balança, mas não cai.

Estamos aqui para apreciar o pedido do Supremo Tribunal Federal para abrir processo contra o Presidente. Nós não estamos aqui julgando, nós não estamos aqui acusando, tampouco estamos condenando o Presidente Temer. O que estamos



fazendo aqui é autorizando o Supremo para examinar o processo e, se assim entender, abrir processo contra o Presidente Temer.

A defesa diz que a denúncia é fraca. Ora, não se trata de ilações. São gravações, delações, imagens. Está lá nas imagens: Rocha Loures correndo com uma mala de meio milhão em dinheiro.

Não é aceitável, não é razoável colocar tudo isso embaixo do tapete, tapar o sol com a peneira, esconder da Nação, obstruir a Justiça, ainda que diga o Presidente que os irmãos Joesley e Wesley Batista são bandidos. Eles são — todo o Brasil sabe! O Presidente recebeu esses bandidos em palácio, na calada da noite, para conversas nada republicanas. Foi gravado, acertavam ali esquemas. Se são bandidos, vale a máxima: *“Diz-me com quem andas, e dir-te-ei quem és”*.

É preciso que esta Casa chame para si a responsabilidade, que tenha consciência e não seja escudo do Presidente.

O Presidente repete que é fraca a denúncia. Assim, vamos abrir o processo! Ele tem advogado, se defende e tem como ir ao Judiciário fazer o contraponto. Mas para baixo do tapete, não! Não há tanto tapete para tanta denúncia! São fatos graves.

O Presidente acha que não deve. Quem não deve não teme. Mas quem está devendo teme, traído pelo inconsciente. Tem medo. O Presidente está usando todo o poder que tem para coagir e comprar Deputados. Deputado que se vende vale muito menos que o que recebe.

É preciso ter consciência nesta hora. Já dizia Brizola, Deputado Afonso Motta: *“Ah, esses interesses... são miúdos interesses. Mas o Brasil é maior que isso”*.



Nós temos que ver a Nação brasileira virar a página e passar a limpo o País. Não dá para aceitar que o Presidente use a caneta para constranger o Parlamento, na frente da imprensa, da mídia, da Nação, a olhos vistos, até porque a caneta que assina a paz é a mesma que ordena a guerra: sentencia, mata e enterra os sonhos da humanidade, dependendo, é bem verdade, da mão em que ela está.

Por isso, antes de entregar a caneta do poder, temos que examinar e ver quem vai ser armado com a caneta.

A caneta, Presidente Michel Temer, na mão errada, já decretou ditaduras no Brasil e fez cair a noite escura sobre o sol da liberdade. Essa caneta sustentou tiranias, torturas e atrocidades. Essa mesma caneta assinou o fim da perseguição. A caneta mudou de mão, e o povo se libertou.

Está na hora de mudar essa caneta de mão. Está na hora de libertar o nosso povo. Está na hora de virar a página, passar a limpo o País, ter uma nova eleição, livre, limpa, decente. É isso que nós queremos.

*A Sra. Mariana Carvalho, 2ª Secretária, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Rodrigo Maia, Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Delegado Edson Moreira.

**O SR. DELEGADO EDSON MOREIRA** (PR-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em 1770, no século XVIII, houve em Minas Gerais um movimento chamado Inconfidência Mineira, que foi um dos marcos para a libertação e a independência do Brasil.



Nesse movimento, havia um senhor chamado Joaquim Silvério dos Reis, que era um devedor da Coroa. Ele devia muitos tributos e era também acusado de cometer outros crimes.

Joaquim Silvério dos Reis foi até o Visconde de Barbacena e fez uma delação dos então inconfidentes Tomás Antônio Gonzaga, Tiradentes, Alvarenga Peixoto, Cláudio Manuel da Costa, que se suicidou na cadeia — dizem que foi suicídio, eu acho que foi assassinato —, e foi deflagrada a prisão de todos.

Atualmente, assistimos a um dos maiores criminosos do País, o Sr. Joesley Batista, fazer um acordo com o Ministério Público em uma armação para colocar sob suspeita o Presidente da República Michel Temer.

É, Sr. Presidente, a história conta que o passado revive no presente. Eu faço essa reflexão pelo seguinte: Joesley procurou o Ministério Público, preparou toda uma armação e fez uma gravação a fim de colocar sob suspeita o Presidente da República, para que, no apagar das luzes da saída do Procurador-Geral da República, esta denúncia fosse feita contra o Presidente Michel Temer. Com isso, o País entraria num alvoroço, num colapso, e é o que está acontecendo.

A economia estava caminhando bem, tudo estava nos trilhos. E o que acontece com essa denúncia, com essa armação toda, com todo esse crime preparado? O País entra em convulsão e cá estamos nós, representantes do povo, para tomar uma decisão. Qual seria a decisão: vamos continuar bagunçando o País, deixando-o em crise, ou vamos fazer com que ele retome o seu caminho de recuperação, de crescimento e tire o povo dessa sangria?

Voltei aos fatos da Inconfidência Mineira, ao passado do Estado pelo qual fui eleito, para lutar e demonstrar que o Brasil precisa continuar a crescer e sepultar, de





uma vez por todas, esse bandido, esse crápula sem nenhum espírito de nacionalidade chamado Joesley Batista e seus irmãos, que tanto dilapidaram o patrimônio do País, assessorados por outros bandidos que não vou nominar.

Portanto, nós vamos encaminhar o voto a favor do relatório do Deputado Paulo Abi-Ackel, que também, como mineiro, está lutando por nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Major Olimpio.

**O SR. MAJOR OLIMPIO** (SD-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o País está acompanhando a Câmara neste momento.

Dizem que, por ser policial, tenho o raciocínio cartesiano, porque digo: ladrão é ladrão e tem que ser tratado como ladrão. Ladrão não tem partido. Ladrão não tem ideologia. Não existe ladrão de direita, de centro ou de esquerda. O comportamento de ladrão é um comportamento de ladrão.

Eu era membro da CCJ e fui retirado de lá. Então, fui me aprofundar no inquérito realizado pela Polícia Federal, analisado pela Procuradoria-Geral da República e posso dizer que ele é extremamente fundamentado, instrumentalizado, com provas materiais, com laudos periciais. Então, não há a menor dúvida de que Michel Temer e sua quadrilha praticaram sim o crime de corrupção passiva. Neste momento, é só o que está sob avaliação. Posteriormente, outros crimes estarão sob apreciação.

E não adianta vir com essa conversa, não: *“Olha, o PT roubou lá”*. O PT roubou lá junto com o PMDB, com sete Ministérios do PMDB. Se todo mundo roubava, não significa que está certo roubar.



Neste momento, não adianta ir naquela história de dizer: *“Estamos salvando o País”*. Não se está salvando absolutamente nada. Nós estamos aqui para avaliar se vamos dar autorização, em nome do povo brasileiro, para que o Supremo Tribunal Federal possa processar e julgar Michel Temer.

Há mala de dinheiro. Há escutas que se referem a ele, que recebeu clandestinamente um bandidaço. Um bandidaço que financiou 1.826 políticos — caixa um, dois, três, dez. E ele o recebia na garagem. *“Olha, tem que continuar com isso, viu?”*

Consta desse mesmo inquérito o que disse Rocha Loures, quando Ricardo Saud lhe perguntou: *“Por que você não faz onde está o que você está falando que faz?”* *“O chefe me falou para eu fazer tudo o que eu faço aqui do outro lado da rua”*. Sabem onde é o outro lado da rua? É a Câmara dos Deputados, senhores.

Rocha Loures está dizendo: *“Eu vou fazer dentro da Câmara dos Deputados, por ordem do chefe, tudo o que eu estou fazendo do lado de cá”*. Eram as malas! Não há dúvida de que seriam as malas para pagar a previdência.

Agora, neste momento, o nosso papel aqui, além de autorizar a denúncia, é o de votar contra esse relatório que foi feito exatamente com as mãos do Temer. Foi o que aconteceu na CCJ. Eu fui um dos 18 Deputados trocados, porque Temer escolheu os seus juízes lá. Ele escolheu sim e foi fazendo a troca, porque senão já sairia derrotado de lá.

Os crimes estão claros. A diferença é se ele vai ser processado agora, ou quando terminar o mandato. Não me venham com essa conversa: *“Vamos salvar o País mantendo o Temer.”* Não! Instalou-se sua organização criminosa: tem quem pague, tem quem receba e tem o porta-malas, etc. Há os que estão tentando



santificar Michel Temer, dizendo que ele é coitado, que não fez nada, que é inocente. Não me venham com essa conversa. O País está acompanhando cada um de nós e a nossa manifestação hoje. Nós estamos aqui no plenário e queremos votar, sim! Não tem manobra, não!

Agora, vamos ver quem tem preço, quem está à venda por causa de emendinha, de cargo e, eventualmente, das malas...

*(Desligamento automático do microfone.)*



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado Silas Câmara, pela Liderança do PRB.

**O SR. SILAS CÂMARA** (PRB-AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje é, sem dúvida nenhuma, um dia memorável, um dia em que esta Casa se prepara para votar a confirmação ou a rejeição do relatório do Deputado Paulo Abi-Ackel.

Muitos são os argumentos que, de fato, têm uma fundamentação legítima para o debate nesta Casa. Acredito, Sr. Presidente, que a menor sustentação e o menor argumento são os jurídicos e, principalmente, os de regras e critérios jurídicos para fundamentar um inquérito e um processo.

Eu fico extremamente admirado, Sr. Presidente, de ver aqui pessoas ligadas à segurança pública — Polícia Civil ou Polícia Militar — ou à Justiça, que conhecem a regra do processo, empurradas pela divulgação de uma pesquisa em que supostamente 81% da população do Brasil diz “sim” à aceitação dessa possibilidade, fazerem da tribuna um local de pirotecnia e de grito para colocar essa posição. No fundo, se conhecessem a Justiça e a lei, não fariam isso da tribuna desta Casa.

Sr. Presidente, de fato, 81% do povo brasileiro está insatisfeito. Mas sabem com o quê? Com o desemprego, com a falta de dinheiro circulando para que os empresários possam crescer, com a inflação, que agora já aponta claramente que isso tem um rumo certo. A população está insatisfeita com a falta de investimento do Governo Federal em todos os Estados da Federação, inclusive no meu Amazonas.

Esse investimento não foi feito por causa da molecagem institucional que se implantou neste País, que viveu de pirotecnia e de sonho. Na realidade, quando se abriu os olhos, viu-se que isso era um sonho, um castelo de areia que até hoje sobra



para o atual Governo e também para os brasileiros, diante dessa insegurança jurídica que o Brasil vive constantemente, por essas aprontações e pegadinhas jurídicas que deixam o povo sem saber o que fazer.

Por isso, Sr. Presidente, o PRB tem uma posição. A posição do PRB é “sim” às investigações. Mas sabem quando? Quando o Presidente Temer concluir o mandato. E, quando a Justiça tiver de fato o que apresentar, que se liguem os fatos ao Presidente. Por enquanto é um tal de *“ouvi dizer...”* ou *“porque esse ou aquele era de confiança, tem necessariamente uma ligação com o Presidente”*.

Nós temos de ter a responsabilidade de entender que o País precisa de segurança jurídica e política e de rumo certo para resgatar esses anos todos de desmando, de mentira e de desorganização fiscal, social, ética e política.

Por isso o PRB diz “sim” à investigação, mas depois do final do mandato do Presidente Temer, e diz “sim” ao relatório do Deputado Paulo Abi-Ackel, para dar ao País continuidade, com segurança jurídica e política de que o que está acontecendo hoje continue em termos de progresso, prosperidade, economia segura, inflação baixa.

Acima de tudo, que se mantenha o respeito aos diferentes e uma pregação de unidade nacional. Todos os brasileiros são iguais perante a lei, têm sim o benefício da dúvida e, segundo a Constituição, são honestos e inocentes, de fato, até que se prove o contrário.

Portanto, o PRB vota “sim” ao relatório do Deputado Paulo Abi-Ackel, com a consciência de que está ajudando o Brasil e o povo brasileiro neste momento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Afonso Motta, pela Liderança do PDT.

**O SR. AFONSO MOTTA** (PDT-RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, imprensa que acompanha este momento decisivo da vida nacional e faz com que todos os olhares do País venham à nossa Casa, ao Parlamento, antes de qualquer circunstância, impõe-se a observância da Constituição, a defesa do Estado Democrático de Direito e o cumprimento do regulamento essencial para o bom debate e para a realização de justiça.

Depois de um debate importante na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania desta Casa, fica evidente que os fatos alegados, os fatos constantes da denúncia, o conjunto de indícios, a materialidade — inclusive a materialidade da mala, que aparece simbolicamente representada neste plenário (*O orador aponta para as réplicas de malas.*) —, a participação do ex-Deputado Rocha Loures, o encontro ocorrido no Palácio do Jaburu são evidências suficientes para que ocorra a investigação.

Essa é a nossa responsabilidade, esse é o escopo do debate que acontece neste momento, neste plenário. Os indícios, as circunstâncias apontadas e a materialidade são suficientes para que o Presidente da República seja investigado? Evidentemente que sim. São sobejas as razões. E o veredito, o julgamento final da imputabilidade da realização de crime comum caberá exclusivamente ao Supremo Tribunal Federal.

Já que este é um julgamento político, os argumentos políticos daqueles que representam o Governo — eles alegam que poderá ocorrer ruptura com o afastamento do Presidente da República por 180 dias ou por um prazo menor — não



subsistem diante de outras evidências que não têm nada a ver com o processo, mas que se expressam perante a sociedade: as evidências de que vivemos um período de total ingovernabilidade por parte do Governo Temer. Não vamos aqui discutir o mérito de um conjunto de ações de políticas públicas que essa governabilidade precária tem exteriorizado. Não! O Presidente da República hoje não mobiliza o País para nenhuma causa. Apenas 3% da população o aprovam, enquanto que 81% da população brasileira desejam que ele seja investigado. Ele não tem condições de circular pelo território nacional, de mobilizar o País.

Portanto, não se alegue que, concedido o direito de investigar, vai haver uma ruptura e não vai haver governabilidade — governabilidade não há!

Sras. e Srs. Parlamentares, diante desse conjunto de fatos, de circunstâncias, de indícios e de materialidade é que se impõe a investigação.

A Comissão de Constituição e Justiça teve a composição dos seus quadros alterada para que se chegasse ao relatório apresentado pelo Relator. Mas esse relatório não representa o bom debate ocorrido na busca da justiça.

Portanto, nós do PDT vamos votar pela investigação, pois somos coerentes com a defesa da democracia, das instituições, com o papel deste Parlamento, essencial para a vida nacional e para as instituições brasileiras. Por isso, queremos que o Sr. Presidente da República seja investigado.

A defesa argumenta que S.Exa. será investigado posteriormente. Isso é evidente! Se não ocorrer agora, afastado da Presidência da República, esse processo não acaba, ele terá continuidade. E, se esse processo vai ter continuidade depois, por que — até em nome da institucionalidade e da democracia — não deve ser apreciado neste momento pelo Supremo Tribunal Federal?



Por isso, o PDT é pela investigação, que é necessária e se impõe para o bem do Brasil e da democracia.

Muito obrigado.





**O SR. AGUINALDO RIBEIRO** (Bloco/PP-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, os Parlamentares estão usando a prática de utilizarem a palavra sem que haja o devido registro da presença.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - O registro é feito automaticamente, Deputado.

**O SR. AGUINALDO RIBEIRO** - Então, já há quórum.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Já há quórum.

**O SR. AGUINALDO RIBEIRO** - Já há mais de 257 Deputados na Casa.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Há, pelo menos, mais oito ou nove Deputados que já registraram presença.



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Pela Liderança do PCdoB, concedo a palavra à Deputada Alice Portugal.

**A SRA. ALICE PORTUGAL** (PCdoB-BA. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o PCdoB, um partido da luta popular, um partido do mundo do trabalho, do alto dos seus 95 anos, como o mais antigo partido político em exercício no Brasil, está aqui nesta manhã com a sua bancada perfilada, que peço que se levante: Deputado Daniel Almeida, Deputada Jandira Feghali, Deputada Professora Marcivania, Deputada Jô Moraes, Deputado Orlando Silva, Deputado Davidson Magalhães, Deputado Rubens Pereira Júnior, Deputado Chico Lopes, Deputado Moisés Diniz, Deputada Luciana Santos, Presidenta do nosso partido, um partido de jovens e de mulheres. Nós estamos completamente unificados na nossa visão.

O nosso partido tem a clareza de que, na manhã deste dia, o Brasil poderá se redimir de um erro histórico que cometeu exatamente há 1 ano, quando, neste plenário, estava montada a cena para a cassação do mandato de uma mulher honesta, que não cometeu qualquer crime e que foi cassada com requintes de crueldade nas ruas, nas redes sociais e neste plenário.

Hoje, 1 ano depois, muitos dos que afirmaram que Dilma era a crise, que Dilma era o impedimento para a volta ao crescimento, estão fazendo a revisão de seus atos. Alguns estão marcando a presença e se retirando, porque em 1 ano o Sr. Michel Temer envergonhou a Pátria brasileira.

Michel Temer é o primeiro Presidente da República que está sendo processado por crime comum, por matéria penal, por estar organizando quadrilha, obstruindo a Justiça, prevaricando ao ouvir de um criminoso confesso que havia um



juiz e um promotor mantidos por ele. E, por outro lado, mantendo e financiando o silêncio obsequioso de Eduardo Cunha, que, em matéria de revista que muito apoiou Eduardo Cunha, disse que ainda tem muito a falar e que dirigiu esta Casa e este País diretamente do cárcere.

Portanto, Srs. Deputados, é algo que nos deixa absolutamente tranquilos: não estamos causando a instabilidade alegada com a derrubada, ou seja, a licença para o Sr. Michel Temer responder a processo no Supremo Tribunal Federal. A nossa atitude é a esperada por 93% dos brasileiros e brasileiras. A nossa atitude é a esperada no mundo inteiro, onde o Brasil hoje é um país ridicularizado por não ter um Presidente eleito ungido pelo voto popular.

O Brasil, acima dos crimes que levarão Temer ao Supremo, sofre com sua administração completamente desastrosa. Esta semana, extraorçamentariamente, liberou anistias e financiamentos; esta semana, liberou empréstimos; esta semana, fez chantagens em relação a recursos já garantidamente liberados para o Estado da Bahia, chantagem abjeta por parte do Governo Federal contra o meu Estado da Bahia e contra o meu Governador Rui Costa. Sem dúvida alguma, solta emendas, não as empenhando, porque o empenho é uma obrigação na medida em que os requisitos técnicos são atendidos, mas pagando emendas parlamentares por antecipação, abrindo o maior balcão de negócios de que já tivemos notícia no Palácio do Planalto.

Portanto, Srs. Deputados, vamos por a consciência sobre a mesa.

Sr. Presidente, para finalizar, com vossa tolerância e educação, eu gostaria de afirmar que o PCdoB está perfilado para votar. Na hora certa, votaremos, porque a obrigação de dar presença, mostrar o rosto e colocar a digital é daqueles que se



cumpliciam com Temer, para que o povo brasileiro saiba como vota cada um diante das necessidades e dos anseios do nosso povo.

Muito obrigada.



**O SR. MAURO PEREIRA** - Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Carlos Henrique Gaguim.

**O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM** (Bloco/PODE-TO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nobres pares, ocupamos esta tribuna a fim de reivindicar para Tocantins, meu Estado querido, o mais novo Estado da Federação, as obras estruturantes daquele Estado, como a da BR-153, que sai de Goiás e atravessa todo o Tocantins, que está paralisada. Nós estamos trabalhando nesse sentido com os Ministros do Presidente Temer, para que possam resolver essa situação da duplicação, que vai salvar milhares de vidas. Todos os dias milhares de pessoas ali perdem as suas vidas, por falta dessa infraestrutura que há muitos anos o povo do Tocantins necessita.

Venho a esta tribuna reivindicar aos Ministros, ao Presidente Temer a retomada da obra do Hospital de Araguaína e do Hospital de Gurupi, paralisada há muitos anos, de fundamental importância para o Estado.

Falo aqui também da ponte de Xambioá. Há uma emenda impositiva de bancada pela qual conseguimos, como Relator da CMO, que cada Estado recebesse 150 milhões, e agora 200 milhões. Trabalhamos na PEC 02, pelas emendas impositivas de bancada, que estão sendo pagas pelo Presidente Michel Temer, e havia muitos anos que não se pagava. Para o Tocantins, a nossa bancada se reuniu e mandou essa emenda para a saúde e para a segurança pública do nosso Estado.

Falo, Sr. Presidente, para o Prefeito de Araguanã, que necessita de um frigorífico naquela cidade, que precisa de recursos para o turismo naquela cidade.



Agora nesse veraneio, havia milhares e milhares de pessoas lá, mas a cidade precisa de infraestrutura. O Deputado tem que levar, sim, a emenda para o Município, para que possa mostrar o que está fazendo.

Falo da minha cidade de Miracema, que, desde 2015, precisa que uma emenda seja liberada para fazer a ponte do Rio Providência. Há mais de 80 anos esse é um sonho daquela comunidade, dos produtores rurais, dos produtores do abacaxi que vem para os grandes supermercados. Eles estão reclamando e cobrando, e nós temos que aqui cobrar e pedir.

As emendas que colocamos na saúde para a cidade de Palmas precisam ser liberadas para que possamos atrair o turismo. Ela é uma das cidades mais belas deste País, mas precisa de recurso federal, precisa de recursos para atender aquelas pessoas que estão passando necessidades, que estão nas filas dos hospitais aguardando o seu atendimento médico e que não conseguem por falta de recurso. Se Deus quiser, vamos conseguir levar esses recursos.

Peço e conclamo aos Ministros que aqui estão que liberem as emendas, não só para o Tocantins, mas para todo o Brasil, independentemente de questão política. Como Deputado novato desta Casa, encampamos a luta de pagar emendas para os Deputados novatos. Estão sendo pagas essas emendas, porque isso é importante para o País.

É nesse sentido o nosso voto pessoal, como ex-Governador do Tocantins. Vamos votar a favor do relatório do nosso Relator, porque confiamos nele. Até que provem o contrário, o nosso Presidente está administrando nosso País.

Precisamos, sim, melhorar. Precisamos avançar. O povo precisa de emprego, o povo precisa de moradia. E este é o nosso papel. O Deputado está aqui para levar



recursos para o nosso Estado. E eu tenho feito a minha parte, lá no meu Tocantins, levando recursos para o Governador Marcelo Miranda e para os nossos Prefeitos.

Percorri, só nestes últimos 60 dias, mais de cem cidades. E é isto que me orgulha: fazer minha parte como cidadão brasileiro.

Voto com o relatório da Comissão de Constituição e Justiça, com o nosso Presidente Temer.

**O SR. MAURO PEREIRA** - Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Tem a palavra V.Exa., Deputado.

**O SR. MAURO PEREIRA** (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, V.Exa. vem conduzindo esta Casa com maestria. Estamos aqui tentando passar o Brasil a limpo, e os Deputados da Oposição estão fazendo uso da palavra e não estão colocando o nome no painel. Aquele nome no painel é de extrema importância.

**O SR. CARLOS ZARATTINI** - Pode colocar, Deputado Mauro Pereira. Pode colocar, não tem problema nenhum.

**O SR. MAURO PEREIRA** - Não temos "Ivan Valente", "Carlos Zarattini". Eles têm que assinar, têm que colocar o dedo. Isso não pode, é feio.

**O SR. CARLOS ZARATTINI** - Não fique nervoso, não, Mauro. Pode colocar lá: "Carlos Zarattini".

**O SR. MAURO PEREIRA** - São mais de dez Deputados da Oposição que já falaram e que não colocaram o nome no painel. Isso é falta de respeito com os colegas.

Sr. Presidente, peço isso.

**O SR. LAERTE BESSA** - Vamos seguir a pauta, Sr. Presidente.



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Fique tranquilo, a presença está assegurada.

**O SR. CARLOS ZARATTINI** - A Deputada já anotou todos os nomes.

**O SR. SILAS CÂMARA** - Sr. Presidente, os Deputados estão usando a palavra e não estão registrando presença no painel.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Deputado, já fica registrado aqui na Mesa, fique tranquilo.

Concedo a palavra ao Deputado Júlio Delgado.

**O SR. JÚLIO DELGADO** (PSB-MG. Sem revisão do orador.) - Primeiro, eu quero agradecer ao Presidente e agradecer ao Líder Aguinaldo, que, numa deferência, viu que o quórum foi atingido. E para acalmar aqueles que estão mais nervosos, a Mesa está computando os Deputados que não marcaram presença e falaram. E nós marcamos. É importante ficar tranquilo com relação a isso. Vocês têm que ficar preocupados porque para 342 ainda está muito longe, e essa é a questão.

Então, fiquem tranquilos com relação à presença. Os 342 é que vocês têm que alcançar, e falta muito ainda.

Amigos, nós estamos, nesta sessão, simplesmente pedindo uma autorização, uma admissão para que a Câmara dos Deputados, num processo inédito, possa encaminhar ao Supremo Tribunal Federal a solicitação para que o Presidente possa ser investigado.

Numa das sentenças, que as pessoas condenam e elogiam, como foi dito aqui hoje, a um dos próprios aliados do Presidente Michel Temer, o Juiz Sérgio Moro disse o seguinte: *“Por mais alto que a pessoa esteja, ela não está acima da lei, e a lei exige que a pessoa possa ser investigada”*.





Nós vimos aqui, Deputado Afonso, Deputado Prascidelli, durante todo esse período, muita gente argumentar sobre os vários motivos que fariam com que os Deputados, por exemplo, votassem para que o Presidente não fosse investigado. Um deles é que os Deputados que também são investigados e alvos de inquérito no Supremo poderiam votar dessa forma.

Eu quero dizer que essa blindagem ao Presidente Temer faz com que esse Deputado impeça de acontecer com o Presidente o que está acontecendo com ele. O Deputado está tendo o direito — muitos inocentes estão sendo investigados — de se defender e de provar sua inocência. Todos os que estão aqui. E por que o Presidente não? Por que não o Presidente da República, que ocupa o cargo mais alto da política brasileira e que justamente em função da ocupação desse espaço deveria ter a responsabilidade da culpabilidade dos atos praticados principalmente no exercício da Presidência?

O Presidente da República, Michel Temer, em vez de desejar, Deputado Dagoberto, em vez de almejar o poder, deveria honrar o poder que exerce, e não tem honrado com as práticas que estamos vendo. Ele chega a chamar de banditismo e a dizer que a salvação dele é a salvação do Brasil.

Ora, o que aconteceu neste último mês, quando a meta do déficit fiscal foi revista para poder cobrir o rombo que está sendo instalado aqui nesta Casa com emendas extraorçamentárias que vêm de cada Ministério? O Deputado vai ter que votar e dizer para 90% da população que pedem a saída do Temer, não por comprometimento com relação a qualquer ação...

A maioria do PSB vai votar pela denúncia: os Deputados Danilo Cabral, Tadeu Alencar, Severino Ninho, se aqui estivesse, a Deputada Creuza Pereira, os



Deputados César Messias, Bebeto, Valadares Filho, JHC, Rafael Motta, a Deputada Janete Capiberibe, e vários outros. Nós somos 22 Deputados, 22 dos 35 Deputados. Falo àqueles que podem ainda pensar em se render ao canto do poder de qualquer maneira: reflitam sobre isso.

Nós vamos ter o dia inteiro para discutir, talvez outras sessões, mas nós temos que ter a dignidade de dizer que esta Casa não pode se afastar mais da sociedade brasileira, blindando o Presidente, votando aqui e evitando que ele seja investigado pelo Supremo. Que lá se prove a sua inocência! Que lá se prove que ele não é responsável, que não é culpado. Mas fazer aqui uma blindagem de quem justamente quer fazê-lo?

Nós estamos próximos do momento de alcançar muita coisa para a eleição do ano que vem. Mas muita gente que quer blindar o Presidente usa isto como justificativa: *“Deixem ele ser julgado no ano que vem, quando não terá mais o foro”*. Será que os Deputados que hoje querem blindá-lo com esta votação estarão aqui em 2019 com foro para poder ver o Presidente ser julgado pelo Moro? Importante refletir sobre isso! É importante que os Deputados saibam o que vai ser decidido aqui nesta tarde, ou em qualquer dia que ocorrer esta votação.

O País merece respeito. O Brasil merece respeito, a sociedade precisa estar sintonizada com o Parlamento. E o Parlamento tem o dever de autorizar que a pessoa que cometeu um crime, no exercício do mandato, seja investigada pelo Supremo Tribunal Federal.

Muito obrigado. Vamos à votação! Vamos autorizar!

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado Laerte Bessa.



**O SR. LAERTE BESSA** (PR-DF. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós já estamos chegando ao quórum exigível para dar início à votação.

Pergunto a V.Exa. qual é o quórum oficial que nós temos, porque a Oposição está falando e não está registrando ocorrência... registrando presença.

**A SRA. ALICE PORTUGAL** - Ocorrência é na delegacia.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - São 290 Deputados.

**O SR. LAERTE BESSA** - Então, já temos 290 presentes, falta pouco para 342. Com mais 52 presenças, nós teremos quórum suficiente para iniciar a votação.

Mas eu quero, Sr. Presidente, que V.Exa. peça ao PT e aos “puxadinhos” que limpem a Casa. Eles sujaram, enlamearam a Casa. É o que sabem fazer. Sujaram toda a Casa e não limparam. Eu acho que o PT e os “puxadinhos” têm que limpar. Peguem os faxineiros que eles têm no partido...

**O SR. CARLOS ZARATTINI** - Sujo é o Palácio do Planalto, Deputado.

**O SR. LAERTE BESSA** - Deputado Zarattini, eu admiro muito V.Exa., mas vocês só souberam fazer isto no Brasil: sujar o País. E vocês estão demonstrando isso aqui na Casa. Não pode!

Eu quero que o Presidente exija que os faxineiros do PT e dos “puxadinhos” limpem a Casa, porque esta Casa não é a casa deles, não. E ainda trouxeram um dinheiro, um pouquinho só dos trilhões que roubaram do País.

Eu fui contar ali: não chega a 5 mil dólares o que eles estão devolvendo. Puxa vida! Vocês roubaram trilhões e só vão devolver isso, Deputado Zarattini? Não pode! O Brasil não pode ficar à mercê de vocês.

Eu acho até que existem políticos bons por aí. Conto um por um, e são poucos que não se locupletaram do dinheiro público. Não vou citar, porque eles já se



impõem ao falar, mas quero dizer que na Casa vocês são incoerentes. Vocês falam de Temer e defendem Lula e Dilma. Não pode! O maior ladrão do mundo se chama Luiz Inácio Lula da Silva — vocês sabem disso. Então, é muito incoerente vocês virem aqui e falar mal de Temer.

Mas que crime Temer cometeu? (*Manifestação no plenário.*) Vocês leram a denúncia? Que dinheiro Temer recebeu? Que dinheiro Temer pediu? Nós estamos votando aqui juridicamente — juridicamente!

Sr. Presidente, por favor, reponha o meu tempo.

Eles se alvoroçaram ali! Calma! Está chegando a hora! E vocês tratem de registrar presença, viu? Vocês ficam aí escondendo o jogo. Podem tratar de registrar presença, porque daqui a pouco vamos alcançar o número de 342 Deputados aqui.

Eu queria participar isso a vocês, porque este é um momento importante para o nosso País. Trata-se da governabilidade não só de Temer, mas também do País, que voltou a crescer.

Nós tiramos aquele bando de ratos que saquearam o País: Lula, Dilma, Palocci e companhia. E há muitos ainda, não vou citar, mas há muitos ladrões aqui.

Nós estamos recuperando a economia do Brasil, e, se Deus quiser, o final vai ser um só: Temer vai governar até o final do mandato, e o Brasil volta a crescer. Por que o Brasil volta a crescer? Os empresários estão voltando a investir no País, está acabando a roubalheira, e o Brasil hoje é um país que está crescendo.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Informo que considerei prejudicados os requerimentos do PT e do PCdoB, porque automaticamente vou fazer a votação nominal do requerimento de encerramento de votação.



**O SR. CARLOS ZARATTINI** (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -  
V.Exa. não pode cancelar de ofício.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Claro que posso! Vai ser votação nominal! Se o seu requerimento quer que a votação seja nominal e se eu estou avisando que será nominal de ofício, V.Exa. me desculpe, o seu requerimento está prejudicado. (*Palmas.*)

**O SR. CARLOS ZARATTINI** - V.Exa. só pode fazer isso se ocorrer...

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Já fiz, Deputado.

**O SR. CARLOS ZARATTINI** - ...requerimento de verificação de votação e se for notória a ausência de quórum no plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Deputado, sempre é feito assim.

**O SR. CARLOS ZARATTINI** - V.Exa. não pode fazer isso!



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Sobre a mesa requerimento com o seguinte teor:

*Senhor Presidente,*

*Requeremos, nos termos do art. 178, caput e § 2º, combinado com o art. 117, inc. XI, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o encerramento da discussão da Solicitação para Instauração de Processo nº 1, de 2017.*

*Sala de Sessões, em 02 de agosto de 2017.*

*Deputado Aguinaldo Ribeiro*

*Líder do Governo na Câmara dos Deputados*



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Fausto Pinato, para falar a favor. *(Pausa.)*

**O SR. JOSÉ GUIMARÃES** - Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança da Minoria, imediatamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado José Guimarães, pela Liderança da Minoria. *(Pausa.)*

**A SRA. ALICE PORTUGAL** - Isso está errado!

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Não está, não.

**A SRA. ALICE PORTUGAL** - Vai deixar uma brecha.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Não vai, não. Sempre foi assim. Sempre fiz assim.

**O SR. JOSÉ GUIMARÃES** (PT-CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, por favor, recoloque meu tempo.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Fique tranquilo, V.Exa. terá mais tempo do que os 9 minutos, conforme eu combinei com a Oposição.

**O SR. JOSÉ GUIMARÃES** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, em primeiro lugar, quero falar para o País, para aqueles que estão nos ouvindo de norte a sul que a nossa ação aqui no plenário está sendo articulada e comandada pelos partidos de oposição: o PT, o PCdoB, o PDT, o PSOL, a REDE, grande parte dos companheiros do PSB e Deputados e Deputadas de outros partidos que, mesmo marcando presença, vão votar a favor da denúncia contra o Presidente Temer.

Portanto, a minha primeira palavra é para elogiar a ação que o conjunto da Oposição fez de ontem para hoje nesta Casa. E não fizemos qualquer acordo com o Governo, pelo contrário: quem tem a obrigação de colocar os 342 votos é o



Governo. Nós estamos aqui 100% presentes. Se o Governo conseguir o quórum, nós faremos o enfrentamento necessário na discussão desta denúncia contra o Presidente Temer.

Não estamos aqui dizendo que não vamos votar, pelo contrário: estamos a postos, unificadamente, nós todos, para dizer ao País como cada Deputado vai votar. Cada Deputado e cada Deputada têm que ter transparência no seu voto, têm que apertar o dedo, e o País inteiro vai saber como votará cada Parlamentar neste momento.

É claro que as razões já foram ditas. Esta Câmara precisa autorizar a abertura do processo. Não estamos julgando antecipadamente ninguém. Estamos aqui no sentido de autorizar o Supremo a investigar o Presidente da República, diante de denúncia da PGR.

Meus caros Parlamentares, desta tribuna vieram criticar a Oposição, porque ela fez esse gesto com as caixas do “Fora, Temer”, e disseram que a Câmara Federal está suja. Quem está suja é a instituição Presidência da República, porque tem um Presidente da República que sujou o País, envolvido nas mais variadas ilações do ponto de vista da corrupção.

Eles prometeram resolver o problema da crise política e econômica que eles criaram na época em que Dilma governava o Brasil. Deram um golpe em nome da estabilidade e da retomada do crescimento da economia brasileira.

Que País é este que hoje nós estamos vendo? É o País da ganância. É o País que não olha para o futuro. É o País onde as pessoas estão sem esperança, porque não percebem um gesto do Governo do ponto de vista da retomada do





crescimento da economia brasileira. Deputada Luiza Erundina, como vamos retomar o crescimento da economia brasileira com o rombo de 159 bilhões de reais?

Mas não diziam que o Governo anterior era o Governo da ganância? Este Governo é tão ruim que gasta mal e faz a maior farra com o dinheiro público!

Como retomar o crescimento econômico? O Governo só fala em aumentar o primário. V.Exas. aprovaram a PEC do Teto aqui e, agora, o que vão dizer para o Brasil, Deputados do Governo? *“Nós precisamos de nova autorização para aumentar o primário.”*

Como retomar o crescimento econômico se o olhar de Meirelles é só para o primário? Neste ano, o investimento público caiu 48,5%. É o desemprego que está na casa do trabalhador brasileiro. É a água que está faltando no Nordeste. É a transposição do Rio São Francisco que está parada. O desemprego está em quase 14 milhões. Que retomada é essa?

E o Presidente da República ainda vai dizer na televisão, com os tais vídeos, que está comemorando a queda da inflação. É claro, a queda da inflação é por conta da recessão! Se não há consumo, não há inflação, porque não há crédito na praça.

Nunca se viu um Governo tão ruim como este, sem condições nenhuma de resolver o problema e a encrenca fiscal em que se meteu!

Ele dizia que o Governo anterior era o da ganância e está aí distribuindo cargos a rodo pelo País afora, pagando tudo. Este Governo não faz outra coisa.

Meus queridos Deputados e Deputadas, o que pensar de um país cujo Presidente da República passa dia e noite só recebendo Parlamentar para negociar apoio aqui dentro? Como este País vai retomar o seu crescimento? Não há como, porque é um Governo que não tem rumo, levou o País para o abismo fiscal,



descontrolou as finanças e agora quer ficar governando a qualquer preço, a qualquer custo.

O País está nos assistindo. E nós não vamos tergiversar aqui. Não vamos fazer discurso falso. Temos um lado, e o nosso lado é o do Brasil.

Aliás, o Presidente Temer disse, naquela época em que era o articulador político do Governo Dilma, que ninguém governa 3 anos o Brasil. Está aqui a frase dele para os empresários paulistas, quando botaram o pato da FIESP lá na Avenida Paulista.

Temer dizia, Deputado Arlindo Chinaglia, ex-Presidente da Casa, que ninguém governa o Brasil sem apoio popular. Poxa, o cara tem 95% de rejeição! Será que esta Casa vai fazer o abraço dos afogados? Será que os Parlamentares vão ter a coragem de votar nesse Presidente, que não tem apoio popular, que não tem mais nenhuma condição de governar o Brasil?

Esta Casa tem outra responsabilidade, Sr. Presidente Rodrigo Maia. Eu conheço as ideias de V.Exa. O que dizer aos liberais, àqueles que defendem o liberalismo econômico, diante da crise na qual este Governo meteu o Brasil?

Não há perspectiva de retomada de crescimento, Deputado Julio Lopes. O crescimento está inviabilizado por conta de todas as gastanças, e más gastanças, que eles fizeram na Presidência da República. Será que estão afundando de vez o Brasil para continuar governando?

Tenha grandeza e saia da Presidência da República!

Chamemos o povo para decidir o destino desta Nação! Ninguém quer eleger ninguém indiretamente, não. O povo tem que ser senhor do seu próprio destino, e



nós não temos como equacionar a crise e a instabilidade política se não houver uma eleição direta.

Não há outra saída que não seja chamar o povo para decidir. E o melhor caminho para a recomposição política e social do País é a eleição direta. Qualquer saída por cima exclui o povo do destino e da decisão deste País.

Nós temos que aprovar a denúncia e dizer ao Brasil, aos brasileiros e às brasileiras, que não há outro caminho, meu caro Júlio Delgado. Vamos estar juntos, porque ninguém aguenta mais este País.

Eu ouvi os comentários da jornalista daquele painel da *GloboNews Fatos e Versões* de que a aprovação deste Governo não cai para zero porque não há mais número matemático. São 3%, são 5% de aprovação! Não há mais como cair, é zero!

Em primeiro lugar, ele não foi eleito, não tem legitimidade. E, agora, meteu o País numa encrenca, que está trazendo várias consequências para a retomada do crescimento da economia brasileira.

A nossa posição aqui é a favor desse enfretamento. Não vamos dar moleza! Não vamos negociar! Estamos, aqui, todos, sem marcar presença. Isso é importante. Ninguém vai marcar presença nesta sessão.

Alguns, é claro, têm que marcar presença, Deputado Leonardo, ex-Líder do PMDB, hoje Ministro. Eu sei disso, porque já fui Líder e sempre tive lado. O nosso lado aqui é o lado do Brasil. A nossa presença foi combinada com a Oposição: três ou quatro falarão, para dizer ao País que nós estamos com o Brasil, estamos com a democracia. E não há outra saída a não ser as eleições diretas.

Temer governa o Brasil para quem? Com que objetivo? Para fazer o que ele está fazendo? Eu nunca vi uma figura tão incapaz de gerir os destinos do País como



---

o Presidente Temer. E eu o conheço pessoalmente. Ele foi o articulador político na época do Governo Dilma.

Não é possível, o País está sem rumo! As pessoas não têm mais esperança! Nem os empresários! Na época do Governo Dilma, os números da indústria caíram, e a perspectiva de retomada cresceu com a saída de Dilma. Agora, ela está ladeira abaixo, nem os empresários do pato da FIESP acreditam mais neste Governo.

Será que esta Casa vai ficar ilhada, vai ficar separada e apartada do povo brasileiro? Ela não pode ficar apartada, Sr. Presidente Rodrigo Maia, dos destinos deste imenso Brasil. Ninguém governa o Brasil com 3%, 5% de aprovação. Não há outro caminho a não ser aprovarmos aqui a abertura do processo no Supremo, para recompormos o País, darmos ao povo o direito de escolher livremente o seu Presidente da República.

Nós da Oposição sabemos, Deputado Júlio Delgado, Deputado Aguinaldo Ribeiro, Deputados do PSOL, do PCdoB, do PT, do PDT, da REDE e Deputados independentes — todos sabem — o que o Governo fez nas últimas horas para ter os votos aqui.

Eu nunca vi isso no Brasil desde que me entendo por gente. Até editaram uma medida provisória ontem, a MP 793, para atender aos ruralistas. Sabem qual é o impacto disso? Que Governo da austeridade fiscal é este? É falso! É o Governo da ganância! O impacto é de quase 20 bilhões de reais. Diminuíram a alíquota da contribuição previdenciária para as empresas rurais. Que País é este? Falam em austeridade, falam em segurança fiscal e jurídica e estão levando o Brasil para o abismo. Este Governo não pode mais continuar!



O melhor caminho, o mais democrático, é esta Casa autorizar o julgamento do processo pelo Supremo, e ele que se defenda no Supremo.

O nosso compromisso, Sr. Presidente Rodrigo Maia, é com o País. Os democratas de todas as partes sabem muito bem que estamos juntos, para defendermos a democracia e defendermos o Brasil. Ninguém governa o Brasil com arrogância, com essa coisa que ninguém sabe para onde vai. Isso está quebrando o País! É uma quebradeira geral! É a quebradeira do emprego, é a do investimento público, é a dos investimentos sociais.

Não há saída para o Brasil a não ser diretas já! Fora, Temer!

Vamos à luta, companheiros e companheiras!



**O SR. CARLOS ZARATTINI** - Sr. Presidente, peço a palavra, pela Liderança do PT.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Carlos Zarattini, pela Liderança do PT.

**O SR. CARLOS ZARATTINI** (PT-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, primeiro eu gostaria de informar a todos que estão nos assistindo pela *TV Câmara* e por outros canais de transmissão que a bancada do Partido dos Trabalhadores está 100% na Casa, bem como as bancadas de oposição.

E não estamos aqui marcando a presença por um motivo muito simples: neste processo não houve até agora o direito de a acusação se pronunciar. Só se pronunciou aqui o Relator do voto vencedor, favorável a Michel Temer, e o advogado de defesa de Michel Temer. Portanto, existe um vício neste processo. Nós já demos entrada a uma ação no Supremo Tribunal Federal para que isso seja corrigido.

Em segundo lugar, nós queremos ver quem está registrando presença nesta Casa.

Vamos votar daqui a pouco, porque o Governo já enviou à Mesa um requerimento de encerramento de discussão. Eles querem atropelar e votar de qualquer maneira. A bancada do PT e as bancadas de oposição nem sequer vão entrar em obstrução, porque não vamos colaborar para que se alcance o quórum necessário nesta Casa para a votação de hoje.

Nós estamos avançando muito no debate. Temos ciência de que os Deputados estão vendo o comportamento da opinião pública, que cada dia mais se



posiciona pela abertura do processo contra Michel Temer e pelo afastamento dele. A opinião pública se posiciona pelo estabelecimento de eleições diretas para Presidente da República, porque o povo brasileiro não suporta mais uma solução como a que foi dada no golpe contra a Presidenta Dilma.

Qual foi a solução? Armou-se um conjunto de forças que são majoritárias na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, mas que são minoritárias na sociedade. E esse conjunto de forças vem impondo ao País uma série de políticas que prejudicam o povo brasileiro.

Vejam bem, impuseram políticas como a da reforma trabalhista, que retirou direito dos trabalhadores brasileiros, que não vão poder sequer recorrer mais à Justiça do Trabalho porque têm que pagar a sucumbência, têm que pagar as despesas judiciais, caso percam a ação. Impuseram regimes de contratação em que o poder patronal é substancialmente aumentado.

Querem aprovar reformas, como a da Previdência, que retiram direitos do povo brasileiro. Os trabalhadores e trabalhadoras terão que comprovar 25 anos de contribuição à Previdência. Como as tantas mulheres que trabalham em casa, domésticas, trabalhadoras do comércio, do pequeno comércio, que jamais contribuíram na sua vida ou tiveram alguns poucos anos de contribuição e já ultrapassaram a idade dos 50 anos, como essas trabalhadoras poderão se aposentar? Não vão se aposentar. É uma reforma da Previdência excludente, contra os trabalhadores mais pobres, contra as mulheres. Ela impede as mulheres de se aposentarem. Essa é a realidade dessa reforma da Previdência.

Querem aprovar medidas que atentam contra a soberania nacional. Já aprovaram aqui a entrega do pré-sal para as multinacionais, mas querem aprovar



mais. Querem entregar 20 mil áreas de mineração na Amazônia para o capital internacional, transformando a Amazônia num queijo suíço. Isso tem que ser dito. Esperamos que os ambientalistas brasileiros abram o olho para o que se está fazendo aqui, e que aquelas organizações internacionais, como WWF e Greenpeace, também se alertem para o que está fazendo este Governo. Ele está sabotando o meio ambiente brasileiro.

Nós, brasileiros, temos que cuidar da nossa soberania, porque eles querem desmontar o parque industrial brasileiro, querem desmontar as empresas nacionais, como agora pretendem fazer vendendo as usinas da ELETROBRAS a preço de banana. Essas usinas vão produzir eletricidade, e o povo brasileiro vai ter que pagar mais caro.

Eu gostaria até de ouvir o Ministro de Minas e Energia, que está na Casa hoje. Gostaria que ele explicasse a este Plenário as políticas que ele quer fazer de entrega do patrimônio nacional às multinacionais de energia, especialmente as chinesas, que vão vender energia muito mais cara para o povo brasileiro.

O povo brasileiro tem que abrir o olho, porque, depois que aumentarem o preço, não mais haverá retorno.

Por isso, minha gente, nós aqui estamos prontos para votar, se for necessário. Vamos votar pelo afastamento de Michel Temer.

Queremos conclamar todos os Deputados para que façam o mesmo, porque a votação de hoje será lembrada, a votação de hoje será marcada. Todos aqueles que votarem pela continuidade deste Governo vão ter o seus nomes divulgados, vão ter os seus nomes propalados.





Este Governo vem cometendo crimes na política econômica. Nós já estamos com mais de 500 mil famílias na fila de espera do Bolsa Família — mais de 500 mil famílias!

O Sr. Osmar Terra, Ministro do Desenvolvimento Social e Agrário, poderia nos explicar aqui qual é a política social deste Governo. Ele hoje voltou a esta Casa para votar a favor de sua manutenção no cargo. O Sr. Osmar Terra está votando aqui em benefício próprio, em benefício do seu próprio cargo. Então, ele que venha explicar na tribuna qual é a política social deste Governo — está faltando ele explicar. Nós queremos muito claramente essas explicações. O povo brasileiro merece uma explicação desses que estão governando, porque eles estão subtraindo os direitos do povo a cada dia, a cada minuto.

Sr. Henrique Meirelles, nós requeremos que explique como recebeu 217 milhões de reais da JBS — desses 217 milhões de reais, 57 milhões foram recebidos no exercício do cargo de Ministro da Fazenda. Portanto, isso é absolutamente irregular. Não é possível que o Procurador-Geral da República deixe de investigá-lo. O Sr. Henrique Meirelles precisa ser investigado.

Talvez o mercado financeiro não queira essa investigação. Talvez as emissoras de TV não queiram essa investigação, porque têm medo. E vão dizer: *“Ah, vai desestabilizar a economia”*. Ora, a economia já está completamente desestabilizada, já está em ruínas! A economia brasileira está em ruínas!

Daqui até o mês de setembro, não vai mais haver orçamento para a Polícia Rodoviária Federal, não vai mais haver orçamento para a Força Nacional de Segurança Pública, não vai mais haver orçamento para Exército, Marinha e Aeronáutica, não vai mais haver orçamento para abrir as agências do INSS, não vai



mais haver orçamento para comprar remédio para o povo brasileiro. É isso o que o Sr. Henrique Meirelles está fazendo. E nós não vamos tardar em esperar.

Ele, provavelmente, vai ter que se render aos fatos e encaminhar a esta Casa um projeto para aumento do déficit. Por quê? Porque a gestão deste Governo, que se diz austero, foi por terra com as ações que nós estamos vendo. Está sendo liberado dinheiro para o pagamento de emendas e para a realização de convênios com Municípios, para que Deputados votem a favor do Governo. Além disso, o Governo mandou para o Congresso uma medida provisória em que abre mão de receber mais de 5 bilhões de reais em impostos dos ruralistas. Para quê? Para a bancada ruralista votar a seu favor. A bancada ruralista foi comprada. Isso tem que ser dito, para que o povo brasileiro saiba.

Inclusive, querem aprovar a venda de terras para estrangeiros, para que possam ser latifundiários sem latifúndio, porque querem pegar o dinheiro para aplicar nos juros altíssimos que estão aí no mercado financeiro.

Isso tem que ser denunciado muito claramente.

**O SR. MAURO PEREIRA** - Quem compra é o PT, Deputado Zarattini. O PT é que compra as coisas.

**O SR. CARLOS ZARATTINI** - Deputado Mauro Pereira, V.Exa., que é do PMDB histórico, deveria defender a sua história e não se render a este Governo vergonhoso, que foi à Noruega trazer dinheiro para o Brasil e levou o maior carão. A Noruega cortou a verba que mandava para o País, para o meio ambiente. É uma vergonha o que este Governo está fazendo! Este Governo está fazendo com que este País, que era reconhecido internacionalmente, passe vergonha lá fora.



Por isso, Deputados e Deputadas, nós temos que olhar para o povo brasileiro. Não podemos abdicar de levar em conta aquilo que a população está...

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. CARLOS ZARATTINI** - Peço mais 1 minuto.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Encerre, Deputado.

**O SR. CARLOS ZARATTINI** - Nós não podemos fechar os olhos e os ouvidos àquilo que o povo brasileiro vem dizendo. Lembrem-se V.Exas. — e aqui todo mundo sabe disso — de que vamos ter eleições no ano que vem.

O povo brasileiro não está suportando mais a forma como se faz política neste País porque ela beneficia pouquíssimos. Aqui se vota muitas vezes para se manterem privilégios que não são claramente ditos ao povo brasileiro, e ele tem que ser informado disso.

O povo está cansado! O povo quer mudança! O povo quer eleições diretas, porque o direito à democracia é inalienável. E é isso que nós vamos conquistar a partir de hoje.



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Para falar a favor do requerimento, concedo a palavra ao Deputado Fausto Pinato.

**O SR. FAUSTO PINATO** (Bloco/PP-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, subo a esta tribuna hoje, neste encerramento de discussão, porque V.Exa. — quando há algo para elogiar, temos que elogiar — teve muita prudência e equilíbrio na condução dos trabalhos. Nós poderíamos ter votado isso logo na quinta ou na sexta-feira após a matéria ter saído da CCJ. Mas V.Exa., para não ser desleal nem com a Situação nem com a Oposição, pautou-se pelo bom senso. Todos os Parlamentares puderam ir às suas bases para consultá-las e fazer um exame de consciência. Houve, ainda, uma reunião de Líderes, na qual ficou notificado que a votação ocorreria hoje.

Respeito os que são a favor e os que são contra a denúncia, mas não podemos aceitar, num momento de estabilidade por que passa o País, com o mundo inteiro nos observando, o mercado financeiro interno e externo, que alguns se acovardem para fazer uma política do quanto pior, melhor.

Vi opositoristas falarem aqui de benesses ao se referirem à acusação contra o Temer, mas eles esquecem que o grande líder deles não está sendo investigado, já está condenado pelo Juiz Sergio Moro.

Aliás, Sr. Presidente, precisamos fazer justiça ao juiz Sergio Moro. Lá não houve delação premiadíssima. Ninguém saiu pela porta da frente, foi para os Estados Unidos e voltou para assumir delação. O povo não engoliu a delação dessa grande quadrilha chamada JBS!

Chegou o momento de passarmos este País a limpo. E quero dizer a todos os colegas, mesmo àqueles que fazem parte de partidos divididos, que não se



acovardem, que registrem presença. É o momento de dar um basta à instabilidade do País. É o momento de responsabilidade para com a Nação.

Ouçõ dizerem que o Presidente Temer não tem condições de continuar no Governo. Mas faço uma crítica aos ex-Presidentes, começando por Fernando Henrique. Todos eles, quando estão indo para o poder, falam em reformas. Quando chegam ao poder, nenhum as faz. E esse homem, o Presidente Michel Temer, com toda a responsabilidade social, vem tentando colocar o País no eixo.

Sr. Presidente, respeitamos os votos contrários e favoráveis, mas todo o desgaste que poderíamos ter aqui nós já tivemos. Este é o momento de termos responsabilidade. Falta 1 ano e 5 meses para acabar o mandato do Presidente Temer. E é tudo mentira da Oposição, porque está na Constituição, não dá tempo de fazer uma PEC para eleição direta.

Parem de ser demagogos! Se for acontecer eleição, corremos o risco de ter uma eleição indireta em março, um novo Presidente em abril, e uma eleição direta em outubro. O País não aguenta!

É por isso que muitos do setor que gera emprego, pela economia, já veem o Temer como a solução necessária, porque eles têm responsabilidade com o País.

Assim como muitos, eu não votei no Temer. Vejo aqui criticarem o Henrique Meirelles. Mas aqui está acontecendo o seguinte: quando joga no time deles, presta; quando sai, não presta. É uma incoerência muito grande!

Sr. Presidente, é hora de termos responsabilidade com o País. É o momento de termos consciência. Estão dizendo que este Governo faz isso e aquilo. Eu queria dizer que, na época do *impeachment* da Dilma, eles ofereciam emendas e cargos a Deputados, mesmo sabendo da incompetência, mesmo sabendo que a economia



não respondia, nem assim conseguiram. E nós nunca tivemos tanto diálogo com o Governo como agora.

Quero parabenizar os Líderes do Governo, o Deputado Baleia Rossi, o PMDB, o PP, o PSDB, e dizer que coloquem a mão na consciência, porque o momento é de reflexão. O Líder deles há 3 anos está apanhando com condenação e denúncia, e mesmo assim eles estão firmes na trincheira. Nós precisamos ficar firmes na trincheira. Não é pelo Temer, mas pelo País.

No momento, esse voto a favor do Presidente Michel Temer vai pela sensatez, pelo equilíbrio, e pelo interesse de vocês, povo brasileiro, porque eles querem o quanto pior, melhor; que o País chegue arrebatado lá na frente, para fazer o “volta, PT!” Queremos fazer o País respirar e voltar a viver.

Fica, Temer! Fim da burocracia! Fim da demagogia! Pelo País! Pela Nação!  
Vamos colher frutos o ano que vem por termos coragem neste momento!

Parabéns a todos os que tiveram a coragem de fazer uma nova história!

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado Júlio Delgado.

**O SR. JÚLIO DELGADO** (PSB-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, que nesta tarde de hoje querem votar para que a investigação seja encaminhada ao Supremo Tribunal Federal, vou tentar falar claramente.

Quero antes, rapidamente, anunciar os votos dos Deputados Heitor Schuch, Jose Stédile, Odorico Monteiro, Paulo Foletto, Luana Costa, George Hilton, Gonzaga



Patriota, Rodrigo Martins, Leopoldo Meyer, Luciano Ducci, Flavinho, Keiko Ota, que votarão conosco. Eu já tinha feito na hora da discussão.

Mas nós estamos no momento da votação de um requerimento de encerramento de discussão. Eu quero ser didático, para todo o mundo acompanhar o plenário e o número, para pedirmos àqueles que querem votar que a investigação prossiga. Nós temos 316 Deputados registrados no plenário, mais aqueles que falaram e que não registraram, chegamos a uns 325 Deputados. Na Casa, nós temos 390 Deputados. Se nós reduzirmos o número daqueles que querem a investigação na hora da votação desse requerimento, esse requerimento não passará.

É importante que os Deputados, mesmo que não sejam dos partidos que estão posicionados nessa linha o partido como um todo, mas aqueles de partidos que tenham a consciência de que a investigação deve prosseguir — e que podemos fazer essa votação na sessão da tarde — que não votem neste requerimento!

Não é votar “obstrução”, não! Não é votar “abstenção”, não! Não é votar “sim” ou “não”, não! É não votar! Não votar! Se não votarmos, os 120 que estão aqui, eles não alcançarão o quórum para votar a matéria nesta sessão.

Essa é uma questão, aviso aos companheiros, de didática, de procedimento da nossa ação: nós não podemos marcar presença, sequer os partidos que se declarem em obstrução.

Durante a discussão de hoje, muitos Deputados vieram à tribuna e, apesar de não terem registrado presença, tiveram o nome computado. Agora, não. Mesmo se marcarmos “obstrução”, não conta para efeito de quórum de 257, mas conta para efeito de presença na Casa. E isso tem um efeito na hora da votação.



Aqueles que estiverem mais complicados ainda, mais apertados ainda, esperem alcançar o quórum de 257 para que possam votar, porque os seus partidos vão orientar de forma divergente.

É uma questão didática, companheiros! Nós temos a missão hoje, nesta Casa, de mostrar quem são aqueles favoráveis à investigação e aqueles que não são. Estão querendo passar rolo compressor, mas na Casa tem 400 Deputados só. Se nós tirarmos 150 que estão nessa posição, não há número para votarmos a matéria nesta sessão.

Então eu queria pedir claramente aos Deputados e Deputadas que têm essa orientação que acompanhem, ouçam um pouco os Deputados que têm tomado a frente um pouco mais, no encaminhamento da votação desse requerimento.

Por fim, por que encerrar a discussão? Por que não querer discutir? Nós simplesmente queremos que o processo vá ao Supremo Tribunal Federal. Essa blindagem é desnecessária. Essa blindagem fere princípios de honradez.

Eu, ontem, lendo algumas coisas, vi o que aconteceu aqui nos últimos 15 dias, também ouvi muito Deputado falar aqui hoje e ontem.

O que temos, Srs. Deputados, quando formos chamados, nós deixaremos aqui. O que somos nós vamos levar conosco. E cada um vai decidir hoje aqui o que é ou o que tem. Eu prefiro ficar com o que eu sou, com o que eu represento.

Sr. Presidente, quero pedir só mais 1 minuto para concluir, dizendo aos nobres Deputados: nós temos, todos os Deputados aqui, o direito de fazer o julgamento. Só não podemos ter o direito de analisar e dizer que nós queremos que o Presidente não seja investigado. Quando ele diz que tem uma horda de





banditismo, uma horda de banditismo que ele recebeu às 11 horas da noite, com o codinome de Rodrigo, onde está isso? Ato praticado pelo Presidente da República.

Pensem nisso nesse requerimento de encerramento. Pensem nisso, no que V.Exas. estão colocando para o País, na imagem da distância que mais uma vez estaremos colocando da sociedade brasileira.

Eu venho aqui pedir, muito fortemente, que nós não votemos esse requerimento, para o bem do País, para a salvação do Parlamento, para que nós possamos nos resguardar daquilo que nós somos e não daquilo que nós temos ou possuímos.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Orientação da bancada.

Como vota o Bloco do PP? *(Pausa.)*

Como vota o PMDB? *(Pausa.)*

Como vota o PSDB? *(Pausa.)*

Como vota o DEM? *(Pausa.)*

Como vota o PR? *(Pausa.)*

Como vota o PSD? *(Pausa.)*

Como vota o PT?

**O SR. CARLOS ZARATTINI** (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PT vai orientar “obstrução”, por conta de que nós não queremos registrar presença. Inclusive, nós queremos orientar toda a nossa bancada a não votar sequer “obstrução”.

Nós não queremos coonestar o quórum, nesta tarde, em uma sessão em que não houve contraditório, uma sessão em que a acusação contra Michel Temer não



foi apresentada, não se pôde falar aqui das malas de dinheiro que o Sr. Rodrigo Rocha Loures pegou lá em São Paulo, não se pôde falar aqui do encontro nos subterrâneos do Palácio do Jaburu, onde o Sr. Michel Temer conchavou com Joesley Batista e foi gravado. Isso tem que ser apurado e julgado.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PMDB? *(Pausa.)*

Como vota o PP?

**O SR. SIMÃO SESSIM** (Bloco/PP-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Bloco PP/PTdoB entende que essa matéria já foi amplamente discutida na CCJ e vota "sim".

**O SR. AFONSO MOTTA** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o PT está inconformado com a diminuição...

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - O PP vota "sim".

Como vota o PSDB?

**O SR. JOÃO GUALBERTO** (PSDB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSDB vota "não" para o encerramento. Acho que deve haver mais discussão.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PSD?

**O SR. DOMINGOS NETO** (PSD-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSD vota "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PR?

**O SR. LAERTE BESSA** (PR-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PR vota "sim".

Quero explanar aqui que essa defesa toda da Oposição e esses ataques a Michel Temer são simplesmente porque o PT quer voltar ao poder. E eu acho que o



povo brasileiro não é bobo, porque sabemos que o PT tem que ser extirpado do nosso País. Ele está querendo voltar ao poder, e não podemos aceitar isso.

Vamos votar “sim” para que possamos encerrar a discussão.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PSB?

**O SR. CARLOS MARUN** - E o PMDB, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PMDB?

**O SR. CARLOS MARUN** (PMDB-MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

O PMDB vota “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PSB? *(Pausa.)*

Como vota o PTB?

**O SR. PAUDERNEY AVELINO** (DEM-AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Democratas vota “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - O DEM vota “sim”.

Como vota o PRB? *(Pausa.)*

Como vota o PDT, Deputado Afonso Motta?

**O SR. SILAS CÂMARA** (PRB-AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PRB vota “sim”, Sr. Presidente.

**O SR. AFONSO MOTTA** (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o PDT está inconformado com a diminuição do debate, a limitação, que é fundamental.

A sociedade está nos assistindo. Por isso, nós temos que cumprir com essa responsabilidade: fazer a sociedade entender a denúncia, seu conteúdo, os indícios, a materialidade, a prova. Está aqui toda a bancada. Vai constar no painel “obstrução” pelo PDT, mas nós não queremos votar e queremos continuar o debate.



Esta é uma imposição nacional, é uma imposição da sociedade. O PDT luta pela democracia, luta pelo Estado Democrático de Direito. Aqui, neste Plenário, o Parlamento tem responsabilidade com as instituições, tem responsabilidade com a justiça, tem responsabilidade em chegar à compreensão e à dimensão do debate que aqui estamos realizando.

**O SR. JÚLIO DELGADO** - Sr. Presidente, pelo PSB...

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o Solidariedade? *(Pausa.)*

Como vota o PCdoB?

**A SRA. ALICE PORTUGAL** (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o PCdoB tem a compreensão de que este debate é estratégico para o País. Este debate deveria continuar, e com o contraditório.

Nós tivemos duas falas iniciais a favor do Sr. Michel Temer, contraditando a denúncia do Procurador-Geral da República, e nós gostaríamos de um debate responsável, um debate amplo.

Por isso, o PCdoB está em obstrução, e eu peço à minha bancada que não vote sequer "obstrução", porque não é da nossa responsabilidade aumentar o quórum. A responsabilidade é dos cúmplices de Temer. Diz hoje uma pesquisa que quem está votando com Temer é cúmplice de seus crimes. Portanto, devem mostrar o rosto e a digital.

O PCdoB está em obstrução. E eu peço à bancada...

*(Desligamento automático de microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PSC? *(Pausa.)*

Como vota o PPS? *(Pausa.)*



**O SR. AUREO** (SD-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Solidariedade vota “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Solidariedade vota “sim”.

**O SR. JOSÉ GUIMARÃES** (PT-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é obstrução, sem ninguém votar.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Só 1 minutinho, Líder.

Como vota o PPS?

**O SR. ALEX MANENTE** (PPS-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós, neste momento, entendemos que é necessário encerrar esta discussão, para que coloquemos um ponto final nesta história e façamos o Brasil buscar um novo rumo.

Então, nós votamos “sim”, pelo fim da discussão.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PHS? (*Pausa.*)

Como vota o PV? (*Pausa.*)

Como vota o PSOL, Deputado Ivan?

**O SR. IVAN VALENTE** (PSOL-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSOL está em obstrução e quer fazer um comunicado de uma ação conjunta da Oposição.

Acaba de ser protocolado no Supremo Tribunal Federal um mandado de segurança assinado por vários Líderes da Oposição, que estabelece que o que precisa ser lido e votado no plenário da Câmara, aqui, agora, é a denúncia da PGR, e não o relatório da CCJ.

Nesse sentido, o Regimento Interno, que foi acompanhado por V.Exa., não é o que deveria ser seguido, mas sim o art. 86 da Constituição Federal, quando é



admitida a acusação contra o Presidente da República. Isso muda a voto. O voto agora, da Oposição, é...

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. JÚLIO DELGADO** - PSB, Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota a REDE? *(Pausa.)*

Como vota o PSB?

**O SR. JÚLIO DELGADO** (PSB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu tenho que dizer claramente. Falei ali e vou falar de novo, e é importante que cada companheiro que quer votar a favor da denúncia acompanhe isso.

Nós só estamos marcando obstrução por questão administrativa, mas não é para votar, não é para marcar “obstrução”, não, porque marcar “obstrução” registra a presença!

Tenho que deixar claro: o PSB vai marcar obstrução, mas eu estou falando para a maioria da bancada, que vai votar pela investigação, para não votar. Não é para acompanhar a orientação lá! Não é para marcar sequer a presença. Peço isso a todos aqueles que são a favor da investigação.

Neste momento, a marcação é para garantir o efeito administrativo, é obstrução para efeitos administrativos. Ninguém vota, nem “sim”, nem “não”, nem “abstenção”, nem “obstrução”. Isso é para garantir a nossa presença para efeitos meramente administrativos.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Entendi, Deputado.

**O SR. IVAN VALENTE** (PSOL-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero só esclarecer a nossa ação.



O voto do PSOL é “obstrução”. O que muda é que na ação popular impetrada pelos partidos em oposição ao parecer do Relator Abi-Ackel será o voto “não” da Oposição, mas através desse mandado de segurança. Se nós conseguirmos a liminar, o voto passa a ser “sim” à denúncia. Será “sim” à denúncia se a liminar for concedida pelo Supremo Tribunal Federal.

O PSOL está em obstrução, não votará e pede que todos os Deputados não marquem nenhuma ação no painel.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PTB?

**O SR. JOVAIR ARANTES** (Bloco/PTB-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria orientar o voto “sim” à retirada do projeto.

Estranha-me muito que a Oposição, que o tempo todo disse que não iria dar quórum, chegue ao extremo de adotar o comportamento que nós estamos vendo aqui agora.

Acho que vamos para o voto. Na democracia ganha quem tem voto. Quem perde tem que entender que o processo democrático é soberano em todos os pontos.

O PTB vota “sim”, encaminha a votação e pede aos Deputados que ainda não vieram ao plenário — faltam apenas dois para registrar presença — que venham votar “sim”, pela retirada da discussão, pelo encerramento da discussão e início imediato da votação definitiva.

**O SR. JOSÉ GUIMARÃES** - Minoria, Sr. Presidente...

**O SR. PASTOR EURICO** - Peço a palavra para orientação do painel, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PHS?



**O SR. PASTOR EURICO** (PHS-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PHS orienta a obstrução, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota a REDE?

**O SR. ALIEL MACHADO** (REDE-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós da Rede Sustentabilidade, desde o início dessa crise, defendemos nova eleição. Desde quando começou a aparecer o sistema em que se envolveu a política brasileira, nós defendemos nova eleição. Desde o momento em que esta Casa acabou se submetendo aos bel-prazeres do poder, a REDE defende nova eleição. Procuramos a Justiça para que houvesse a cassação da chapa. Com isso, a população seria convocada e nós teríamos nova eleição.

O processo que colocou Michel Temer aqui faz com que o País continue sangrando e que as pessoas mais pobres continuem pagando pelos equívocos daqueles que governam apenas para os mais ricos.

Nós da Rede Sustentabilidade vamos fazer obstrução da obstrução e, no direito de defender o quórum que o Governo não tem, vamos indicar obstrução, mas não vamos votar.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PEN? *(Pausa.)*

Como vota o PMB? *(Pausa.)*

Como vota o PSC, Deputado Pr. Marco Feliciano?

**O SR. PR. MARCO FELICIANO** (PSC-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSC encaminha pelo encerramento da discussão, até porque o Brasil não pode sangrar mais. Sabemos que o momento é difícil e que em briga de dois leões ninguém ganha, todos saem arranhados, e o Brasil está arranhado neste momento. Então vamos acabar com essa sangria desatada!





“Sim” ao encerramento desta discussão, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota a Minoria, Deputado José Guimarães?

**O SR. JOSÉ GUIMARÃES** (PT-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a Minoria chama a atenção de toda a Oposição: é “obstrução”, mas sem ninguém votar. Não é para a Oposição votar. É apenas “obstrução”. Segundo, não é “obstrução” ao mérito da denúncia, mas ao requerimento de encerramento da discussão.

Portanto, orientamos “obstrução”, mas que ninguém vote no painel eletrônico, nem o PT, nem o PCdoB, nem o PDT, nem o PSOL, nem a REDE, nem o PHS, nem aqueles Deputados que não votam de acordo com a orientação dos seus Líderes.

Portanto, é “obstrução”. Mas ninguém aperte o dedo no painel eletrônico! Se o Governo conseguir os 342, só na hora da votação do mérito da matéria.

**O SR. LELO COIMBRA** (PMDB-ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Maioria encaminha “sim”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Maioria, “sim”.

Como vota o PMB?

**O SR. WELITON PRADO** (PMB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PMB encaminha “obstrução”. Não queremos o encerramento da discussão. As denúncias são graves, seriíssimas, e o PMB é a favor da investigação. Acho que este é o sentimento de toda a população brasileira.

Durante o recesso parlamentar, eu percorri um grande número de Municípios do Estado de Minas Gerais. Estive no Triângulo Mineiro, em Uberlândia, em Montes Claros, nos Municípios do norte de Minas e naqueles que compõem a Região



Metropolitana de Belo Horizonte. A população foi unânime ao dizer: “*Deputado Weliton Prado, posicione-se a favor da investigação. A crise no País é muito séria. Há mais de 14 milhões de desempregados*”.

Este é o sentimento da população que a pesquisa do IBOPE vem a confirmar com mais de 80%. Este vai ser o nosso voto. Nós vamos votar pela abertura do processo de investigação, para que o Supremo cumpra o seu papel. Nós sugerimos que a alternativa para pacificar o País é a realização de eleições diretas.

**O SR. AGUINALDO RIBEIRO** (Bloco/PP-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Governo encaminha o voto “sim”. A Mesa informa que o quórum agora é de 342 Parlamentares na Casa. (*Palmas.*)

O Governo encaminha “sim”. Para esclarecimento, porque ficou mal interpretado, quem não encaminhar “obstrução” — pode não votar, é uma opção —, mas terá efeito administrativo, como é praxe na Casa.

**A SRA. ALICE PORTUGAL** - V.Exa. é Presidente da Casa, é?

**O SR. JOSÉ GUIMARÃES** (PT-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Oposição continua sem votar. Não há necessidade de votar. Nós não estamos votando a matéria de mérito. Nós estamos votando o requerimento de encerramento de discussão. Ninguém vota até o momento.



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - A Presidência solicita aos Srs. Deputados que tomem seus lugares, a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico.

Está iniciada a votação.



**O SR. LAERTE BESSA** (PR-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, uma boa notícia para o País: só a expectativa de reprovar esta denúncia contra o Presidente da República fez subir para quase 70 mil pontos o IBOVESPA, índice da nossa Bolsa de Valores.

A bolsa está subindo, e o dólar está caindo, só por se considerar a expectativa de aprovarmos o “sim” ao relatório do nosso querido Deputado do PSDB.

**A SRA. ALICE PORTUGAL** (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PCdoB orienta a sua bancada a não marcar “obstrução”.

Nós não vamos nos acumpliciar com esta decisão do Congresso Nacional que se apequena, na medida em que não libera o Presidente, inclusive, para defender-se no Supremo.

Por isso, não vamos marcar “obstrução”. Não vamos votar. Deixem que os Deputados se apresentem ao Brasil como cúmplices de Temer.

**O SR. FAUSTO PINATO** - Se não votar “obstrução”, cabe efeito administrativo, Sr. Presidente.

**O SR. JÚLIO DELGADO** - Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. RODRIGO DE CASTRO** (PSDB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero fazer um apelo aos Deputados do PSDB para que votem “sim” a esta matéria. É muito importante estarmos unidos neste momento e votarmos “sim”.

Peço aos companheiros do PSDB que votem “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Júlio Delgado.



**O SR. JÚLIO DELGADO** (PSB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, primeiro, quero dizer que o aplicativo Infoleg, da Câmara, informa que há 404 Deputados na Casa. Se tirarmos a Oposição, que são 140, e aqueles que estão conosco, são menos de 342. Fiquemos tranquilos com relação a este alarde. Não há 410 Deputados na Casa. Se tirarmos os 140, eles ainda vão ter que esperar um pouquinho.

Quero dizer que a obstrução é para garantir o efeito administrativo, somente isso. Ninguém precisa votar. Quem está em “obstrução” está garantido contra esta chantagem barata que está sendo feita.

Deputados, não votem!

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Darcísio Perondi.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero um esclarecimento. Ali consta “obstrução”, mas o Deputado não vota “obstrução”. Haverá efeito administrativo, ou não?

**O SR. NELSON MARQUEZELLI** - Sim, sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Deputado, isso é irrelevante, porque a presença que já foi dada no plenário é que vale. Ontem eu disse que o efeito administrativo era na votação nominal. Eu vou manter minha palavra.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** - Está bem.

**O SR. FAUSTO PINATO** - Sr. Presidente, no caso de obstrução, quem vai bancar a falta deles, em tese, é a Câmara dos Deputados?



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Deputado, estão todos presentes, democraticamente exercendo o direito de obstruir a votação.

**O SR. FAUSTO PINATO** - Sr. Presidente, mas tem que votar.

**O SR. NELSON MARQUEZELLI** - Vamos votar!

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** - A Oposição mostra que não gosta do Brasil e não vota, ganha tanto quanto eu e a base. A Oposição é omissa. O eleitor vai marcá-la, Oposição!

**O SR. FAUSTO PINATO** - A política da Oposição é a do “quanto pior, melhor”.

**O SR. NELSON MARQUEZELLI** - Vamos votar! Vamos votar!

**O SR. POMPEO DE MATTOS** (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, só para deixar registrado, nós vemos embate de um e outro lado. Nem a Oposição, nem a Situação tem que ganhar. Quem tem que ganhar é o Brasil. A Câmara não pode fazer feio escondendo tudo isso. Aqui ninguém está condenando, ninguém está julgando, ninguém está absolvendo o Presidente. Nós só estamos cumprindo o nosso papel constitucional de atender ao chamado do Supremo Tribunal Federal.

**O SR. FAUSTO PINATO** - Então, vote!

**O SR. POMPEO DE MATTOS** - O que me preocupa, Sr. Presidente, é que há pessoas aqui vendendo a alma ao diabo. Depois de venderem a alma ao diabo, cuidado que o diabo vem buscar a alma! É preciso dizer isso muito claro, por conta do quê eu faço esta advertência. A Câmara dos Deputados é maior do que um ou outro partido. A Câmara dos Deputados é maior que a Oposição. A Câmara dos Deputados é do tamanho do Brasil e, como tal, tem que representar o sentimento



desta Pátria. Nós não podemos lavar as mãos e empurrar a sujeira para baixo do tapete. Isso é feio para nós e para o Brasil.

**O SR. FAUSTO PINATO** - Então, vote! Não se acovarde! Vote!

**O SR. MAURO PEREIRA** (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de dizer que a Oposição, em especial ao Sr. Deputado Pompeo de Mattos, tem que votar, tem que colocar o dedo, se está obstruído, e não fazer o discurso fácil e não votar.

**O SR. POMPEO DE MATTOS** - É legítima a posição de obstrução.

**O SR. MAURO PEREIRA** - Deputado Pompeo de Mattos, tem que votar, tem que colocar o dedo no painel, e não ficar fazendo discurso e depois não votar. Tem que votar!

**O SR. POMPEO DE MATTOS** - Eu uso o poder que o povo me deu e que o Parlamento me concede. O Regimento Interno da Casa me permite fazer obstrução.

**O SR. MAURO PEREIRA** - Tem que votar, Deputado Pompeo de Mattos, e não ficar escondido!

**O SR. POMPEO DE MATTOS** - Não podem é vender a alma ao diabo. É isto que vocês não podem fazer: vender a alma para o diabo.

**O SR. FAUSTO PINATO** (Bloco/PP-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, já atingimos o quórum de 342 no painel. Tem que avisar a Oposição. Já foi atingido o quórum de 342 no painel.

Este discurso demagogo do “quanto pior, melhor” não vai dar certo. Vai imperar o bom senso, o que é melhor para o País.

Já temos 342!



**O SR. LAERTE BESSA** - Sr. Presidente, mande o pessoal limpar a Casa aqui.

**O SR. CARLOS MARUN** (PMDB-MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, parabenizamos V.Exa., conhecedor desta Casa e deste Plenário, que sempre afirmou com convicção que nós não fugiríamos à responsabilidade que temos de decidir esta questão.

Parabéns a V.Exa. pela convicção com que sempre fez esta afirmação, afirmação que demonstra seu conhecimento e seu respeito por esta Casa.

**O SR. GENECIAS NORONHA** - Deputados do Solidariedade, convido V.Exas. ao plenário para votar. Trata-se de votação nominal, votação de retirada de encerramento da discussão.

**O SR. VALDIR COLATTO** - Deputados da base, venham votar! A votação é nominal. Venham votar! Faltam poucos para completar 257.

**O SR. POMPEO DE MATTOS** - Sr. Presidente, só para responder aos desavisados, consta no painel o voto do Deputado Pompeo de Mattos: “obstrução”, clara e transparente.

**O SR. FAUSTO PINATO** - Parabéns, Deputado!

**O SR. POMPEO DE MATTOS** - Nós só estávamos esperando que a base sustentasse o voto. Mas o nosso voto está lá: limpo, claro, cristalino, visível a quem quiser olhar.

O pior cego não é quem não vê: é quem não quer ver. Só quem não quer ver é que não enxerga que temos uma posição muito clara.





Este é um tema que não é da Oposição, não é do Governo. É um tema do País, e o País espera de cada um de nós a responsabilidade, o dever e o compromisso.

Eu vim aqui em nome do Parlamento, em nome do povo gaúcho, em nome do povo brasileiro, para cumprir a minha tarefa e desempenhar o meu papel. Em nome do PDT de Brizola, do Jango, de Pasqualini, de Getúlio Vargas, de mãos limpas, de cabeça erguida, com os pés no chão, de botas, bombachas e lenço, desempenho meu papel honrando as tradições do meu Estado e do meu Rio Grande.

Está no painel o meu voto, limpo e cristalino.

**O SR. MAURO PEREIRA** - Sr. Presidente, só um detalhe: no *impeachment* de Dilma Rousseff, o Deputado Pompeo de Mattos não votou. Ele foi o único Deputado que não votou.

**O SR. POMPEO DE MATTOS** - Eu votei.

**O SR. MAURO PEREIRA** - Não votou. Saiu do plenário.

**O SR. POMPEO DE MATTOS** - Eu votei, e está lá o meu voto. Cego não é quem não vê; é quem não quer ver.

**O SR. MAURO PEREIRA** - Não votou! Foi uma vergonha para o Rio Grande do Sul V.Exa. não ter votado, Deputado Pompeo de Mattos.

**O SR. POMPEO DE MATTOS** - O povo sabe qual é a vergonha: é a vergonha da vergonha de quem tinha vergonha, perdeu a vergonha e virou sem-vergonha. Isso que é.

**O SR. NELSON MARQUEZELLI** - Vamos votar, gente!

**O SR. CARLOS MARUN** - Deputado Pompeo, se for para não votar, tire as bombachas. De bombacha e lenço vermelho, e não votar, o Rio Grande não aceita.



**O SR. POMPEO DE MATTOS** - Pare de fazer fiasco, Marun!

**O SR. GIVALDO CARIMBÃO** - Ou é macho, ou não é.

**O SR. POMPEO DE MATTOS** - Fiasco! O Brasil já está enjoado dos seus fiascos, homem! Pare! Chega de fazer fiasco!

**O SR. CARLOS MARUN** - Fiasco é achar que bombacha é fantasia. Só pode usar bombacha quem...

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Fale um de cada vez.

**O SR. POMPEO DE MATTOS** - Todo mundo conhece a sua cantilena.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Deputados, fale um de cada vez, por favor.

**O SR. GIVALDO CARIMBÃO** - Vai rasgar a fantasia de macho hoje?

**O SR. CARLOS ZARATTINI** (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu acho que nós temos que manter certo respeito à população, que está nos acompanhando pela TV.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Eu também acho. Foi por isso que eu cortei o som.

**O SR. CARLOS ZARATTINI** - O Deputado Carlos Marun é sempre brincalhão, mas nós estamos julgando aqui, melhor dizendo, nós estamos possibilitando e discutindo o afastamento do Presidente da República. É uma questão séria. O Deputado Marun, como sabemos, é trabalhador.

**O SR. NELSON MARQUEZELLI** - Vamos Votar! Vamos votar!

**O SR. CARLOS ZARATTINI** - Apesar da profunda divergência que temos com ele, vamos manter certo respeito aqui ao povo brasileiro, que merece ser respeitado.



**O SR. NELSON MARQUEZELLI** - Vamos Votar! Vamos votar!

**O SR. LAERTE BESSA** - Encerre a votação, Sr. Presidente!

**O SR. NELSON MARQUEZELLI** - Vamos Votar, Sr. Presidente! Quem não votou vote rápido!

**O SR. JOÃO DERLY** (REDE-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, já temos 348 Deputados na sessão. Como a orientação da REDE já tinha sido “obstrução”, peço aos colegas da REDE que marquem no painel “obstrução”.

**O SR. HERCULANO PASSOS** - Sr. Presidente, já alcançamos o quórum.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Alguém mais gostaria de votar?

*(Pausa.)*

Vou encerrar a votação às 12h45min.

**O SR. NELSON MARQUEZELLI** - Vamos Votar! Vamos votar!

**O SR. BETINHO GOMES** (PSDB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSDB quer mudar a orientação para “sim”, para encerrar a discussão.

**O SR. CAETANO** - Sempre em cima do muro, tucano.

**O SR. LAERTE BESSA** - Vamos logo executar a Oposição, Sr. Presidente!

**O SR. NELSON MARQUEZELLI** - Vamos votar, Sr. Presidente! Quem ainda não votou vote!

**O SR. JÚLIO DELGADO** - Eles não têm 342! Quem quer a investigação não vota! Eles não têm 342!



**O SR. FAUSTO PINATO** - Quem quer fazer o País parar não vota, Sr. Presidente! Quem quer o pior para o País não vota! Agora, quem tem a coragem de votar, de acordo com a sua convicção, vota “sim” ou “não”.

**O SR. NELSON MARQUEZELLI** - Vamos votar, que vale para efeito administrativo!

**O SR. HENRIQUE FONTANA** - Eles não têm os 342! A Oposição não vota, para mostrar que eles não têm 342 no plenário! Vamos segurar, que a luta ainda vai ser longa hoje aqui.

**O SR. NELSON MARQUEZELLI** - Vamos votar! Tem efeito administrativo. Olha o dinheiro no bolso aí! Vamos votar!

**O SR. CAETANO** - Fora, Temer!

**O SR. GLAUBER BRAGA** (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - É importante que todo o Brasil saiba o que está acontecendo. Esta é uma tentativa da base do Governo de fazer com que esta votação não aconteça à noite, que os brasileiros não saibam como estão votando aqueles Parlamentares que querem fazer a blindagem do Sr. Michel Temer.

**O SR. LAERTE BESSA** - O choro é livre!

**O SR. GLAUBER BRAGA** - Não podemos permitir que isso aconteça.

**O SR. FAUSTO PINATO** - É só registrar presença e votar. Vamos terminar já.

**O SR. GLAUBER BRAGA** - Não mostrar a cara necessariamente vai ser lembrado pela população brasileira.

**O SR. GENECIAS NORONHA** - A votação é nominal, e a votação vai ser encerrada hoje.



**O SR. GLAUBER BRAGA** - A base de Governo quer começar esta votação agora à tarde, porque os trabalhadores estão nos seus trabalhos. É importante que esta sessão ocorra no momento em que todos vejam e acompanhem quem é que quer blindar o Sr. Michel Temer.

**O SR. NELSON MARQUEZELLI** - Vamos votar! Vamos votar!

**O SR. JÚLIO DELGADO** - Sr. Presidente, este aí é um novo quórum. Há 295. É só olhar para o painel. Não há 342.

**O SR. NELSON MARQUEZELLI** - Vamos votar em seguida!

**O SR. JÚLIO DELGADO** - Esse aí é um novo quórum. É nova presença.

**O SR. NELSON MARQUEZELLI** - Vamos votar em seguida!

**O SR. JÚLIO DELGADO** - Não votem! Não votem!

**O SR. NELSON MARQUEZELLI** - Vamos votar em seguida!

**O SR. GENECIAS NORONHA** - Srs. Deputados, é votação simples. Já temos mais de 300 votos no painel. Já pode ser encerrada a votação.

**O SR. CARLOS ZARATTINI** (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Nós vamos deixar claro quem são aqueles que querem livrar Michel Temer da investigação, mesmo com os crimes que ele cometeu.

**O SR. NELSON MARQUEZELLI** - Vamos votar em seguida!

**O SR. CARLOS ZARATTINI** - Portanto, não vamos registrar presença aqui. Não vamos registrar presença em nenhuma votação, porque nós precisamos deixar claro quem são aqueles que estão apoiando este Governo, um Governo criminoso, corrupto, que tem que ser processado pelo Supremo Tribunal Federal.

**O SR. NELSON MARQUEZELLI** - Vamos votar! Vamos votar!



**O SR. CARLOS ZARATTINI** - A nossa bancada do PT não está marcando presença e não vai marcar nesta votação, exatamente porque nós queremos que fique claro para o povo brasileiro e, mais, que é necessário que esta votação seja realizada à noite porque os Deputados têm que ter a coragem de falar aos seus eleitores.

**O SR. ANDRE MOURA** - Vamos votar "sim".

**O SR. NELSON MARQUEZELLI** - Vamos votar!

**O SR. CARLOS ZARATTINI** - Os eleitores vão poder ver esta votação à noite.

**O SR. NELSON MARQUEZELLI** - Vamos votar!

**O SR. CARLOS ZARATTINI** - Penso que a questão é que nós queremos que todo o povo brasileiro conheça a opinião de cada um dos Deputados desta Casa.

**O SR. NELSON MARQUEZELLI** - Vamos votar em seguida, Sr. Presidente!

**O SR. CARLOS ZARATTINI** - Eles querem encerrar a discussão agora porque não querem ouvir a opinião dos Deputados. Não querem que mostrem a cara de cada um aqui. A lista de oradores é gigante. Aqui a orientação do Governo é encerrar a votação. Nós não podemos encerrar a votação.

**O SR. NELSON MARQUEZELLI** - Vamos votar em seguida! Vamos resolver!

**O SR. MAURO PEREIRA** - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. NELSON MARQUEZELLI** - Vamos votar! Vamos votar em seguida.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Quem está falando?

**O SR. MAURO PEREIRA** (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de dizer que é muito importante que os Deputados que gostam do Brasil venham ao plenário e votem "sim".



Nós não podemos ir atrás de Gleisi Hoffmann e do PT, porque eles fizeram uma moção de apoio a Nicolás Maduro, Presidente da Venezuela. Eles querem que o Brasil vire uma Venezuela. Nós, que queremos o bem do País, vamos votar “sim”.

**A SRA. ALICE PORTUGAL** - Pelo menos lá tem diretas. A daqui é ilegítima.

**O SR. MAURO PEREIRA** - Os Deputados da base do Governo, que gostam do Brasil, vão estar aqui para votar.

Fora, PT!

Fora, PCdoB!

Fora, REDE!

Fora, PSOL!

**A SRA. ALICE PORTUGAL** - Fora, Temer!

**O SR. MAURO PEREIRA** - Nós somos contra esses que querem apoiar Nicolás Maduro e querem destruir o Brasil.

**O SR. NELSON MARQUEZELLI** - Vamos votar!

**O SR. MAURO PEREIRA** - Fora, PT! Lula na cadeia! Vamos votar! Estamos aqui para isso.

**O SR. GENECIAS NORONHA** - Lula na cadeia!

**O SR. NELSON MARQUEZELLI** (Bloco/PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PTB encaminha o voto “sim”, Sr. Presidente.

**A SRA. ALICE PORTUGAL** (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PCdoB apela para não marcar “obstrução”, porque estamos aqui para que os Deputados da base de Temer tenham a sua face...

**O SR. JOÃO RODRIGUES** (PSD-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria fazer um apelo aos Deputados do PT, da Esquerda, que



estão aqui há muito tempo gritando no plenário, para que tenham vergonha na cara, registrem presença e votem contra, se for o caso, mas que não façam o papel de covardes, ao enrolar a população brasileira, ao enganar o eleitor, dizendo que querem votar contra, mas que não registram presença.

Bando de covardes! Bando de corruptos! Bando de frouxos!

Criem vergonha na cara e respeitem o povo brasileiro!

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**A SRA. ALICE PORTUGAL** - Vergonha nacional é ficar recebendo dinheiro.

**O SR. JOÃO RODRIGUES** - Assumam o voto, registrem presença e parem de ficar cacarejando! Criem vergonha na cara! Chega de demagogia! Votem! Registrem presença!

**O SR. ANDRE MOURA** - Muito bem!

**O SR. GENECIAS NORONHA** - Lula na cadeia!

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Alguém ainda não votou? Vamos com calma agora. Alguém ainda não votou e gostaria de votar? *(Pausa.)*

Prorrogo a sessão por 1 hora.

**A SRA. ALICE PORTUGAL** - Tenho uma questão de ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Só um minutinho.

Está encerrada a votação.

Pode fazer a questão de ordem, Deputada.

**A SRA. ALICE PORTUGAL** - Faço uma questão de ordem, Presidente, com base no art. 182.

*(Manifestação no plenário. Palmas.)*

**O SR. JOÃO RODRIGUES** - Pré-vitória! Pré-vitória!





**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - O número é 292, hein, gente? É 292!

**O SR. NELSON MARQUEZELLI** - Vamos votar! Vamos votar!

**O SR. ROBERTO DE LUCENA** (PV-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, o Deputado Roberto de Lucena, tendo em vista o encerramento da discussão, pede para dar como lido o seu pronunciamento.

#### PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o olhar do povo brasileiro volta-se uma vez mais para esta Casa de representantes sobre a qual repousa a responsabilidade de deliberar, pela primeira vez na história da nossa jovem República, acerca de uma denúncia apresentada por seu Procurador-Geral contra um Presidente da República durante o exercício do seu mandato.

Essa denúncia de corrupção passiva contra o Presidente Temer se ampara principalmente na delação superpremiada do empresário Joesley Batista, então presidente do Grupo J&F, do qual faz parte a JBS, e a prova apresentada é um áudio gravado, cuja autenticidade não é conclusiva e divide a opinião de técnicos e especialistas — áudio esse gravado numa reunião entre Joesley e o Presidente Temer na residência oficial do Presidente da República, em horário incomum e sem agendamento e registros.

Nesse encontro sombrio e nebuloso, onde, se não havia o mal, havia a aparência do mal, ao responder a pergunta de Joesley Batista, um dos maiores produtores de proteína animal do mundo, responsável então pela geração de 300 mil empregos no País, sobre através de quem poderia fazer a interlocução com o Governo, o Presidente indicou, como canal mais apropriado, o ex-Deputado Federal Rodrigo Rocha Loures.



A denúncia parece demonstrar com provas robustas que a relação entre Rocha Loures, Joesley e o Grupo J&F foi inadequada e não republicana. Há gravações de áudio e vídeo nas quais um deles aparece tratando de vantagens e recebendo essas vantagens.

No meio de toda essa história, há imagens, que o Brasil viu em rede nacional de televisão, nas quais o Deputado paranaense recebe uma mala com R\$ 500.000,00 reais. Ai se apresenta a questão central da denúncia: de quem é a mala? A quem pertencem os R\$ 500.000,00 reais? O Procurador-Geral afirma que essa vantagem pertence ao Presidente Michel Temer — uma denúncia gravíssima! Tais fatos evidentemente precisam ser apurados e elucidados.

O Presidente Temer precisa se explicar com a sociedade e, em algum momento, precisa se explicar com a Justiça. No entanto, não apenas o Presidente Temer deve explicações a todos nós! O próprio Procurador Rodrigo Janot também tem o que explicar.

O Sr. Marcelo Miller era seu assessor especial, seu homem de confiança — por assim dizer, permitam-me a comparação, ele era o Rocha Loures do Rodrigo Janot. Esse assessor, fiel depositário de informações privilegiadas da Operação Lava-Jato, renunciou ao seu concurso público e abandonou sua carreira no Ministério Público (que deve estar entre as mais cobiçadas do serviço público) e, aproximadamente 45 dias antes da delação superpremiada de Joesley Batista, passou a ser advogado da JBS.

Além disso, senhoras e senhores, o Procurador-Geral precisa explicar mais duas coisas: o seu critério para imunizar penalmente os irmãos Batista, que, se fossem julgados e condenados pelos crimes confessos na delação, poderiam somar



quase 2 mil anos de prisão, e também por que não permitiu que aquela mala com R\$ 500.000,00 reais chegasse, monitorada, ao seu destinatário, de forma que não restassem dúvidas nesse “ciclo do malfeito”.

Também nos deve explicações o Ministro Fachin. Ele precisa responder a pergunta formulada pela *Folha de S.Paulo* sobre a contribuição ou não da JBS para a campanha que o levou ao STF, e esclarecer sobre o sogro de sua filha trabalhar em uma empresa do Grupo J&F.

E há outras pessoas que precisam explicar a maneira como se deu a liberação de quase 9 bilhões de reais do Banco Nacional do Desenvolvimento, o BNDES, para a J&F nos anos do Governo petista, o que a transformou nesse império econômico que tinha como uma de suas premissas a corrupção de agentes públicos.

Assim como há pouco mais de 1 ano, hoje é um dia triste para todos nós, um dia triste para o Brasil. Tudo isso, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é um filme de terror! Um horror!

O enorme preço que o País pagará em eventual afastamento precisaria se justificar com um elemento minimamente inquestionável, que ainda não foi colocado! Essa denúncia é frágil e sem materialidade

Vejam o relatório vencido na CCJ, do brilhante advogado e ilustre Deputado Sergio Zveiter. Qual a tese em que se sustenta? Na dúvida, pró-sociedade — *in dubio pro societate*! Eu até concordo, em parte, que esse entendimento possa se aplicar, em regras gerais, no início de um processo, mas, no final do processo, em se permanecendo a dúvida, *in dubio pro reo*!



Mas, um momento! Ele mesmo admite a inconclusividade dos elementos apresentados, senhoras e senhores. Trata-se de um Presidente da República! Isso não é um passeio no parque! Sejam prudentes!

É preciso que fique claro, Sr. Presidente, que a não autorização dessa Casa para a investigação do Presidente da República não significa o “engavetamento” ou o “arquivamento” da denúncia. Nas próprias palavras do Procurador Janot em entrevista a programa de TV em rede nacional, *“quando for vencido o obstáculo, que é o mandato, a denúncia será ativada, e o cidadão Michel Temer, ex-Presidente da República, será investigado”*.

Não se trata, portanto, de um julgamento aqui. Não se decide aqui se o Presidente Temer é culpado ou inocente. O que se decide é se o Presidente Temer será investigado agora ou depois do seu mandato, e estamos distantes 14 meses das próximas eleições gerais, eleições diretas, nas quais o povo brasileiro terá a oportunidade de escolher o seu Governo e os seus representantes.

E concludo: não votei na chapa Dilma-Temer, portanto, esse Presidente não teve o meu voto, nem meu apoio. Meu mandato não é subordinado ao Planalto, é independente, e eu voto com o Governo nas matérias que são importantes para o País. Não sou nem nunca serei a favor de falcatruas e de corrupção, desvio de verbas ou quaisquer desses outros tipos de ações que vêm trazendo tanta indignação a todos nós brasileiros nos últimos anos, e que trazem prejuízos imensuráveis à Nação.

Acredito que, como diz a Bíblia Sagrada em Mateus 10:26, *“Nada há escondido que não venha a ser revelado, nem oculto que não venha a se tornar conhecido”*. O Brasil precisa continuar a ser passado a limpo, e a corrupção,



combatida. Todos os crimes devem ser investigados, e todos os culpados, punidos de acordo com seus atos, sem criminosos de estimação, sem bandidos de estimação, independentemente de cor partidária. E, é claro, todo o dinheiro desviado do povo brasileiro deve ser devolvido.

No entanto, diante do atual quadro socioeconômico do País, com níveis alarmantes de desemprego, fuga de investimentos, empresas endividadas, Prefeituras falidas, hospitais deixando de atender por falta de materiais e de profissionais, caos instalado na segurança pública, entre outros, o preço a ser pago pelo País, como nação, somente se justificaria com a existência de um mínimo de materialidade na denúncia apresentada, o que tornaria a investigação inadiável e o afastamento do Presidente Temer absolutamente necessário.

Neste momento, afastar o Presidente Temer é aproximar o País de outros investigados na Lava-Jato e ampliar um ambiente de incertezas e especulações que comprometerá a sua recuperação.

Além disso, precisamos considerar o seguinte: um eventual afastamento do Presidente Temer implicaria um governo provisório por até 180 dias. Se ao final dos 180 dias ele for absolvido, ele retorna. Se não voltar, teremos uma eleição indireta, e mais um provável governo provisório, e logo em outubro teremos as eleições gerais e diretas. O Brasil não suporta essa instabilidade. É por isso que repito que um preço tão alto só se justificaria se houvesse um mínimo de materialidade.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o momento é de responsabilidade e de preocupação com consequências!

Votarei com a minha consciência, pela estabilidade do nosso País, para que o Presidente Temer seja investigado ao findar o obstáculo legal.



Que Deus abençoe o Brasil!

**O SR. GLAUBER BRAGA** - Peço a palavra pela Liderança do PSOL.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Só um minutinho, Deputado.

**A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL** - Tenho uma questão de ordem, Sr. Presidente.



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Está encerrada a votação. (*Pausa.*)

Resultado da votação:

SIM: 292.

NÃO: 20.

ABSTENÇÃO: 2.

O REQUERIMENTO DE ENCERRAMENTO FOI APROVADO.



**O SR. GLAUBER BRAGA** - Peço a palavra pela Liderança do PSOL.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Pela Liderança do PSOL, tem a palavra o Deputado Glauber Braga. *(Pausa.)*

**A SRA. ALICE PORTUGAL** - Posso levantar a questão de ordem, Sr. Presidente, enquanto o Deputado sobe à tribuna?

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Sim, Deputada.

**A SRA. ALICE PORTUGAL** (PCdoB-BA. Questão de ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu gostaria de uma informação, com base no art. 193, sobre quantos requerimentos de adiamento de votação V.Exa. tem à mesa e quem são os seus respectivos autores.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - São seis, e o Plenário vai ser consultado sobre a sua votação.

**A SRA. ALICE PORTUGAL** - Quem são os autores, Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Alice Portugal; PSC; Alfredo Kaefer, do PSL; PMDB; PR, PSC e PRB.

**O SR. NELSON MARQUEZELLI** - Sr. Presidente, vamos votar! Encaminhe a votação. Vamos votar agora, vamos votar direto.

**A SRA. ALICE PORTUGAL** - São cinco, então, Presidente, porque o Requerimento nº 2, do PCdoB, é de votação nominal do requerimento de adiamento de votação.

**O SR. AGUINALDO RIBEIRO** - Temos 383 Deputados no Plenário da Casa, conforme o painel registra.

**A SRA. ALICE PORTUGAL** - São, portanto, cinco requerimentos. Então, não cabe consulta ao Plenário, sem dúvida alguma, conforme se vê no § 1º do art. 160.





Art. 160. ....

§ 1º Quando os requerimentos de preferência excederem a cinco, o Presidente, se entender que isso pode tumultuar a ordem dos trabalhos, verificará, por consulta prévia, se a Câmara admite modificação na Ordem do Dia.

Quero asseverar que só são cinco os requerimentos. Então, não há como fazer essa consulta. O requerimento do PCdoB é outro. Portanto, todos devem ser avaliados e consultados um a um. Não poderão ser os cinco ou seis de uma só vez.

**O SR. ALIEL MACHADO** - Sr. Presidente Rodrigo Maia, quero apenas fazer um questionamento.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Sobre a questão de ordem de V.Exa., Deputada Alice, é óbvio que são cinco requerimentos de adiamento e um de votação nominal. Mas o de votação nominal só será contabilizado se o Plenário autorizar algum dos requerimentos de adiamento de votação. Então, por isso é que há cinco e mais um de votação nominal.

**A SRA. ALICE PORTUGAL** - A regra vale quando os requerimentos excederem a cinco, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - São seis, na verdade.

**A SRA. ALICE PORTUGAL** - O Regimento diz que vale quando excederem a cinco. Só são cinco os requerimentos sobre a mesa, como V.Exa. acaba de cancelar.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Não, são cinco mais um: são seis. Se V.Exa. quiser, pode vir aqui contar.



**O SR. ALIEL MACHADO** - Sr. Presidente, quero fazer apenas um questionamento.

**A SRA. ALICE PORTUGAL** - Não senhor, Presidente! Eu não preciso contar, porque eles são diferentes, e precisam ser avaliados um a um.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Glauber Braga. *(Pausa.)*

**O SR. ALIEL MACHADO** - Sr. Presidente, por gentileza, tenho só um questionamento.

**A SRA. ALICE PORTUGAL** - O requerimento para votação nominal do requerimento de adiamento de votação nós retiramos. Então ficaram cinco, Sr. Presidente. Essa é a uma questão séria. V.Exa. não pode...

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Glauber Braga. *(Pausa.)*

**O SR. ALIEL MACHADO** - Sr. Presidente Deputado Rodrigo Maia, tenho uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Uma coisa de cada vez: passarei a palavra ao Deputado Glauber Braga, que tem preferência. Depois, eu respondo à questão de ordem.



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Glauber Braga.

**O SR. GLAUBER BRAGA** (PSOL-RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Que papelão, hein, senhores!? Que papelão!

Os senhores estão querendo blindagem para que o povo brasileiro não saiba como votam? Estão querendo se utilizar de mais uma manobra para que os trabalhadores brasileiros não estejam nas suas casas, nas ruas, em frente aos televisores, para saber como cada um vai votar nesta sessão — e não têm nenhuma vergonha de fazer isso? Estão tentando adiantar o processo de votação para se esconder e para blindar o Sr. Michel Temer. Que vergonha!

Mas podem ter certeza de que a bancada do PSOL e as dos outros partidos de oposição vão estar aqui resistindo a esse tipo de ação. Aqueles que querem defender o Sr. Temer das gravíssimas acusações que façam a sustentação dos seus votos em TV aberta, com transmissão ao vivo, para todo o povo brasileiro conhecer quem são esses senhores.

Fazem e propõem um reforma da Previdência para retirar direitos de milhões de brasileiros e brasileiras, e ontem, no dia 1º, o Sr. Temer recebe a bancada do latifúndio para renegociar as suas dívidas com a própria Previdência Social. Os senhores estão brincando com o povo brasileiro!

Dizem que querem a recuperação econômica do País, mas botam em votação uma proposta de renegociação de 3 bilhões de reais em dívidas de Deputados Federais e Senadores sócios ou donos de empresas. Isso é um absurdo. Isso é gravíssimo.



E agora, com a cara mais deslavada, querem fazer com que o povo não acompanhe, em horário nobre, esta sessão. Mas nós vamos resistir no plenário, porque não aceitamos essa tentativa de blindagem.

Fora, Temer! Fora todos aqueles que blindam Temer! Diretas já!

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Deputado Glauber, se V.Exa. quiser falar por mais 2 minutos, não há problema.

Concedo mais 2 minutos ao Deputado Glauber Braga, conforme o que eu combinei com a Oposição.

**O SR. GLAUBER BRAGA** - Já que eu tenho mais alguns minutos, eu quero dizer a cada uma e a cada um dos senhores que só quem tem legitimidade para definir o programa a ser implementado é, necessariamente, o povo brasileiro. E o povo brasileiro vai dar a sua resposta. Não pensem que, com esse tipo de artimanha, aqueles que querem se esconder blindando o Sr. Temer vão conseguir fazer isso, porque não vão.

Deputados e Deputadas, são necessários 342 votos para que o Sr. Temer seja investigado e processado. V.Exas. podem estar sofrendo pressão do seu partido, a tentativa de intimidação por parte do Governo, as barganhas por ele propostas, mas quem vai cobrar de V.Exas. são os cidadãos dos seus Estados, e esses, pelas últimas pesquisas de opinião, querem necessariamente que Temer seja investigado.

A última pesquisa do Vox Populi, divulgada ontem, indica que mais de 90% dos brasileiros querem a continuidade da investigação do Sr. Michel Temer. As pesquisas indicam que não existe legitimidade para que esse Governo lá continue.



A bancada do PSOL, repito aqui, vai trabalhar incansavelmente para que Temer saia do Governo e para que a legitimidade seja retomada através de eleições diretas.

Fora, Temer!



---

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Pela Liderança do PMB, concedo a palavra ao Deputado Weliton Prado.

**O SR. WELITON PRADO** (PMB-MG. Como Representante. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de cumprimentar a todos e a todas. O PMB é totalmente favorável à continuidade das investigações no Supremo Tribunal Federal contra o Presidente Michel Temer. As denúncias são graves, são seriíssimas, e, como já foi dito aqui, esse é o anseio da população. Mais de 80% da população quer que as investigações continuem. Sou prova viva disso! No recesso, eu percorri vários Municípios do Estado de Minas Gerais. Estive em Uberlândia, em vários Municípios do Triângulo Mineiro, estive no norte de Minas, em Montes Claros, estive nos Municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte. A população só dizia uma coisa: *“Nós não aguentamos mais este Governo. Este Governo não tem credibilidade. Ele não tem mais como se sustentar.”*

Já dizíamos isso lá atrás. Aliás, eu fui o primeiro, há 1 ano, a dar um cartão vermelho para o Temer. A única forma de pacificar o nosso País seria convocar eleições diretas, com uma Constituinte exclusiva para fazer a reforma política. E quem fosse candidato não poderia se candidatar nas eleições seguintes. Essa seria a única forma de pacificar o País. Tenho até um compromisso público registrado em cartório. Antes de ser candidato a Deputado Federal, eu avisei ao partido do qual eu fazia parte que só sairia candidato seguindo estes princípios: não votar a favor de nenhum projeto que retire direito de trabalhador, de nenhum projeto que penalize os servidores públicos ou os aposentados, de nenhum projeto que aumente impostos para os mais pobres.



E o que aconteceu? Já no início de 2015, no Governo Dilma-Temer, chegaram várias medidas provisórias a esta Casa, entre elas a MP 664, a MP 665, a MP 668, que retiravam direitos dos trabalhadores e modificavam as regras para o recebimento de benefícios previdenciários como o auxílio-doença, para a concessão de aposentadorias e pensões... Propôs-se o fim do fator previdenciário.

Eu não vacilei. Meu partido fechou questão a favor da retirada dos direitos dos trabalhadores. Eu disse “não”! Não votei a favor, de maneira nenhuma, pela retirada dos direitos dos trabalhadores. Fui até perseguido, mas mantive a minha coerência. Votei contra todas essas propostas antes, e mantenho o mesmo posicionamento. Votei contra a terceirização. Votei contra a reforma trabalhista. Sou totalmente contra a reforma da Previdência, que é uma maldade, uma injustiça, porque uma pessoa pode trabalhar a vida inteira e nunca se aposentar. Sou totalmente contra isso, em vez de o Governo taxar os bancos, as grandes fortunas, ou fazer a auditoria da dívida pública, que foi inclusive vetada no Governo anterior, um grande erro do Governo anterior, porque tinha que ter sido feita a auditoria da dívida pública, para se cobrar dos sonegadores e das grandes empresas que não pagam a Previdência. Time de futebol, por exemplo, não paga Previdência. Mas não, jogam todos os problemas do País nas costas dos mais pobres, das mulheres, dos trabalhadores rurais. Isso não é certo! Não é correto!

O Governo tem todos os mecanismos para resolver a situação da Previdência, e fica nessa falácia, nessa mentira de que existe déficit. Já há muito tempo sempre joga com essa história de que existe déficit. Por que não cobra dos sonegadores? Por que não faz a auditoria da dívida pública?



Nosso posicionamento é claro. Não tive nenhum cargo no Governo anterior, e não tenho nenhum cargo no atual Governo. O meu posicionamento, o posicionamento do PMB, é pela continuidade das investigações, porque as denúncias são realmente muito graves.

E o Governo Temer não tem dó! Usa mão pesada, toda a força, contra os trabalhadores, contra as pessoas mais pobres deste País.

Em face de todos esses indícios, na realidade provas robustas, somos a favor da continuidade das investigações, para que possamos passar o País a limpo.

Já tínhamos avisado. Eu fui o primeiro neste plenário a pedir eleições diretas. O afastamento da Presidenta Dilma não iria solucionar, não iria resolver os problemas do País, como de fato não resolveu. E agora nós cobramos deste Plenário coerência. Esperamos que, da mesma maneira como se posicionou em relação à Presidenta Dilma, este Plenário vote agora pelo afastamento e pela investigação do Presidente Temer, porque, repito, as denúncias são sérias, são graves!

O povo está de olho. A população está revoltada, como mostram as pesquisas e a nossa percepção no dia a dia nas ruas, nas praças, nas escolas, nas universidades, nas feiras, nos corredores da Câmara, no cafezinho, na padaria onde compramos o pãozinho. A população repete a mesma coisa, ela não aceita o Governo que está aí. Esta Casa tem que ouvir o sentimento das ruas, tem que ouvir o sentimento do povo.

Nós estamos num momento de fazer história. Temos que cumprir o nosso papel de aceitar esta denúncia, para que o Supremo Tribunal Federal cumpra o seu papel de investigar o Presidente Temer.





---

Como eu já declarei, o voto do PMB vai ser pela continuidade das investigações. E a única forma de pacificar este País é realizar eleições diretas, e com uma Constituinte exclusiva. Coloco inclusive o meu mandato... Vamos fazer uma eleição geral neste País!

Fora, Temer! Não à reforma da Previdência! Somos pela continuidade das investigações.

Este é o voto do PMB.



**O SR. ALIEL MACHADO** - Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR** - Sr. Presidente, questão de ordem.

**O SR. ALIEL MACHADO** (REDE-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente Rodrigo Maia, apenas para que sejamos esclarecidos sobre o rito da votação, eu gostaria que V.Exa. nos explicasse se no momento da votação haverá segunda chamada. E, se houver segunda chamada, como já foi indicado por V.Exa., ela será feita ao final da chamada de cada Estado, e se repetirá a chamada do Estado, ou V.Exa. terminará a votação e recomeçará a chamada dos Estados? É muito importante que V.Exa. explique isso para que nós possamos nos organizar.

Então, se houver segunda chamada, ela se dará ao final do término do chamamento de cada Estado, ou se começará uma nova votação, voltando-se, pela lógica, do Norte para o Sul do País?

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - A cada Estado, Deputado.

**O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR** - Presidente, uma questão de ordem. Art. 187, § 4º.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR** (PCdoB-MA. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a votação do art. 217 e a do art. 218 são similares. A chamada é uninominal, para que cada Parlamentar se manifeste individualmente sobre a sua posição. É o que prevê o Regimento Interno da Casa. Entretanto, nem todas as nuances dessa chamada uninominal podem ser retiradas do Regimento Interno. É necessário, portanto, que nós busquemos também as



outras votações que se enquadram nesse mesmo dispositivo, para que possamos repetir a forma de votação.

Assim sendo, eu recorro às notas taquigráficas da sessão do dia 17 de abril de 2016. Palavras do Sr. Presidente Eduardo Cunha: *“Esta Presidência fará a chamada dos Parlamentares, que dirão “sim”, “não” ou “abstenção” no microfone localizado no centro do plenário”*.

Foi assim a votação do *impeachment*. Deve ser assim, por respeito à segurança das decisões da Mesa, na sessão a ser instalada: um microfone no centro do plenário, para que cada Deputado, por Estado, manifeste-se e assuma as consequências do voto.

**O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Deputado João Derly, pela Liderança da REDE. *(Pausa.)*

**O SR. JOÃO DERLY** - Presidente, segure um pouco o tempo de Liderança da REDE. É só uma consulta...

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Não, Deputado. Vai usar o tempo de Líder?

**O SR. JOÃO DERLY** - Agora não, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Então espere um pouquinho.

Tem a palavra o Deputado Junior Marreca, pela Liderança. *(Pausa.)*

**O SR. WEVERTON ROCHA** - Sr. Presidente, só um esclarecimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Só um minutinho.

Deputado Junior Marreca. *(Pausa.)*

Deputado Diego Garcia. *(Pausa.)*



---

Deputado Silvio Costa, pela Liderança. (*Pausa.*)

**O SR. WEVERTON ROCHA** (PDT-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, só um esclarecimento. O Deputado Rubens Júnior levantou uma questão de ordem importante, que tem um significado para nós. O PDT gostaria que V.Exa. respondesse essa questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Deputado, eu já divulguei o rito: são dois microfones, e a televisão foca no Deputado individualmente. Acho que não há necessidade de um púlpito no meio, por isso não decidi pelo mesmo rito do *impeachment* anterior. Acho que com dois microfones todos estarão, de forma transparente, deixando sua posição clara para cada um dos eleitores brasileiros.

**O SR. ALCEU MOREIRA** - Matéria vencida, Presidente.

**O SR. JOÃO DERLY** - Presidente, só uma consulta...

**O SR. ALCEU MOREIRA** - Vamos votar, vamos votar. Chega de consulta. Isto aqui é a Câmara Federal, não é consultório.

**O SR. JOÃO DERLY** (REDE-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - No processo de *impeachment*, nós tivemos 10 segundos por Deputado, só que a grande maioria dos Deputados acabou utilizando muito mais de 10 segundos. Eu quero saber como V.Exa. vai proceder, se vai cortar microfone... Quero saber como será conduzido o processo das falas, o voto de cada Deputado.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Nós decidimos...

**O SR. ALCEU MOREIRA** - Presidente, o Deputado Silvio Costa tem ofício do PT para falar em nome da bancada?

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Tem.

**O SR. WEVERTON ROCHA** - Presidente, se vai ser por Estado...



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Vai ser igual ao do *impeachment*. Serão 15 segundos, e que o Deputado declare o seu voto dentro dos 15 segundos é o pedido que eu faço.

**O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR** - Mas, Presidente, o rito vai ser igual ao do *impeachment* menos o microfone no centro do plenário? É isso que não é razoável, na minha humilde opinião.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - V.Exa. pode escolher. O Regimento diz “sim”, “não” ou “abstenção”. Eu estou dizendo que serão 15 segundos, o que também não está no Regimento, mas, neste caso, ninguém da Oposição reclama. Quando cedemos de um lado, quando há interesse, vocês não reclamam. Então vocês têm que reclamar de todo o rito.

**O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR** - O certo é repetir como esta Casa já votou.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Não pode é agradar uma parte ou agradar a outra.

**O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR** - Sr. Presidente, basta repetir como já foi.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Se quiserem, não tem problema, eu ponho um microfone no meio e será “sim”, “não” ou “abstenção”.

**O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR** - O ideal é repetir como já foi, apenas isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Não tem problema. Se V.Exa. quiser, eu coloco um microfone no meio, e será “sim”, “não” ou “abstenção”, ponto final.

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Então está bom, está resolvido. Pronto.



Deputado Silvio Costa.

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Deputado Silvio Costa. *(Pausa.)*

**O SR. WEVERTON ROCHA** - Sr. Presidente, não tem motivo para V.Exa. ficar chateado...

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Não é isso.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - O Deputado Silvio Costa tem a palavra.

**O SR. SILVIO COSTA** (Bloco/PTdoB-PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, a frase que eu mais ouvi agora pela manhã foi a seguinte: *“Olha, Silvio Costa, vocês perderam no impeachment, porque são amadores. Nós vamos ganhar hoje porque somos profissionais”*. É verdade. V.Exas. venceram. V.Exas. realmente são profissionais: são profissionais da má política, são profissionais do fisiologismo, são profissionais do patrimonialismo, são profissionais — a maioria — da apoteose à corrupção.

V.Exas. tiraram a Presidente Dilma porque ela cometeu uma pedalada fiscal. Michel Temer cometeu crime de corrupção, de prevaricação, de conluio, de obstrução de justiça, e V.Exas. hoje estão deixando Michel Temer no cargo. V.Exas. estão desonrando a Câmara Federal.

Eu nunca me senti tão bem por ser amador. Mas eu sou um amador que respeita os 81% do povo brasileiro que querem tirar Michel Temer. Eu sou amador porque fui eleito pelos pernambucanos para respeitar o desejo da maioria e para fazer a política do bem, a política da construção da cidadania, a política de falar a verdade às pessoas. Eu não fui eleito para fazer esse tipo de política pequena, com todo o respeito a V.Exas. que salvaram Michel Temer.

Aliás, V.Exas. desrespeitaram o Ministério Público do Brasil, porque o Dr. Janot, quando fez a denúncia, fez de forma contundente, séria, dentro da Constituição. V.Exas. estão tirando o direito dos brasileiros de ouvir a opinião do Supremo Tribunal Federal. V.Exas. deixaram hoje de ser Deputados Federais para serem juízes. V.Exas. viraram Ministros do Supremo Tribunal Federal. V.Exas. estão



absolvendo Michel Temer. E se, amanhã, terminado o mandato dele, ele for condenado? Com que cara vamos olhar para o Brasil?

Eu estou, sinceramente, envergonhado com algumas frases que ouvi. Eu não vou dizer o nome, porque tenho horror a dedo-duro, mas Michel Temer mandou 12 Ministros para cá. Eu estava perto de um Ministro, aí chegou um Deputado e disse: *“Ministro, é o seguinte: eu olhei o Diário Oficial, e o meu cargo não saiu”*. O Ministro disse: *“Confie em mim. Não saiu, mas vai sair”*. Ou seja, o fisiologismo é explícito. Esses Ministros não vieram para cá... *(Manifestação no plenário.)* Os Ministros não vieram para cá... *(Manifestação no plenário.)*

Se me provocarem eu digo o nome! *(Manifestação no plenário.)*

V.Exas. que vão votar com Temer podem amanhã ser processados por formação de quadrilha, por conluio! V.Exas. estão dizendo ao Brasil, hoje, que é preciso aplaudir a corrupção. V.Exas. estão oficializando a corrupção no Brasil, o *“rouba, mas faz”*. Daqui a pouco, V.Exas. vão inventar mais um artigo na Constituição. Sabe qual é o artigo que V.Exas. querem inventar? *“É permitido fazer corrupção no Brasil”*. É isso que V.Exas. estão dizendo ao Brasil!

V.Exas. precisam pensar nos seus filhos, nos seus netos. V.Exas. estão dando um péssimo exemplo para a juventude do Brasil *(palmas)*, um péssimo exemplo! V.Exas. estão dizendo...

*(Desligamento automático do microfone.)*





**O SR. DAMIÃO FELICIANO** (PDT-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Damião Feliciano votou com o partido na votação anterior.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Passa-se à votação...

**O SR. WEVERTON ROCHA** - Sr. Presidente, V.Exa. cortou o meu microfone há pouco. Meu microfone foi cortado...

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Não está cortado, não. Está funcionando. É que havia um orador na tribuna.

**O SR. WEVERTON ROCHA** (PDT-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Eu gostaria de terminar o meu raciocínio.

Sr. Presidente, o Deputado Rubens levantou a questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Sim, já respondi.

**O SR. WEVERTON ROCHA** - V.Exa. levantou a possibilidade de colocar um microfone aqui na frente em um púlpito e disse que não daria 10 ou 15 segundos.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Um púlpito não dá, Deputado. Não há nem como montar.

**O SR. WEVERTON ROCHA** - Não tem problema, mas um microfone sim.

**O SR. ALCEU MOREIRA** - É matéria vencida, Presidente. É obstrução pura!

**O SR. WEVERTON ROCHA** - O que nós queremos? O que a Oposição e o PDT querem pedir à Presidência desta Casa? Nem mais, nem menos que o mesmo tratamento que foi dado ao processo do *impeachment*, o mesmo! Houve voto aqui que durou até 30 segundos. Naquele momento podia e agora não pode?

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Era outro Presidente, Deputado.



**O SR. WEVERTON ROCHA** - Pedimos um microfone aqui na frente, e cada um declara o seu voto.

**O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA** - Sr. Presidente...

**O SR. TADEU ALENCAR** - Sr. Presidente...

**A SRA. ALICE PORTUGAL** - Peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Um minutinho.

Há sobre a mesa mais de cinco requerimentos de adiamento da votação...

**A SRA. ALICE PORTUGAL** - Peço a palavra para uma questão de ordem, Sr. Presidente, que envolve esse anúncio de V.Exa.

**O SR. TADEU ALENCAR** - Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança do PSB.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - O quê?

**A SRA. ALICE PORTUGAL** - A questão de ordem envolve esse anúncio de V.Exa.

**O SR. TADEU ALENCAR** - Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança do PSB.

**A SRA. ALICE PORTUGAL** (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Nós dialogamos com a minha questão de ordem anterior, e só havia cinco requerimentos.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Deputada, vamos lá!

**A SRA. ALICE PORTUGAL** - Só 1 minutinho!

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Não, Deputada, vamos lá! A questão de ordem já foi feita.

**A SRA. ALICE PORTUGAL** - Agora já existem oito.



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PCdoB?

**A SRA. ALICE PORTUGAL** - Não, o PCdoB retirou!

Sr. Presidente, eu não estou questionando que não sejam oito agora. São oito agora. Eu só quero colocar o seguinte: a regra não era para adiamento de votação, e sim para votação parcelada da matéria. Se V.Exa. toma uma decisão dessa natureza, V.Exa. está criando jurisprudência nesta sessão. Não há jurisprudência...

**O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA** - Sr. Presidente...

**A SRA. ALICE PORTUGAL** - Um minutinho, eu estou falando.

Não há jurisprudência formada e firmada. V.Exa. está criando agora, porque, havendo mais de cinco requerimentos destinados à votação parcelada da matéria... No caso, aí estão requerimentos de adiamento de votação. E o Regimento é explícito...

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Deputada, é o mesmo princípio da votação parcelada e vai ocorrer da mesma forma.

**O SR. CABO DACIOLO** (Bloco/PTdoB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado Cabo Daciolo, na última votação, votou "obstrução".



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Há sobre a mesa mais de cinco requerimentos de adiamento de votação.

Consulto o Plenário sobre se autoriza o adiamento da votação.



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Aqueles que autorizam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

REJEITADO.



**O SR. HENRIQUE FONTANA** - Não, Sr. Presidente! Não, Sr. Presidente! A Deputada Alice Portugal não concluiu sua questão de ordem! Não, Sr. Presidente!

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

*(Tumulto no plenário.)*

**A SRA. ALICE PORTUGAL** - Não, Sr. Presidente! V.Exa. desligou o microfone...

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Já respondi a questão de ordem da Deputada Alice Portugal, Deputado Henrique Fontana.

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

*(Tumulto no plenário.)*

**O SR. GLAUBER BRAGA** - Orientação de votação!

**A SRA. ALICE PORTUGAL** - Sr. Presidente, isso está se tornando ato costumeiro!

**O SR. GLAUBER BRAGA** - Orientação de votação!

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Não há orientação, Deputado.

**O SR. HENRIQUE FONTANA** - V.Exa. não pode atropelar ninguém aqui, não!

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Eu não entendi. Não precisa ficar vermelho, Deputado. Nós vamos dialogar.

Deixe-me dizer a V.Exas.: o Deputado Silvio Costa... *(Pausa.)*

Não, Deputado, eu não manobro. V.Exa. quer ganhar tempo para acabar a sessão, e é algo legítimo.

O Deputado Silvio Costa usou a palavra como Líder sem previsão regimental por uma concessão da Presidência. E eu não vi nenhum de V.Exas. reclamar disso.



Então, é o que eu já disse: o Regimento não pode valer só quando atende a um lado; o Regimento tem que atender ao Plenário!

Passa-se à votação da matéria.

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

*(Tumulto no plenário.)*

**O SR. HENRIQUE FONTANA** - Deixe-nos ouvir a questão de ordem da Deputada Alice Portugal! V.Exa. tem que ouvir a questão de ordem da Deputada Alice Portugal! V.Exa. não pode atropelar!

**A SRA. ALICE PORTUGAL** - Sr. Presidente Rodrigo Maia, eu estou pedindo a palavra para uma questão de ordem! Sr. Presidente Rodrigo Maia, eu estou pedindo a palavra para uma questão de ordem!

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Usarão da palavra, pela ordem de inscrição, alternadamente, dois oradores a favor e dois contrários ao parecer, por 5 minutos improrrogáveis.

**O SR. HENRIQUE FONTANA** - V.Exa. não pode atropelar! V.Exa. não é imperador! Não é V.Exa. quem decide...

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Onde está o documento? Eu não o tenho!

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

*(Tumulto no plenário.)*

**O SR. GLAUBER BRAGA** - Questão de ordem! Questão de ordem! Nós pedimos o recurso. Ele tem que ser finalizado.



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Ele não quis usar a palavra. Eu o chamei para falar, ele estava inscrito, e ele não quis usar a palavra naquela hora. Se ele quiser falar agora, tem que pedir novamente.

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

*(Tumulto no plenário.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado João Derly, pela Liderança da REDE.

**A SRA. ALICE PORTUGAL** - Sr. Presidente,...

**O SR. HENRIQUE FONTANA** - Há questão de ordem aqui! A Deputada tem uma questão de ordem, Presidente!

**O SR. ALCEU MOREIRA** - Sr. Presidente, estamos em processo de votação. De quem é a palavra?

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Eu vou ouvi-la. Eu vou ouvi-la.

**O SR. HENRIQUE FONTANA** - V.Exa. não é imperador! Nós queremos toda a regra regimental!

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

*(Tumulto no plenário.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado João Derly; depois, a Deputada Alice Portugal.

**O SR. HENRIQUE FONTANA** - Nós queremos toda a regra regimental, toda a regra regimental!

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Toda ela será respeitada.

**O SR. ALCEU MOREIRA** - Ela já usou o espaço de Liderança, Sr. Presidente.

**A SRA. ALICE PORTUGAL** - A questão de ordem procede.





**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado João Derly, pela Liderança da REDE.

**O SR. JOÃO DERLY** (REDE-RS. Como Representante. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, creio que é dever de V.Exa. — e sabe que eu lhe respeito muito — dar oportunidade ao encaminhamento da votação do requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Pode falar, Deputado João Derly, pela Liderança.

**O SR. JOÃO DERLY** - Todas as Lideranças estão aqui fazendo esse pedido, encarecidamente, e o Regimento também prevê isso. Acho que seria digno da sua parte, como Presidente desta Casa, dar oportunidade para que os Líderes de cada partido façam a orientação de suas bancadas para votação do requerimento de retirada de pauta.

Prosseguindo, hoje é um momento decisivo para o futuro da nossa Nação. A Câmara dos Deputados analisa algo inédito no nosso País. O Procurador-Geral da República denuncia o Presidente da República por crime comum, acusa-o de cometer ato de corrupção passiva.

Michel Temer, em conversa com o dono do Grupo J&F, elegeu o ex-Deputado Rocha Loures como o homem da sua mais estrita confiança para receber uma mala de propina com 500 mil reais, como todos muito bem sabem. A operação foi deflagrada pela Polícia Federal e autorizada pelo STF.

Vivemos a maior recessão do nosso País, com 14 milhões de desempregados. Os Estados e os Municípios estão quebrados. E é absolutamente constrangedor para nós brasileiros ver o Sr. Michel Temer sentado na cadeira da Presidência da República.



Temer não teve consideração com a Nação brasileira e não renunciou. Pelo contrário, transformou o Palácio do Planalto na sua trincheira de defesa contra a Justiça e faz dessa defesa o seu plano de governo.

Nós escutamos muitas falas de vários Deputados citando isso, sem se preocuparem com os milhões e milhões de reais em emendas liberadas e com os cargos dados aos seus aliados.

O que causou a crise foi a maior associação criminosa que este País já viu, que transformou o Governo, o Estado, em um balcão de propina e distribuição de vantagens para grandes empresários corruptos que saquearam a PETROBRAS, o BNDES, os bancos e os cofres públicos, no maior esquema de corrupção já visto. Esses, sim, são os responsáveis pela crise, não a Previdência, não o trabalhador. Esses, sim, são os responsáveis. Por outro lado, a Operação Lava-Jato deu ao País uma contribuição para sua evolução política, por incrível que pareça, graças ao trabalho sério da Polícia Federal, do Ministério Público e do Juiz Sergio Moro. A Lava-Jato retirou de debaixo do tapete a sujeira, o lixo do nosso País, rompeu com o esquema de corrupção da elite econômica e também da classe política.

Reconstruir o País depende do fortalecimento das instituições, da reconquista da estabilidade econômica, da consolidação da política de redução de desigualdades e da busca da credibilidade internacional. E isso só será possível em ambiente ético nas relações entre o público e o privado.

A corrupção é como um tumor que levou o País à UTI. E hoje nós podemos decidir se retiramos esse tumor e tratamos as sequelas, ou se vamos condenar o País à morte moral, ética, política e econômica.



Nós da Rede Sustentabilidade votaremos hoje para dar uma oportunidade ao futuro do Brasil. Votaremos para aceitar a denúncia contra o Presidente Michel Temer. Votaremos por um Brasil sem foro privilegiado, por um Brasil sem impunidade para os poderosos. E que Temer tenha o mesmo destino de Eduardo Cunha e Lula.

Por isso, o nosso voto hoje será contrário ao parecer do Deputado Paulo Abi-Ackel.

Então, a REDE encaminha o voto “não”.

Depois, o Deputado Miro Teixeira fará um encaminhamento de bancada de 1 minuto. Mas, já adiantando, encaminharemos o voto “não” ao parecer.



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Respondendo a um questionamento do Deputado Zarattini, quero dizer que ele tem razão. Apesar de não ser necessário, como no outro procedimento que eu adotei nos requerimentos fiz a orientação de bancada, vou repetir a votação para que os Líderes possam fazer a orientação.



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Há sobre a mesa mais de cinco requerimentos de adiamento de votação.

Consulto o Plenário sobre se autoriza o adiamento da votação. *(Pausa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Orientação de bancada.

Como vota o Bloco do PP?

**O SR. SIMÃO SESSIM** (Bloco/PP-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PP, Sr. Presidente, entende que devemos votar. O quórum já é bastante acentuado.

Votamos “não”, Sr. Presidente.

**A SRA. ALICE PORTUGAL** - Eu pedi uma questão de ordem antes de V.Exa. iniciar e não consegui falar.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PMDB? *(Pausa.)*

**A SRA. ALICE PORTUGAL** - Sr. Presidente, por favor...

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Eu acabei de responder a uma questão de V.Exa. e estou em pleno processo de votação. Quando terminar, V.Exa. faz a questão de ordem. Não fará tanta diferença.

**A SRA. ALICE PORTUGAL** - Quando terminar a orientação, passa o momento.

**O SR. MAURO PEREIRA** (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós que temos compromisso com o Brasil e queremos uma economia forte, queremos que os investimentos continuem no nosso País cada vez mais, votamos “não”, porque queremos, com o nosso voto, salvar o Brasil. Salvar o Brasil é votar imediatamente.

O voto do PMDB é “não”.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PT?

**O SR. CARLOS ZARATTINI** (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, é necessário que aprovemos aqui o adiamento desta votação, por uma questão muito simples. Em primeiro lugar, não existiu isonomia no debate. Falaram aqui duas pessoas: o advogado do Presidente da República e o Relator, os dois no mesmo sentido, no sentido do não afastamento do Presidente, que, evidentemente, tem que ser investigado por cometimento de crimes.

O segundo motivo diz respeito à necessidade de que esta votação seja feita em outro horário. Um assunto de tal importância não pode ser votado neste horário, sem que o povo brasileiro possa ter conhecimento, possa visualizar a votação de cada Deputado e de cada Deputada.

Por isso, o nosso voto é “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PSDB? (*Pausa.*)

Como vota o PSD? (*Pausa.*)

Como vota o PR? (*Pausa.*)

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** (PCdoB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, a Deputada Alice estava fazendo uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Ela vai fazer. Calma!

**O SR. JÚLIO DELGADO** - Sr. Presidente, Sr. Presidente...

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** - V.Exa. desligou o microfone, não a deixou falar. Não é possível que a sua lealdade ao Presidente Temer justifique esse atropelo.



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - V.Exa. me desculpe, mas eu estou sendo leal ao Regimento.

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** - Não é possível! A Deputada Alice está com o microfone desligado.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PSD? *(Pausa.)*

Como vota o PR? *(Pausa.)*

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** - Ela tem uma questão de ordem em curso, e V.Exa. não responde.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Ela fará depois dessa orientação.

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** - Não é possível!

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Uma coisa de cada vez. Uma votação de cada vez.

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** - Uma questão de ordem precede a orientação de votação. V.Exa. tem que respeitar.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PSD? *(Pausa.)*

**A SRA. POLLYANA GAMA** (PPS-SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.)

- O PPS vota "não".

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** - V.Exa. tem que respeitar os Líderes do partido.

**O SR. JÚLIO DELGADO** - Vamos fazer a orientação.

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** - Não pode ser assim, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PSB? *(Pausa.)*

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** - É uma questão de ordem de uma Líder de partido. Ouça-a antes da orientação.



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Ela fará a questão de ordem. Eu vou ouvir a Deputada.

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** - Precede, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PSB? *(Pausa)*

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** - Precede!

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Vai chegar a hora, e ela fará a questão de ordem.

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** - Ela fará quando? Tem que ser antes da orientação, Sr. Presidente.

**A SRA. ALICE PORTUGAL** - O meu microfone estava desligado solenemente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Porque havia um Deputado falando, Deputada.

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** - É um absurdo um negócio desses!

**A SRA. ALICE PORTUGAL** - Pedi antes, e V.Exa. desligou o meu microfone. Essa descortesia com os Líderes não é a sua prática.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Faça a questão de ordem, Deputada.

**A SRA. ALICE PORTUGAL** (PCdoB-BA. Questão de ordem. Sem revisão da oradora.) - Eu quero agradecer.

A questão de ordem é a seguinte: nós sabemos que a discussão sobre...

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Qual é o artigo do Regimento?

**A SRA. ALICE PORTUGAL** - É o art. 160 do Regimento Interno, que trata dessa questão da consulta.

A consulta, Sr. Presidente, não pode...





**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Deputada, é uma questão superada. Eu já decidi.

**A SRA. ALICE PORTUGAL** - O PCdoB tem um requerimento de votação nominal de consulta, e V.Exa. não anunciou. Esta é a primeira questão.

A segunda questão relaciona-se a essa situação de acoplar os requerimentos e votá-los como se fosse um processo relacionado a matérias diferentes. Nós estamos tratando de uma questão na mesma matéria, e V.Exa. usa o precedente do art. 160, § 1º: *“Quando os requerimentos de preferência excedem a cinco (...)”*.

V.Exa. já fez uma analogia com o requerimento de adiamento de votação, para preferência. E, agora, V.Exa. amplia a analogia fazendo jurisprudência nesta sessão, jurisprudência nova, em relação à votação parcelada da matéria.

Nós não estamos tratando de matérias diferentes, em que há preferência entre uma ou outra. Estamos tratando da mesma matéria e de requerimentos que tratavam do adiamento de votação, e não do parcelamento de votação.

Então, eu digo que é irregular o que está sendo tratado e que os requerimentos deveriam ser discutidos um a um, porque não são nem de preferência nem de parcelamento, eles são requerimentos de adiamento de votação, cujo objeto político todo o País já conhece.

Eu peço vênia, V.Exa. está cometendo uma irregularidade, estou zelando pelo Regimento e gostaria do apoio da Mesa para a minha questão de ordem.

Aguardo resposta.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Eu mantenho a minha posição, a decisão que foi tomada sobre a outra questão de ordem.



**A SRA. ALICE PORTUGAL** (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Eu recorro, peço o efeito suspensivo e peço o apoio do Plenário, porque a jurisprudência que está sendo criada é irregular e impede o debate.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Consulto se há um terço de apoio. *(Pausa.)*

Não há!

**O SR. HENRIQUE FONTANA** (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Não, Presidente! Espere aí! Há, sim, senhor.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Não há.

Tem a palavra o Deputado Júlio Delgado, por 1 minuto. *(Pausa.)*

**O SR. HENRIQUE FONTANA** - Há de sobra aqui!

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - O Deputado Júlio Delgado tem a palavra. *(Pausa.)*

**O SR. HENRIQUE FONTANA** - V.Exa. está começando a atropelar.

Eu quero denunciar: ele quer colocar em votação antes das 2 horas, e esta votação vai ser só à tarde.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Pode falar, Deputado Júlio Delgado. *(Pausa.)*

**O SR. HENRIQUE FONTANA** - Eu quero denunciar: ele está começando a manobrar.

**A SRA. ALICE PORTUGAL** - E a decorrência disso é grave.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - O Deputado Júlio Delgado tem a palavra. *(Pausa.)*



**O SR. HENRIQUE FONTANA** - V.Exa. está começando a manobrar para garantir a votação antes das 2 horas. E o Governo está negociando emenda — está aqui na *Folha de S.Paulo*. O Governo está com um balcão de negócios aberto, para negociar emenda agora, a fim de colocar em votação antes das 2 horas, com a conivência do Presidente. Isso é que é um escândalo.

**O SR. MARCOS MONTES** - Quem está atropelando e atrapalhando a votação é V.Exa., Deputado Henrique Fontana.

**O SR. MAURO PEREIRA** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Júlio Delgado.

**O SR. JÚLIO DELGADO** (PSB-MG. Questão ordem. Sem revisão do orador.)  
- Em primeiro lugar, eu quero dizer a V.Exa., com muita tranquilidade, orientação do PSB, que tenho uma questão de ordem a formular e vou fazê-lo com base nos arts. 95 e 217 do Regimento.

Em segundo lugar, o Deputado Tadeu Alencar está pedindo a V.Exa. a palavra, já está aí o documento, para falar pela Liderança.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Ele pode falar quando quiser.

**O SR. JÚLIO DELGADO** - Então eu quero pedir isso a V.Exa., porque nós queremos ouvi-lo, o posicionamento dele.

A respeito desse requerimento de adiamento de votação, já que nessa estratégia fomos detectados, nós vamos, da mesma forma, dizer aos companheiros que entraremos em obstrução. E aqueles que querem que a investigação do Presidente Temer seja encaminhada ao Supremo não devem fazer a marcação nesta votação.



**O SR. MARCOS MONTES** - Ele está postergando a situação, Sr. Presidente.

**O SR. JÚLIO DELGADO** - É muito claro. É a obstrução para efeitos de admissibilidade.

**O SR. MARCOS MONTES** - Sr. Presidente, ele não pode ter esse tempo.

**O SR. JÚLIO DELGADO** - Estou no meu tempo. O que é isso?

**O SR. MARCOS MONTES** - É 1 minuto, Sr. Presidente!

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - É 1 minuto. Faltam 10 segundos.

**O SR. JÚLIO DELGADO** - Eu olhei ali. Então vou concluir. Vem agora querer cortar a palavra?

O Deputado Tadeu Alencar quer falar, e eu quero dizer que nós do PSB, na mesma linha, vamos entrar em obstrução, mas não é para marcar presença nessa votação.

É isso, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Tadeu Alencar, pela Liderança do PSB. *(Pausa.)*

**O SR. GENECIAS NORONHA** (SD-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- O Solidariedade orienta “não”, Sr. Presidente.

**O SR. SILAS CÂMARA** (PRB-AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PRB orienta “não”, Sr. Presidente.

**O SR. MARCOS MONTES** (PSD-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSD e todos os partidos da base orientam “não”.

**A SRA. ALICE PORTUGAL** - O PCdoB não orientou ainda e não é “sim”.



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Tadeu Alencar, pela Liderança do PSB.

**O SR. ALIEL MACHADO** - Sr. Presidente, V.Exa. chamou o Líder...

**O SR. TADEU ALENCAR** (PSB-PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero me dirigir ao povo brasileiro, que, embora não esteja nas ruas, certamente acompanha o que acontece aqui neste plenário.

Nós estamos vivendo uma situação inédita — isso já foi dito por muitos —, uma denúncia por crime comum contra o Presidente da República, algo que jamais houve na vida brasileira. Isso não é um fato corriqueiro de uma deliberação qualquer do Plenário da Câmara dos Deputados. É um fato inédito. É um fato grave.

O que nós precisamos indagar é: o Ministério Público Federal, o Sr. Procurador-Geral da República fez, como disse o advogado do Presidente da República, uma denúncia frouxa, uma denúncia que não tem nenhuma densidade nem nenhuma substância, ou há razão para que se tenham fundadas suspeitas quanto ao comportamento de S.Exa. o Presidente da República?

Vamos recuperar de onde partiu essa denúncia. Ela partiu de um diálogo em que o Presidente da República recebe um notório investigado por diversos crimes e ouve, com um silêncio eloquente, a revelação da prática de diversos crimes. E, ao se deparar com a indicação de que aquele grupo econômico JBS estava a enfrentar diversas dificuldades na administração pública federal, o Presidente da República destaca um Deputado Federal da sua intimidade e sublinha: “*É alguém da minha estrita e absoluta confiança*”. Esse Deputado, depois de diversos encontros com o grupo JBS, depois de ter sido filmado, corre pelas ruas de São Paulo com uma mala



de dinheiro, além de tudo aquilo que a denúncia vem trazendo. Isso só nos faz presumir que há fundadas suspeitas e indícios robustos de que as graves acusações que pesam sobre o Presidente da República merecem, no mínimo, ser investigadas.

Não estamos aqui a fazer um juízo leviano sobre S.Exa. Não estamos dizendo que o Presidente Michel Temer cometeu o crime de que o acusam, o grave crime de corrupção passiva, além daqueles que o Procurador-Geral da República requereu no pedido de abertura de inquérito. E nós sabemos que, eventualmente, estarão por vir futuras denúncias.

É por isso mesmo que esta Casa não tem outra posição a não ser a de adotar aquele que é o sentimento da ampla maioria do povo brasileiro. Mais de 80% do povo brasileiro deseja que essa investigação, que o processo penal por crime comum seja instaurado no Supremo Tribunal Federal, para que o Presidente possa promover a sua defesa, e a Suprema Corte brasileira julgue ao fim e ao cabo.

Disse aqui, hoje, o advogado que, se essa denúncia e outras não forem aceitas, o Presidente responderá perante a primeira instância no dia 1º de janeiro de 2019.

Como imaginar o povo brasileiro e esta Casa que o Presidente, depois de sair do cargo máximo da administração pública brasileira, pode ser obrigado a responder processo e, durante o exercício da Presidência, o cargo mais importante da República, ele seja poupado, blindado, protegido, quando o Brasil inteiro quer ver essa investigação esclarecida?

Aliás, o próprio Presidente deveria desejar que essa investigação ocorresse, para mostrar que o que tem afirmado, efetivamente, tem razão de ser.



Por isso, eu ocupo a tribuna, no tempo da Liderança do PSB, tomado pelo sentimento dos que vieram antes de mim do meu partido, como Miguel Arraes, Antônio Houaiss, João Mangabeira, Eduardo Campos e todos aqueles que sempre fizeram da história do PSB uma trincheira de luta pela ética na política, pela moralidade pública, pela decência à frente do País.

Não é possível assistirmos ao que estamos assistindo: o Presidente e o seu Governo se ocuparem de tentar comprar a consciência de muitos dos Deputados desta Casa, para que votem contra o sentimento do povo, depois de amargar mais de 95% de reprovação da população brasileira, depois de colocar em pauta as reformas previdenciária e trabalhista. Nós não somos contrários a discutir as reformas, mas somos contrários, de forma resistente, ativa, a reformas que são de uma selvageria tal que atendem apenas aos grandes interesses econômicos deste País.

É por isso que o PSB vem aqui para dizer que a sua postura é a postura da Executiva Nacional do partido, que, reunida no dia 20 de maio em Brasília, adotou a defesa da renúncia do Presidente da República, subscreveu um dos pedidos de *impeachment* que estão pendentes de apreciação nesta Casa e encorpou o grande movimento pelas eleições diretas, que haverá de restituir à população, não havendo saída boa, a prerrogativa de escolher o seu Presidente.

Qualquer servidor público, o mais humilde servidor público, se fosse acusado de qualquer infração às leis brasileiras, é lícito, é desejável, é justo, é legítimo, responderia pelo que é acusado. Não é possível tolerar, portanto, que o cargo mais importante, que o servidor mais importante da República brasileira se veja protegido,



se veja poupado de oferecer explicações ao seu País sobre a conduta de que é acusado.

Estamos aqui para cumprimentar o Ministério Público Federal, que vem prestando inestimáveis serviços no combate à corrupção neste País.

Nesta quarta-feira, o Brasil inteiro está nos acompanhando. O povo brasileiro está indignado com essa pauta antipovo, essa pauta que ofende conquistas sociais há muito alcançadas e que, ainda por cima, aumenta a carga tributária e promove anistia a tributos de forma indecorosa, com uso indevido do dinheiro público. Por si só, isso já daria ensejo a eventuais outras denúncias por malversação do dinheiro público.

Venho aqui, portanto, representar o sentimento do PSB, representar o sentimento do povo brasileiro.

Isto não faz sentido para nós, diante de tudo o que estamos atravessando. Não somos daqueles que acham que, em nome dessa pauta de reformas, devemos deixar o Presidente seguir o seu mandato até o ano que vem.

E nós vamos ver o tamanho do apoio que este Governo tem. Mesmo diante de todas as manobras, vamos ver o tamanho do Governo, já que os que estão aqui, que são uma base de apoio robusta, poderiam atropelar e aprovar qualquer coisa.

Com a altivez que é própria dos seus 70 anos, o PSB, com a maioria da nossa bancada, vota a favor da aceitação da denúncia, não para que o Presidente seja julgado antecipadamente, mas para que se prestigie o princípio da probidade na administração pública e o princípio da moralidade pública, em respeito ao Brasil.





**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Diego Garcia, pela Liderança do PHS.

**O SR. DIEGO GARCIA** (PHS-PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, caros cidadãos que nos acompanham, hoje, mais uma vez, somos chamados...

Sr. Presidente, peço que acrescente ao tempo de orientação o tempo da Liderança.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Acrescente-se ao tempo de Liderança do PHS mais 1 minuto.

**O SR. DIEGO GARCIA** - E o tempo da Liderança, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - São 3 minutos pela Liderança e mais 1 minuto. Por 4 minutos, V.Exa. tem a palavra.

**O SR. DIEGO GARCIA** - Sr. Presidente... *(Manifestação no plenário.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Fique tranquilo, Deputado. Pode falar.

**O SR. DIEGO GARCIA** - Hoje, mais uma vez, somos chamados... *(Manifestação no plenário.)*

Sr. Presidente, não há jeito de falar. Peço que retome o meu tempo, por favor.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Seu tempo já aumentou, Deputado. V.Exa. ganhou um bônus.

**O SR. DIEGO GARCIA** - Sr. Presidente, hoje, mais uma vez, somos chamados a exercer com seriedade o nosso mandato. E o nosso mandato político não pode ser diferente do mandato ético a que a nossa função nos obriga.

O nosso Brasil não aguenta mais a impunidade. O nosso Brasil não aguenta mais o grande comércio que virou a administração pública. Nós somos chamados,



neste tempo, a nos posicionar de forma clara. Há pouco tempo, este Congresso, na sua grande maioria, rejeitou o projeto das 10 medidas de combate à corrupção. E, para os Parlamentares que, na ocasião, não deram atenção àquela matéria que estava em discussão, esse processo hoje representa nada mais que uma oportunidade de se redimir junto à Nação.

Esse sentimento de impunidade não pode continuar vivo em nosso País, em nossa Nação, em meio ao povo brasileiro, que sangra.

Eu percebi que, muitas vezes, quando se falou dos 500 mil reais na mala, falou-se como se fosse 1 real, 2 reais, 5 reais, sem dar valor ao que esse dinheiro representa. Com 500 mil reais, muitas camas poderiam estar ocupando hospitais do câncer espalhados por este País, muitos aparelhos poderiam estar salvando vidas em centros cirúrgicos.

Eu tenho caminhado por todo o Paraná. Vejo a alegria das pessoas quando são pagas emendas no valor de 100 mil reais, 200 mil reais, 300 mil reais que destinamos para uma Santa Casa, um hospital filantrópico ou um hospital do câncer. Isso muda o hospital, muda a cara da Santa Casa, transforma a comunidade. As pessoas morrem de alegria. Essa quantia de 500 mil reais poderia, neste momento, estar salvando vidas. Por isso, nós não podemos compactuar com o pagamento semanal desse dinheiro, que estica a corrupção em nosso País e faz o povo sangrar.

Eu moro no interior do Paraná, na cidade de Jacarezinho. O povo de lá tem que se deslocar para Londrina, Curitiba, Arapongas ou Cascavel a fim de passar por procedimentos simples, sendo que, com esses recursos, ele poderia ter acesso a esses procedimentos na nossa região, que é populosa.



O povo é trabalhador, é um povo de luta, é um povo que batalha. Por isso, nós Parlamentares não podemos aprovar esse parecer que saiu da CCJC. Aprová-lo seria um absurdo para a nossa Nação! E isso com certeza não vai ser esquecido pelo povo brasileiro, não vai ser esquecido pelo nosso País, não vai ser esquecido pelo povo trabalhador, que sofre e que está pagando o preço da corrupção.

Chega! O povo brasileiro não pode mais continuar sangrando. Ele não pode continuar pagando o preço. Cabe a nós Parlamentares, aqui e agora, de forma firme e corajosa, rejeitar esse parecer e votar pelo fim da impunidade, custe o que custar, doa a quem doer.

Mesmo que o denunciado seja o Presidente da República, ele também terá que responder e pagar pelos seus atos. Que ele tente provar a sua inocência, mas não continuando a governar, porque corrupto não pode governar o Brasil. O nosso País é muito maior do que o Presidente Temer!

Fora, Temer! Saia já! A hora é agora! *(Palmas.) (Manifestação no plenário.)* Este Parlamento tem que se levantar, a favor do povo brasileiro e contra a corrupção. Chega! Não podemos deixar a nossa Nação sangrando. Não podemos deixar os diversos Estados do nosso País sangrando, nem o povo gemendo, passando fome. Chega! É horar de dar um basta, de dizer “não” a esse parecer e de dizer “sim” à investigação, de dizer “sim” ao fim da corrupção neste País.

Agora é a hora, Parlamentares! A decisão está em nossas mãos. Vamos deixar pela nossa voz um registro eterno do que os nossos filhos e netos irão guardar para o resto das suas vidas.

Cada um de nós vai votar e decidir agora qual vai ser o rumo deste País. É uma responsabilidade tremenda. Mas eu, Deputado Federal Diego Garcia, que



nunca fui político, que vendia roupa numa edícula junto com meu pai e minha mãe em uma cidade de 20 mil habitantes, não vou envergonhar a minha Nação, não vou envergonhar o meu País (*palmas*), vou votar contra esse parecer, vou votar a favor de combater a corrupção, custe o que custar.

O povo brasileiro não aguenta mais, e a hora de dar o basta é agora.

Srs. Parlamentares, até o momento de eu subir a esta tribuna, havia apenas...

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Já encerrou, Deputado. Foram 4 minutos.



---

## PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS À MESA PARA PUBLICAÇÃO

**O SR. VINICIUS CARVALHO** (PRB-SP. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, tenho o prazer de compartilhar com os nobres colegas relato de Missão Oficial a Israel, Portugal e Espanha, no período de 24 de junho a 4 de julho de 2017, da qual tive a honra de participar junto à comitiva chefiada pelo Ministro de Estado da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Marcos Pereira. Essa Missão objetivou tratar de temas econômicos-comerciais e aprofundar a cooperação bilateral com cada um desses países, bem como prospectar e explorar oportunidades econômicas e comerciais para o Brasil.

Fui indicado pela douta Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços — CDEICS, na pessoa de seu Presidente, Deputado Lucas Vergilio, para participar da comitiva do Ministro Marcos Pereira. Na condição de Vice-Presidente da CDEICS, tive o prazer de vivenciar importante missão para buscar maior inserção das empresas brasileiras no mercado global.

Conforme relatório proferido na reunião deliberativa dessa Comissão do dia 12 de julho de 2017 sobre a viagem em Israel, na Capital Tel Aviv e na cidade de Jerusalém, adiante exporei sobre as agendas em Portugal e na Espanha.

Depois de passar pela Rússia e Noruega, juntamente com o Presidente Michel Temer, em missão oficial, o Ministro Marcos Pereira continuou sua jornada por Israel, Portugal e Espanha em busca de parcerias para beneficiar a indústria, o comércio e os serviços brasileiros. Como integrante da comitiva, participei dos eventos e negociações e pude concluir que a missão técnica foi um passo importante para a construção de um ambiente de confiança para os investidores



internacionais e para levar o nosso País rumo ao futuro. Um futuro não apenas promissor. Um futuro de crescimento palpável, real.

Em Lisboa, Marcos Pereira reuniu-se com o Ministro da Economia de Portugal, Manuel Caldeira Cabral, e um dos assuntos em pauta foi a publicação recente, pela Organização Mundial do Comércio (OMC), de um informe destacando que entre os países do G-20 o Brasil foi o que mais adotou medidas para facilitar o comércio em 2017. Ao responder aos elogios, o Ministro disse que o reconhecimento é resultado da disposição do Governo brasileiro de avançar nos temas de cooperação internacional e facilitação de comércio, por isso mesmo a sua presença naquele país.

Portugal é considerado por Marcos Pereira um dos maiores aliados do acordo MERCOSUL-União Europeia, razão para o agradecimento que fez ao ministro português, destacando a importância da posição de Portugal para que as negociações avancem com celeridade.

O Ministro Marcos Pereira também reforçou o interesse brasileiro em conhecer as medidas que o governo português está tomando para desenvolver sua política de indústria 4.0. A estratégia portuguesa foi lançada no início de 2017. Com a implementação, estima-se que o investimento em digitalização da indústria em Portugal supere os 2,2 bilhões de euros, com retorno esperado na economia de 4,5 bilhões de euros. Grande parte dos recursos virá das empresas, seja de setores industriais consolidados ou de *startups*.

Antes da reunião, na sede do Ministério da Economia de Portugal, os dois Ministros visitaram o Second Life, no Mercado da Ribeira, um espaço colaborativo com 150 empresas, a maioria da área de tecnologia e *startups*.



É importante destacar que, entre janeiro e maio de 2017, a corrente de comércio entre Brasil e Portugal somou US\$ 675 milhões, aumento de 29,1% em relação ao mesmo período de 2016, quando havia registrado US\$ 523 milhões. No período, as exportações brasileiras para Portugal aumentaram 42,1% em relação aos cinco primeiros meses de 2016, tendo passado de US\$ 282 milhões para US\$ 401 milhões.

As importações brasileiras de Portugal, por outro lado, apresentaram crescimento de 13,8%, tendo aumentado de US\$ 241 milhões para US\$ 275 milhões. No acumulado do ano, a balança comercial com Portugal registra superávit de US\$ 126 milhões para o Brasil, aumento de 215% em relação ao superávit de US\$ 40 milhões registrado no mesmo período de 2016.

Marcos Pereira lembrou que Portugal e Brasil têm uma relação umbilical: *“Tantas que não há como mensurar as contribuições portuguesas na formação política, econômica, cultural e científica do povo brasileiro”*. O Ministro disse que passados 517 anos da descoberta de Pedro Álvares Cabral, lá estava ele a beber água da fonte, numa analogia a buscar as melhores práticas aplicadas no desenvolvimento da indústria do futuro, a Indústria 4.0.

Marcos Pereira ressaltou que a indústria brasileira enfrenta enormes barreiras em busca de recuperação. Em pouco mais de 1 ano à frente do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, disse perceber certa apreensão do setor produtivo a respeito do caminho a tomar, até porque a indústria brasileira, que já contribuiu com mais de 20% do PIB nacional, hoje se esforça para chegar a dois dígitos. Daí a certeza do Ministro de que é preciso reinventar.

Ele destacou que o governo da Alemanha lançou o Plattform Industrie 4.0 e,



de semelhante modo, a China anunciou o Made in China 2025, um plano para fortalecer o parque industrial chinês. Os Estados Unidos também construíram um rol de iniciativas nesse sentido rotulado de Advanced Manufacturing. E Portugal recentemente lançou a sua estratégia para a Indústria 4.0, um conjunto de medidas que terão impacto sobre mais de 50 mil empresas e que permitirão requalificar mais de 20 mil trabalhadores.

Com base nessas experiências, o Ministro brasileiro criou um grupo de trabalho, com a participação de membros do Governo, da sociedade civil e de entidades empresariais, a fim de apresentar de maneira pragmática, ainda neste ano, ações de curto e médio prazos para a Indústria 4.0 no Brasil.

O Diário de Notícias de Portugal publicou um artigo de Marcos Pereira em que ele expõe as barreiras enfrentadas pela indústria brasileira e a busca por recuperação. *“A recessão econômica, da qual saímos recentemente, e diversos outros fatores vividos pelo Brasil e pelo mundo nos últimos anos são alguns deles, mas o mais desafiante de todos depende de resposta a uma única pergunta: que Brasil queremos para os próximos 30 anos?”*

Com toda certeza, é fundamental um país competitivo, aberto, tecnológico, industrializado, disposto a crescer e a se integrar às cadeias globais de valor, sem permitir que as oportunidades passem, sem nunca deixar de ir além.

O último compromisso da missão oficial foi em Madri, na Espanha, com o Ministro Marcos Pereira sendo um dos palestrantes do Seminário *Uma Aposta Pelo Livre Comércio: Impacto das Relações Comerciais União Europeia-América Latina*. O evento contou com a participação da comissária de Comércio da União Europeia, Cecília Malmström, e de ministros e autoridades da Espanha, Portugal, Argentina,





Brasil, Paraguai, Uruguai, México, Chile, Colômbia, Peru e Equador.

Ao retornar ao Brasil, Marcos Pereira afirmou que, como Ministro do setor produtivo, se propõe a pensar hoje o Brasil do amanhã para trabalhadores, empresários e aqueles que, de forma heroica, mantêm o País funcionando. Para ele, o Brasil está diante de uma oportunidade única para avançar e ocupar seu espaço no seleto grupo de nações que exportam tecnologia e inteligência.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado!



**O SR. CARLOS BEZERRA** (PMDB-MT. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o dia 3 de julho passado assinalou o centenário de nascimento de João Saldanha, jornalista, militante político, comentarista e técnico de futebol. Falecido em 12 de julho de 1990, ele foi uma das personalidades mais marcantes do universo futebolístico brasileiro da segunda metade do século XX.

Faço este registro em homenagem à sua memória, pensando especialmente nas novas gerações, que não tiveram a oportunidade de acompanhar a sua carreira nem, talvez, de ouvir falar dele. Culto e politizado, ele expressava opiniões fortes e corajosas e não fugia de polêmicas. Era dotado de grande carisma e talento para se comunicar com pessoas de todas as classes sociais, por meio da imprensa escrita, do rádio ou da televisão.

Mas sua habilidade não se limitava ao campo das ideias e das palavras. Demonstrou também ser capaz de obter sucesso ao colocar em prática essas ideias e palavras, atuando como treinador de futebol. Desse modo, levou o Botafogo ao título de campeão carioca em 1957 e, mais tarde, foi o responsável por estabelecer a base da Seleção Brasileira que conquistaria a Copa do Mundo de 1970. Montou um time de craques como Pelé, Tostão e Gerson, que, sob seu comando, acumularam uma série de bons resultados nas eliminatórias, classificando o País para o torneio e granjeando a confiança dos torcedores.

Essa sua passagem pela Seleção na época em que o Brasil estava submetido ao regime militar, aliás, foi motivo de surpresa. Saldanha, conhecido membro do Partido Comunista Brasileiro, era ferrenho opositor do regime. Quando esteve no México, para o sorteio dos grupos da Copa, no início de 1970, pouco mais de um



ano após a edição do AI-5, distribuiu às autoridades internacionais ali presentes um relatório contendo denúncias sobre prisão, tortura e morte de adversários do regime vigente no Brasil.

Em outro episódio, que acabou se revestindo quase de um caráter anedótico, mas que testemunha sua firmeza de caráter, Saldanha confrontou o então Presidente, General Médici. Ao se recusar a atender o pedido do General para convocar o atacante Dadá Maravilha, ele declarou: *“Quando ele formou o Ministério, não me pediu opinião. Por isso, não quero a opinião dele na hora de eu formar o meu time”*.

Tratou-se de uma afirmação de princípios contra o autoritarismo, de um protesto contra o regime, que acabou funcionando como a gota d'água para a sua demissão. Mas o time que seguiu para o México e passou para a história ficou conhecido como “as feras do Saldanha”. E ele tornou-se cada vez mais respeitado do público, por suas posições firmes, sua competência técnica, sua paixão pelo futebol.

Em uma demonstração de reconhecimento de seus méritos, os locutores de rádio anunciavam a sua fala bradando: *“Vem aí o comentarista que o Brasil inteiro consagrou!”* Fazendo jus ao apelido de João Sem-medo, ele criticava técnicos, jogadores, dirigentes, com rigor, mas usando argumentos bem fundamentados. Em diversas ocasiões, condenou a europeização do futebol brasileiro, ao qual procurava contrapor o futebol-arte e o talento de nossos jogadores.

Entre as estórias contadas a seu respeito, há relatos de que teria até disparado tiros contra o chão para se defender.

Já com os ouvintes, adotava postura afável, tratando-os por “meus amigos”,



sempre que iniciava seus comentários, como se estivesse conversando com pessoas próximas. Alternava opiniões negativas com tiradas de bom humor, e ajudou a consagrar frases que se tornaram populares no meio futebolístico, como:

*“Se concentração ganhasse jogo, o time do presídio não perdia uma.”*

Manteve a personalidade forte e a postura íntegra até o fim da vida. Morreu em Roma, durante a cobertura da Copa da Itália, em 1990, aos 73 anos de idade.

Em nossa memória, deverá ficar para sempre como o João Sem-medo, o comentarista que o Brasil consagrou.

Muito obrigado.



**O SR. ANTONIO BULHÕES** (PRB-SP. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Direito inglês tem um termo que designa as leis e os processos, pelos quais todos devem respeito. Eles chamam de Common Law. É praticamente uma Constituição que regula a sociedade de maneira geral.

É claro que existem outras normas, que não são aplicadas aos comuns, normas que regulam a atividade política e também os negócios, normas extravagantes em relação ao direito comum porque tratam de temas não corriqueiros às pessoas que acordam todo dia para cuidar da vida.

Aqui no Brasil também existem normas que não são comuns a todos, tanto que existem regras específicas para os militares, e outras que só dizem respeito aos governantes. Mas isso não quer dizer que os militares ou os políticos estão livres do Código Penal, comum, e sim que eles têm mais regras a observar.

Um crime que só diz respeito ao governante é, por exemplo, o crime de responsabilidade. Para julgá-lo, o órgão responsável é o Senado Federal. Para os crimes do direito comum, são os órgãos judiciários os responsáveis pelo julgamento, após autorização do órgão legislativo. Mas em todos os casos é preciso ter comprovação da relação de causalidade entre o ato praticado e o resultado ocorrido para que se inicie o processo.

Tivemos, recentemente, um processo sobre crime de responsabilidade contra a ex-Presidente da República. A relação de causalidade foi cabalmente demonstrada e ficou conhecida como “pedaladas fiscais”. Por isso se deu o *impeachment*.

Se um cidadão fizer uma pedalada no orçamento familiar, não existe norma



jurídica que preveja sua punição. Entretanto, ele pagará, no mínimo, os juros do cheque especial.

Do outro lado, no direito comum, tanto o cidadão quanto o Presidente estão submetidos às mesmas regras. Se um crime cometerem, ambos devem responder na Justiça. Em todos os casos, é necessário demonstrar a relação de causalidade.

No *impeachment*, a relação de causalidade foi demonstrada pelo Tribunal de Contas e sentida pela população com os 2 anos de recessão. No caso da denúncia por crime comum contra o Presidente Temer, a mesma relação precisa existir, para que o direito não seja vingativo, mas conforme a lei.

A denúncia de crime comum iguala o Presidente Temer a qualquer um do povo que tenha tentado subornar um agente para receber vantagem.

São dois tipos de crimes que somente atingem os agentes públicos. Por afetarem a figura do Presidente, muita gente pensa que quem apoiou o *impeachment* da antiga Presidente deve, por coerência, votar pelo prosseguimento da denúncia contra o Presidente.

Não acredito que se deva orientar por essa lógica. Pode parecer fácil assim entender, mas existem princípios que precisam ser considerados.

O princípio mais claro é o de que o crime imputado é comum. Se é comum, qualquer um pode, em algum momento, dele ser acusado. Mas ser acusado não pode ser considerado expressão da verdade, apenas porque um procurador disse. Se assim fosse, não haveria absolvição, não seria preciso o juiz.

Uma acusação precisa demonstrar a relação de causalidade para ter prosseguimento em qualquer tribunal. Precisamos dessa formalidade para termos a segurança jurídica da Justiça.



Alguém acharia justo ser acusado de cúmplice de um crime por ter sido flagrado em conversa com o criminoso? Será que uma gravação lacônica de alguém com um criminoso é indício suficiente para mostrar a relação de causalidade necessária?

Aqui está o alcance social da denúncia apresentada pelo acusador da Justiça, o procurador. Se a audácia persecutória do Ministério Público acusa o Presidente da República com base em tal gravação, o que poderá acontecer com aquele que acorda cedo toda manhã, mas causou desconfiança ao órgão acusador da Justiça?

Como poderá defender-se aquele do povo se encontrar um delegado ou um procurador que escreve uma acusação sem base lógica, como deixou claro o antigo Ministro do Supremo Tribunal Federal, Sr. Carlos Velloso, a respeito da denúncia contra o Presidente?

Nós devemos estar em alerta contra os agentes do Estado com espírito vingador que não se importam com a relação de causalidade para acusar.

Não podemos quebrar o ovo da serpente, porque o fruto dele pode devorar a todos.

Muito obrigado.



**O SR. JEFFERSON CAMPOS** (PSD-SP. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, um tema que ainda causa certo desconforto em nosso País é a adoção dos usos e costumes por certas denominações religiosas. Hoje quero falar sobre isso.

No Brasil, algumas denominações, especialmente evangélicas, consideram algumas regras em sua doutrina um fator fundamental para aqueles que desejam alcançar a salvação, tais como vestimentas, comprimento dos cabelos para as mulheres, uso de maquiagem e outros.

Felizmente, no País, você pode ou não cumprir tais regras sem maiores complicações. Já em países de cultura muçulmana e radicais, escolher com que roupa quer sair de casa pode ser um caso de polícia. É o que está acontecendo com a jovem modelo identificada como Khulood, que decidiu usar uma minissaia num passeio por um monumento, o forte histórico de Ushayqir, localizado na Arábia Saudita.

Toda a polêmica começou porque ela postou o vídeo de seu passeio numa rede social. O traje que ela usa é visto até mesmo dentro de igrejas brasileiras, menos radicais, durante o verão ou em qualquer lugar público em nosso País e, de fato, já nem chama a atenção.

Contudo, o vídeo gerou tanta polêmica nas redes sociais que as autoridades estão investigando e mesmo considerando prendê-la por ter desrespeitado o código de vestimenta de um país muçulmano conservador.

Para nós, brasileiros, isso choca, não é mesmo? É realmente perturbador que um ser humano não tenha direitos assegurados. Lá as mulheres são obrigadas a seguir uma série de regras, como usar vestidos longos e soltos em público,





conhecidos como abayas, além de um véu, se forem muçulmanas. Não podem dirigir e não podem conviver com homens com os quais não tenham relação de parentesco. As punições são ainda piores para as que tentam fugir de um relacionamento abusivo — e, acreditem, muitas sofrem violência doméstica constantemente.

Não escondo de ninguém meu ministério religioso — sou pastor de uma calorosa igreja em Sorocaba. Creio na Palavra de Deus e no bom senso. Acho que os direitos dos seres humanos estão muito além de regras de usos e costumes. Não é a vestimenta que faz um pecador, e, sim, suas atitudes. Não entendo em que o radicalismo ou o extremismo religioso podem contribuir para o desenvolvimento e evolução da humanidade.

Buscar o equilíbrio e o respeito aos direitos de todos sempre foi a melhor solução para o bom convívio em sociedade.

Solicito, Sr. Presidente, que meu pronunciamento seja divulgado nos meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.



**O SR. STEFANO AGUIAR** (PSD-MG. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, como faço todos os anos, neste 28 de julho quero expressar o meu apreço ao agricultor brasileiro, pelo seu Dia.

É com enorme júbilo que o faço, por ver nesse trabalhador o retrato do Brasil rural, que trabalha pelo outro Brasil, da cidade grande, dos grandes aglomerados humanos, das grandes corporações, dos grandes empreendimentos, e que nem sempre reconhece no irmão do campo o valor que tem.

No entanto, ele é — e foi sempre — um dos atores mais importantes do desenvolvimento. Ele não só assegura a comida que vai à mesa, como contribui para a formação da riqueza nacional, melhora o desempenho da economia e, portanto, as condições socioeconômicas da população, influencia fortemente a balança comercial, por via do agronegócio. A atividade agropecuária — e o agricultor, como seu protagonista, a força humana que a desempenha — contribui de maneira consistente para a formação do Produto Interno Bruto.

Numa relação inversamente proporcional ao aumento do peso de sua importância, o número de ocupados no meio rural vem caindo.

Os dados a seguir, do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), segundo estudo realizado em 2014, assim demonstram.

Entre as conclusões desse estudo, destaca-se a mudança do perfil da população brasileira.

Em 2010, somávamos 190 milhões de pessoas, conforme apurado pelo Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Pois bem, nobres colegas, a população rural era então de aproximadamente



30 milhões (52% homens e 48% mulheres), 15,6% do número total de habitantes.

Em 1950, 63,8% residiam no meio rural. Em 1970, houve uma inversão desse quadro, com a população passando a ser majoritariamente urbana. Em 1980, os moradores na área rural representavam apenas 32,3% da população total. A estimativa para 2050 é que se situe em torno de 8,0%.

Enquanto entre 1960 e 1985 o número de trabalhadores no campo passou de 15,6 milhões para 23,4 milhões, a partir de 1985 seguiu-se uma redução continuada, que se prolongou pela década seguinte e assim permanece.

Em 1995, a população rural ocupada era de 17,9 milhões de trabalhadores; em 2013, caiu para 15,2 milhões. Significa dizer que, em um espaço de 18 anos, houve redução de 2,7 milhões de pessoas, ou 15,1%. Para 2050, projeta-se um contingente de apenas 8,2 milhões de ocupados rurais.

Como o número de estabelecimentos agropecuários tem se mantido, ao longo das últimas décadas, em torno dos 5 milhões de unidades, reduz-se acentuadamente o número de ocupados por estabelecimento. Em 1985, por exemplo, havia aproximadamente 4 pessoas por estabelecimento, quantitativo que se reduziu para 3,2 em 2006 e chegou a 2,7 em 2013. Mantida essa tendência, a projeção é de que, em 2050, a média de ocupados por estabelecimento chegue a 1,7, menos de 2, portanto.

A diminuição da ocupação rural é reflexo de mudanças profundas no processo agrícola.

Em 1970, havia pouco mais de 160 mil tratores em operação no meio rural. Em 2013, eram quase 1,2 milhão. Estimativas para o ano de 2050 garantem que o número de unidades chegue a 1,7 milhão.



Não bastante o crescimento quantitativo, as máquinas ganharam eficiência, com óbvios impactos sobre a produtividade. Mais sofisticadas, exigem cada vez mais especialização, qualificação e escolarização. Assim é que, se a progressiva mecanização tem reduzido drasticamente o número de postos de trabalho, são, implacavelmente, os menos preparados os mais atingidos.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) está preparando o Censo Agropecuário 2017, que, de acordo com as previsões, terá início no mês de outubro.

Ao longo de 5, os recenseadores vão visitar 5,3 milhões de estabelecimentos agropecuários em todo o País, levantando informações que levem a uma fotografia do setor, inclusive no que diz respeito à mão de obra.

Vamos aguardar, na expectativa de que disso resulte a formulação de políticas públicas consentâneas, capazes de deitar um novo olhar sobre esses homens e mulheres que labutam incansavelmente, não raro em sacrifício da saúde e dos sonhos.

O agricultor, contudo, não para nunca de sonhar. É um sonhador por excelência, alguém que, não obstante as incertezas e as decepções, continua acreditando. Acredita no bom plantio e na boa safra; acredita na chuva que não vem e na chuva que vem demais.

A este, os meus parabéns pelo seu Dia. Que seja de festa o 28 de Julho, Dia do Agricultor.

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que meu pronunciamento seja divulgado pelos órgãos de comunicação da Casa Legislativa e pelo programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.



## **VI - ENCERRAMENTO**

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ**  
**Número Sessão: 198.3.55.O**  
**Data: 02/08/2017**

**REDAÇÃO FINAL**  
**Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD**  
**Montagem: 5199**

---

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - **COMPARECEM MAIS OS SRS.:**



**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ**  
**Número Sessão: 198.3.55.O**  
**Data: 02/08/2017**

**REDAÇÃO FINAL**  
**Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD**  
**Montagem: 5199**

---

**DEIXAM DE COMPARECER OS SRS.:**



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Encerro a sessão, convocando Sessão Deliberativa Extraordinária para hoje, quarta-feira, dia 2 de agosto, às 13 horas e 55 minutos, com a seguinte Ordem do Dia: votação, em turno único, do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania que conclui pelo indeferimento da solicitação de autorização para a instauração, pelo Supremo Tribunal Federal, de processo criminal em razão de denúncia formulada pelo Ministério Público Federal em desfavor do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Michel Miguel Elias Temer Lulia, nos autos do Inquérito nº 4.517.





**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ**

**Número Sessão: 198.3.55.O**

**Data: 02/08/2017**

**REDAÇÃO FINAL**

**Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD**

**Montagem: 5199**

---

***(Encerra-se a sessão às 13 horas e 54 minutos.)***